

TRANSPARÊNCIA E
COMPROMISSO COM O FUTURO.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES **2017**

COMPOSIÇÃO FAPES EM 2017

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES – FAPES

PATROCINADORES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME
Fundação de Assistência de Previdência Social do BNDES – FAPES

DIRETORIA-EXECUTIVA

Solange Paiva Vieira (Diretora-Superintendente)
Bruno Macedo Dias (Diretor de Seguridade)
Victor Guilherme Tito (Diretor de Investimentos)

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

Victor Guilherme Tito - Diretor de Investimentos
CPF 044.878.356-82

ADMINISTRADOR FIDUCIÁRIO

Intrag DTVM

CUSTODIANTE

Itaú-Unibanco S.A.

CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Renato Pereira Cotovio (Presidente)
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes
Carlos Eduardo Azen Alves
Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima
Luiz Raul Delgado de Andrade
Sebastião Bergamini Junior

CONSELHO FISCAL

Ricardo Massao Matsushima (Presidente)
Paulo Henrique Barbosa Pegas
Luís Inácio Senos Dantas
Paulo Rebouças Monteiro Filho

AO LONGO DE 2017, OCORRERAM OS TÉRMINOS DE MANDATOS A SEGUIR:

Ruy Siqueira Gomes ocupou o cargo de Diretor de Seguridade até 04.12.2017
Andréa Azevedo Simões ocupou o cargo de Diretora de Administração e Controles até 21.11.2017
Henrique Rogério Ferreira da Silva ocupou o cargo de Diretor-Superintendente até 26.10.2017
Bruno Macedo Dias ocupou o cargo de Conselheiro Deliberativo até 06.11.2017
Solange Paiva Vieira ocupou o cargo de Conselheira Deliberativa até 26.10.2017
Pablo Valente de Souza ocupou o cargo de Conselheiro Deliberativo até 24.02.2017
Antonio Miguel Fernandes e Ivan Fagundes Alves Junior ocuparam o cargo de Conselheiro Fiscal até 30.05.2017
Patrícia Barros Ramos ocupou o cargo de Conselheira Fiscal até 04.05.2017



TRANSPARÊNCIA E
COMPROMISSO COM O FUTURO.

RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2017



ÍNDICE

01	MENSAGEM DA DIRETORIA-EXECUTIVA	5
----	------------------------------------	---

02	SUMÁRIO EXECUTIVO	7
----	----------------------	---

03	GESTÃO DA PREVIDÊNCIA	10
----	--------------------------	----

04	GESTÃO DO PASSIVO ATUARIAL	15
----	-------------------------------	----

05	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	19
----	-----------------------------	----

06	GESTÃO DO RELACIONAMENTO	26
----	-----------------------------	----

07	GESTÃO DA SAÚDE	29
----	-----------------	----

08	GESTÃO DAS DESPESAS	33
----	------------------------	----

01



MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2017 foi repleto de desafios. Em março, teve início o equacionamento do déficit referente ao exercício de 2015 e, desde então, participantes e patrocinadores têm efetuado uma contribuição extraordinária.

No âmbito da gestão dos investimentos, obtivemos bons resultados, que levaram a FAPES a encerrar o ano com uma rentabilidade de 14,56%, contra uma meta atuarial de 9,18%.

Processos internos têm sido revisados com o objetivo de aumentar a eficiência das atividades da Fundação, de modo que as despesas sejam racionalizadas. Seguindo a meta proposta pelo Conselho Deliberativo em 2016, o alvo a ser perseguido é a redução de gastos equivalente a R\$ 1 bilhão em 25 anos.

Ao longo do ano, a FAPES precisou enfrentar questões jurídicas muito relevantes, como os questionamentos do TCU sobre os contratos celebrados com o BNDES em 2002 e 2004 e, também, em relação à determinação de que os aportes de 2009 e 2010 sejam devolvidos para o patrocinador. A Fundação moveu ação de execução contra o BNDES para que os contratos voltem a ser pagos e um mandado de segurança no STF contra a decisão de suspensão do TCU.

No âmbito da Previdência, merece destaque a aprovação do Conselho Deliberativo da FAPES em relação às alte-

rações do Regulamento do Plano Básico de Benefícios – RPBB, com o principal propósito de fechá-lo a novas adesões, conforme decisão do patrocinador. Isso significa que após aprovação dos órgãos reguladores o plano continuará operante, mas não haverá o ingresso de novos participantes.

Outro destaque foi a atualização do perfil familiar dos participantes, permitindo a projeção dos gastos futuros do PBB com o pagamento de pensões. Através dos resultados de estudos iniciados em 2010, a definição da nova Família FAPES permitiu que passassem a vigorar os dados reais das famílias dos assistidos, que também serviram para projetar o perfil do grupo familiar dos ativos.

Além de focar na eficiência, as ações realizadas em 2017 também objetivaram a transparência. Nesse sentido, merecem destaque as apresentações que foram realizadas para os participantes dando ciência sobre o andamento de questões relacionadas ao PBB que são do interesse de todos.

Em 2018, esperamos diminuir o resultado deficitário do Plano, encaminhar as questões legais com o Patrocinador, aumentar a acessibilidade dos serviços da FAPES via celular, ampliar as linhas de empréstimo para o participante e trazer ganhos de eficiência para a FAPES.

Diretoria-Executiva da FAPES

02



SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta é uma versão resumida do Relatório de Atividades 2017 da FAPES, onde estão apresentados o desempenho e as principais atividades relacionadas às Gestões da Previdência, do Passivo Atuarial, dos Investimentos, do Relacionamento com seus Participantes, da Saúde e das Despesas.

GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

FAPES em números

Com patrimônio de R\$ 11,2 bilhões até o fim de 2017, a FAPES ocupa o 12º lugar no ranking nacional das entidades fechadas de previdência complementar. O PBB tem 5.116 participantes e um índice de adesão de 97,42%.

Em 2017, foram desembolsados R\$ 906,8 milhões para o pagamento de benefícios de previdência, dos quais R\$ 101,8 milhões foram pagos com recursos do INSS e R\$ 805 milhões pelo PBB.

Equacionamento de Déficit

Em março de 2017, foi dado início à cobrança das contribuições extraordinárias para o Equacionamento do Déficit apurado no exercício de 2015, de R\$ 953,52 milhões. Os pagamentos têm previsão de ocorrerem até fevereiro de 2042.

Questões judiciais

Ao longo de 2017, a FAPES lidou com as seguintes questões judiciais:

- Processos administrativos no TCU sobre a legalidade dos aportes feitos pelo BNDES nos anos de 2009 e 2010 e dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004;
- Ações judiciais movidas pela FAPES contra o sistema BNDES em razão da interrupção do fluxo de pagamentos dos contratos de confissão de dívida firmados em 2002 e 2004;
- Ação de cobrança do aporte unilateral de valores devidos em razão de atos exclusivos do Patrocinador que teriam impactado o PBB;

- Ação movida por 280 assistidos contra a FAPES com o intuito de suspender o plano de equacionamento iniciado em março de 2017.

GESTÃO DO PASSIVO ATUARIAL

Atualização da premissa Perfil Familiar na Avaliação Atuarial

Diante da desatualização da chamada Família Padrão FAPES, com a qual a Fundação projeta os gastos futuros do PBB para o pagamento de pensões, em 2017 foi formado um banco de dados fiel à realidade do Plano, o que permitiu definir um novo perfil familiar. Esta adequação aumentou as Provisões Matemáticas em R\$ 601,9 milhões.

Resultado Atuarial

O resultado deficitário do PBB em 31 de dezembro de 2017 apontou a necessidade de um novo plano de equacionamento para 2018, cujo valor mínimo a ser equacionado é de R\$ 202,3 milhões. Para a constituição desse déficit, teve grande contribuição a suspensão dos pagamentos relativos aos contratos de confissão de dívida celebrados pela FAPES com os Patrocinadores.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Resultados da carteira de investimentos FAPES

A carteira de investimentos da Fundação é formada, principalmente, pelos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, que representam 82,22% do total dos investimentos da FAPES. A rentabilidade da carteira foi 14,56% no ano, superando a meta atuarial de Reajuste Salarial + 5,72%, que fechou o ano em 9,18%.

GESTÃO DO RELACIONAMENTO

Melhorias no atendimento

A FAPES passou a oferecer Atendimento Agendado para tratar de temas específicos e o atendimento via telefone foi antecipado em uma hora, passando a funcionar das 9h às 17h.

Relacionamento com os participantes

Foi retomada a prática de realização de encontros com participantes para apresentar e esclarecer dúvidas sobre assuntos relacionados à gestão do PBB.

GESTÃO DA SAÚDE

Melhorias na Rede Credenciada

A rede credenciada do PAS foi ampliada com o credenciamento de novos profissionais e clínicas que oferecem atendimento de urgência pediátrica e odontológica, e também de profissionais especializados em arritmologia para prestação de serviço cardiológico.

Prêmio de Qualificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar

A FAPES foi considerada uma das operadoras que oferecem os melhores serviços de plano de saúde do Brasil, se mantendo na faixa máxima do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS).

Melhorias no atendimento digital

Foi criada uma área exclusiva para dependentes do PAS no Portal FAPES, bem como foram efetuadas melhorias no serviço de solicitação eletrônica de autorizações.

Saúde Ocupacional

Com o tema “Cuidando da sua coluna”, o exame periódico anual dos empregados atingiu 99,8% do público esperado. Outro destaque das ações preventivas de saúde foi a campanha de vacinação contra a gripe, na qual foram aplicadas 5.405 doses da vacina.

GESTÃO DAS DESPESAS

As Despesas Administrativas totalizaram R\$ 99,8 milhões, representando um decréscimo de 8,3% em relação a 2016. Já as Despesas com a Administração dos Recursos foram equivalentes a 0,65% dos recursos garantidores totais da FAPES (ante 0,86% em 2016).

03



GESTÃO DA PREVIDÊNCIA

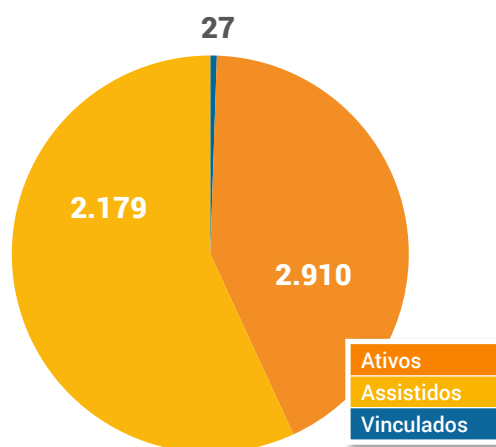
O PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS

Com patrimônio de R\$ 11,2 bilhões até o fim de 2017, a FAPES ocupa o 12º lugar no ranking nacional das entidades fechadas de previdência complementar. Por meio do Plano Básico de Benefícios - PBB, a Fundação oferece uma renda complementar vitalícia à Previdência Social para seus participantes e beneficiários assistidos.

O PBB é um plano da modalidade de Benefício Definido e uma de suas principais características é a solidariedade entre participantes e patrocinadores. Dessa forma, as contribuições são acumuladas em um fundo coletivo, mutualista, usado para pagar os benefícios individuais dos participantes quando eles reúnem todas as condições para se aposentar.

Com um índice de adesão de 97,42%, o PBB conta, atualmente, com 5.116 participantes. Ao longo de 2017, cinco novos empregados ingressaram no Plano, ao passo que 51 participantes se aposentaram.

Número de Participantes



PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS

Em 2017, foram desembolsados R\$ 906,8 milhões para o pagamento de benefícios de previdência, dos quais R\$ 101,8 milhões foram pagos com recursos do INSS e R\$ 805 milhões pelo PBB.

RECEITAS X DESPESAS

No último ano, a FAPES registrou o recolhimento de R\$ 383,5 milhões em receitas previdenciais. Por outro lado, as despesas previdenciárias totalizaram R\$ 806,7 milhões. Estas despesas incluem os pagamentos de benefícios (R\$ 805 milhões), os resgates (R\$ 1,5 milhão) e as portabilidades (R\$ 0,2 milhões).

Cabe lembrar que, na parte de receitas previdenciais, não está incluído o contrato de dívida do Patrocinador FAPES, cujos pagamentos em 2017 totalizaram R\$ 11,3 milhões.

O quadro a seguir evidencia a característica de maturidade do Plano Básico de Benefícios, no qual o recolhimento das contribuições anuais é complementado por parte da receita de investimentos para a cobertura dos encargos previdenciais.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS (R\$ MIL)	252.671	248.721	277.100	292.842	340.604	358.871	383.481
ENCARGOS PREVIDENCIAIS (R\$ MIL)	464.628	498.664	558.761	613.146	704.905	753.705	806.723
PERCENTUAL DE COBERTURA	54,38%	49,88%	49,59%	47,76%	48,32%	47,61%	47,54%

EQUACIONAMENTO EM VIGOR

Em março de 2017, foi dado início à cobrança das contribuições extraordinárias para o Equacionamento do Déficit apurado no exercício de 2015, de R\$ 953,52 milhões. Os pagamentos têm previsão de ocorrerem até fevereiro de 2042, cabendo aos assistidos o pagamento de R\$ 287,2 milhões e, aos ativos, o pagamento de R\$ 189, 6 milhões.

EVOLUÇÃO DA MASSA

A massa destinatária do PBB sofreu um recuo em 2017, passando de 5.169 para 5.116 destinatários, como é possível verificar no quadro abaixo:

	2016	Entradas	Saídas	2017
Destinatários	5.169	334	387	5.116
Participantes	3.009	157	256	2.910
Ativos com Vínculo	2.924	84	195	2.813
Opção por Institutos/Benefícios ⁽¹⁾	11	37	39	9
Autopatrocinados ⁽²⁾	74	36	22	88
Assistidos	2.148	158	127	2.179
Aposentados	1.761	51	29	1.783
Auxílio-Doença	19	79	75	23
Beneficiários	368	28	23	373
Vinculados⁽³⁾	12	19	4	27
Com risco	4	11	2	13
Sem risco	8	8	2	14

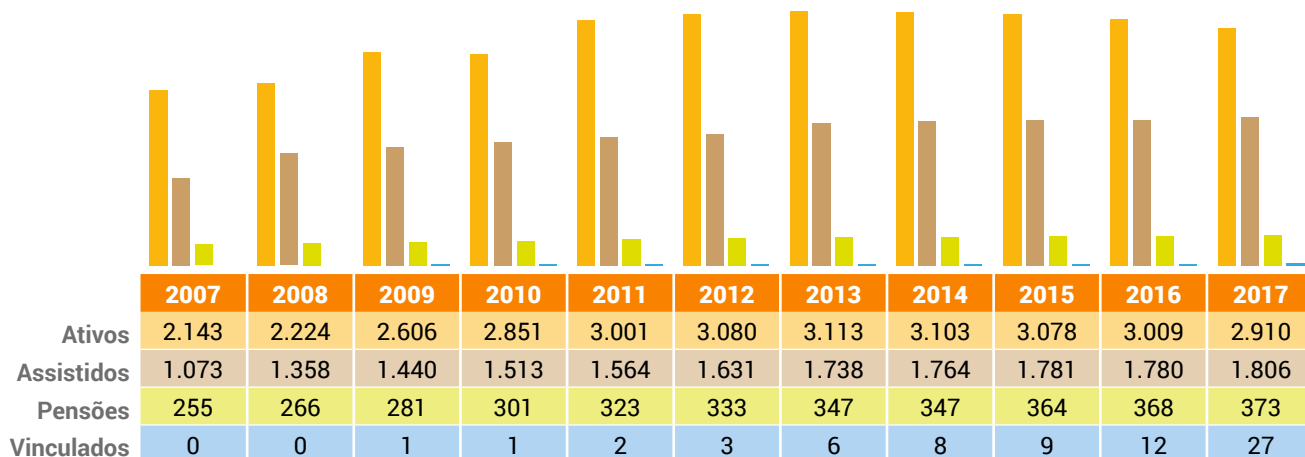
⁽¹⁾ Participantes que se desligaram do patrocinador e se encontravam dentro do prazo para optar pelos institutos/benefícios previstos no Regulamento.

⁽²⁾ Participantes autopatrocinados são aqueles que se desligaram ou se encontram em licença sem vencimentos no patrocinador, mas mantêm as contribuições para a FAPES.

⁽³⁾ Participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido e estão na fase de diferimento.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS

Até 2013, o número de participantes ativos do PBB cresceu consideravelmente. No entanto, desde 2014 os números mostram que tem havido queda. Em comparação com 2016, houve uma redução de 99 participantes ativos, como mostra o gráfico abaixo.



MAIS DEPENDENTES

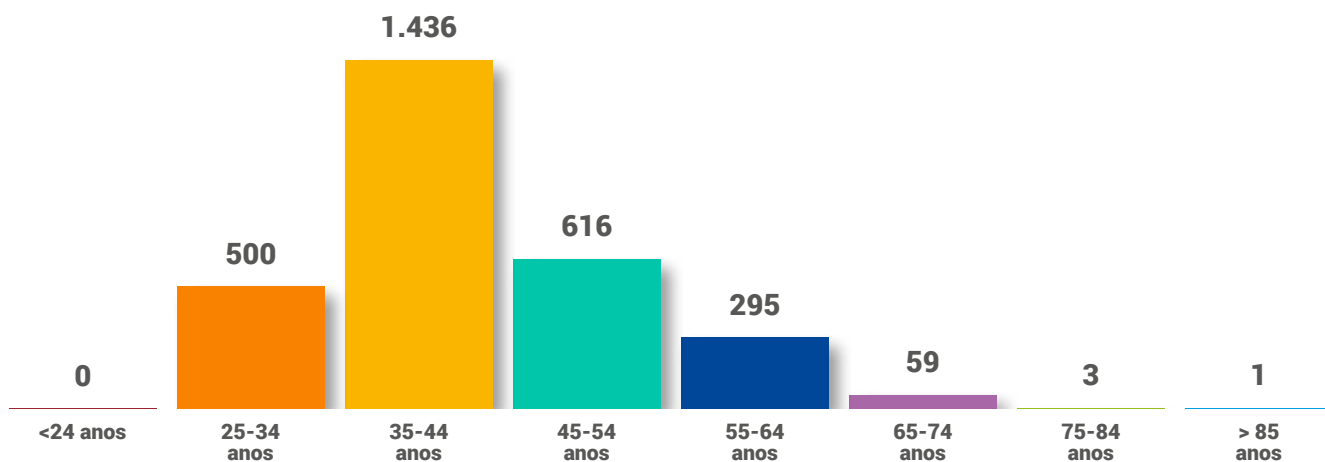
Por outro lado, o número de inscritos como dependentes no Plano Básico de Benefício aumentou em 2017. Até o fim do ano, 7.509 pessoas estavam cadastradas na Fundação para o recebimento de benefícios previdenciários, enquanto no ano anterior totalizavam 7.273.

DISTRIBUIÇÃO DE ATIVOS E ASSISTIDOS POR FAIXA ETÁRIA

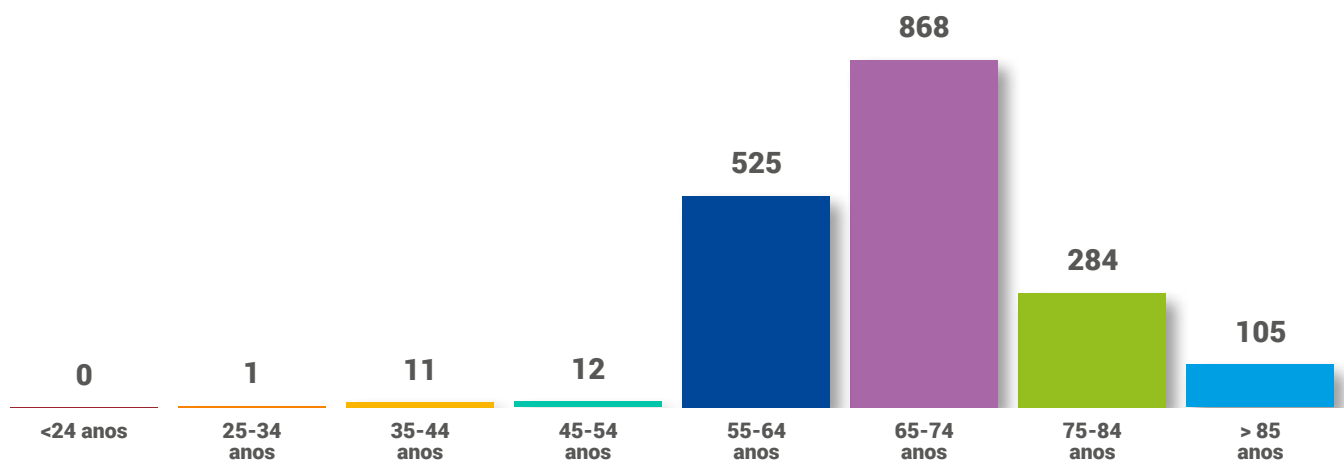
Ao considerarmos as faixas etárias de ativos, o maior número de participantes, 2.052 empregados, estava na faixa entre 35 e 54 anos. Na faixa etária entre 25 e 34 anos constavam 500 pessoas.

Na análise do grupo de assistidos, a maioria se encontrava na faixa de 65 a 74 anos, que concentra 868 pessoas. O segundo maior grupo reúne 525 assistidos com idades entre 55 e 64 anos. Pouco mais de uma centena têm mais de 85 anos.

PARTICIPANTES ATIVOS



PARTICIPANTES ASSISTIDOS



QUESTÕES LEGAIS REFERENTES AO PLANO

A FAPES tem hoje inúmeras ações nas esferas administrativa e judicial sendo discutidas com o TCU e o BNDES:

• Processo Administrativo no TCU

Objeto: Discussão sobre a legalidade dos aportes feitos pelo BNDES nos valores de R\$ 395 milhões, R\$ 40 milhões e R\$ 11 milhões nos anos de 2009 e 2010.

Valor aproximado: R\$ 1 bilhão

Decisão TCU: BNDES deverá apresentar até junho de 2018 plano de ação para devolução dos recursos

• Processo Administrativo no TCU

Objeto: Discussão sobre a legalidade dos contratos de confissão de dívida celebrados entre FAPES e BNDES nos anos de 2002 e 2004.

Valor aproximado: R\$ 2,7 bilhões

Decisão TCU: suspensão do fluxo de pagamentos (R\$ 850 milhões)

• Mandado de Segurança no STF

Objeto: Mandado de Segurança contra a decisão do TCU que suspendeu o fluxo de pagamento decorrente dos contratos de confissão de dívida celebrados em 2002 e 2004 com o BNDES.

Valor aproximado: R\$ 850 milhões

Decisão monocrática desfavorável

• Ações de Execução

Objeto: São seis ações judiciais movidas pela FAPES contra o sistema BNDES em razão da interrupção do fluxo de pagamentos dos contratos de confissão de dívida firmados em 2002 e 2004.

Valor aproximado: R\$ 2,7 bilhões

• Ação contra o Plano de Equacionamento

Objeto: Ação movida por 280 assistidos contra a FAPES com o intuito de suspender o plano de equacionamento iniciado em março de 2017 no valor de R\$ 953 milhões.

Valor aproximado: R\$ 953 milhões

Decisão TRF: Negada liminar

• Ação de Cobrança

Objeto: Ação de cobrança movida pela FAPES contra o BNDES cobrando o aporte unilateral de valores devidos em razão de atos exclusivos do Patrocinador que teriam impactado o Plano Básico de Benefícios.

Valor aproximado: R\$ 5,2 bilhões

04





GESTÃO DO PASSIVO ATUARIAL

COMPROMISSO COM O FUTURO DO PLANO

O Plano Básico de Benefícios - PBB é, atualmente, um plano maduro, ou seja, o fluxo de pagamentos é maior do que as receitas. Isso exige que a gestão dos ativos do Plano tenha em vista os compromissos atuariais assumidos porque o resultado dos investimentos terá um peso maior que o das contribuições na geração dos recursos que serão usados para pagar os benefícios.

Para pagar esses benefícios, a Fundação precisa saber qual o valor exato de que necessita dispor hoje para gerar recursos que cubram todos os compromissos presentes e futuros. Esse valor corresponde ao Passivo Atuarial, também chamado de Provisões Matemáticas.

Para calcular o Passivo Atuarial, é preciso trazer para valor presente todos os benefícios que serão pagos aos atuais assistidos, aos participantes ativos, quando se aposentarem, e aos seus dependentes. Com isso, enxergamos o montante que será necessário investir hoje para conseguir rentabilidade suficiente para cobrir todos os compromissos.

Os recursos que vão cobrir esses compromissos vêm de três fontes: o patrimônio do Plano, o retorno dos investimentos realizados e as contribuições dos participantes e dos patrocinadores.

AValiação Atuarial

Anualmente, todos esses valores são recalculados. As contas são feitas com base em premissas estabelecidas pelos patrocinadores, pela Fundação e por estudos estatísticos e atuariais. Essas projeções consideram fatores como o perfil etário e salarial da população vinculado ao Plano Básico de Benefícios e sua evolução esperada ao longo do tempo. Parâmetros econômico-financeiros – como inflação e taxa de juros anuais – também entram

no cálculo, assim como a expectativa de ocorrências de morte, invalidez ou doença.

Uma dessas premissas é o Perfil Familiar dos participantes. A combinação de informações como idade, sexo, expectativa de vida, se é casado ou não, e a quantidade de filhos, entre outras, cria um perfil de grupo familiar dentro do universo de participantes, a chamada Família Padrão FAPES. Com ela, a Fundação projeta os gastos futuros do PBB com o pagamento de pensões.

Essa premissa, no entanto, estava desatualizada e, por esse motivo, a FAPES passou a realizar o Recadastramento Anual da Previdência a partir de 2010. Hipóteses inconsistentes com os dados dos participantes resultavam em distorções nos cálculos do Passivo Atuarial. Isso acontecia, entre outros fatores, porque o perfil familiar tinha sido elaborado quando a expectativa de vida era menor e as pensões eram pagas por menos tempo.

Assim, em 2017, após o levantamento das informações, foi formado um banco de dados fiel à realidade do Plano, o que permitiu definir uma nova Família FAPES. A projeção da família dos funcionários ativos passou a ter como referência os dados coletados dos assistidos que, por sua vez, passaram a ter os seus dados reais usados na premissa. Esta alteração aumentou em R\$ 601,9 milhões as Provisões Matemáticas da FAPES.

Novo perfil - Após o levantamento, chegou-se ao seguinte perfil do PBB: 80% dos participantes hoje na ativa estarão casados ao atingir a idade de aposentadoria. Os homens terão cônjuges cinco anos mais novas e as participantes mulheres terão a mesma idade de seus companheiros.

Para o dimensionamento dos valores do passivo de 2017, foram consideradas as seguintes premissas para os parâmetros técnico-atuariais, sendo que os dados na cor azul foram alterados em relação a 2016:

Principais premissas	Propostas para 2017
Econômicas e Financeiras	
Taxa Real Anual de Juros	5,72%
Crescimento Real dos Salários	BNDES FAPES⁽¹⁾
	Técnico: 3,34% 2,73%
	Apoio: 3,47% 2,65%
	Autopatrocinados: 0,00%
Crescimento Real dos Benefícios	0,00%
Inflação a Longo Prazo	4,00%
Biométricas e Demográficas	
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽²⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas ⁽³⁾
Tábua de Morbidez	Experiência Rodarte
Rotatividade	0,00%
Encargo Médio de Herdeiros	Família Real Assistidos
	Família Padrão Ativos⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Crescimento salarial da FAPES no primeiro ano é nulo.

⁽²⁾ Segregada por sexo

⁽³⁾ Desagrava em 30%

⁽⁴⁾ 80% casados, sendo os participantes do sexo masculino com cônjuge 5 anos mais jovem e do sexo feminino com cônjuge da mesma idade.

As premissas utilizadas para fazer a Avaliação Atuarial e projetar os benefícios futuros se dividem em Econômico-Financeiras e em Biométricas e Demográficas. Entenda melhor o que cada uma delas mede e qual a sua importância na formação do passivo do plano.

Econômico-Financeiras:

- **Taxa Real Anual de Juros:** é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje os compromissos líquidos do PBB com seus participantes e dependentes. Além disso, serve para estabelecer a meta para o retorno dos investimentos do patrimônio, em conjunto com o Índice do Plano.
- **Crescimento Real dos Salários:** demonstra a evolução real média anual do salário do participante ao longo da carreira acima do Indexador do Plano.
- **Crescimento Real dos Benefícios:** é a evolução real média anual dos benefícios após a concessão acima do Indexador do Plano.
- **Inflação a Longo Prazo:** baseado nessa premissa se estabelece o fator de capacidade, que reflete a perda inflacionária média dos benefícios e dos salários, que ocorre entre a realização dos seus reajustes.

Biométricas e Demográficas:

- **Tábuas de Mortalidade Geral:** estabelecem a probabilidade de morte, bem como a expectativa de vida da população. É aplicada à população válida.

- **Tábua de Mortalidade em Invalidez:** é aplicada às populações de aposentados decorrentes de invalidez e de participantes em auxílio-doença há mais de dois anos.
- **Tábua de Entrada em Invalidez:** estabelece a probabilidade de um participante se invalidar, dando início ao recebimento de aposentadoria por invalidez.
- **Tábua de Morbidez:** determina a probabilidade de um participante entrar em auxílio-doença e o tempo de permanência neste benefício.
- **Rotatividade:** reflete a expectativa de desligamentos de participantes do Plano e do seu Patrocinador.
- **Encargo Médio de Pensão:** é estabelecido pelas características dos futuros pensionistas em caso de falecimento do participante. Agora são usados dados da Família Real para os assistidos e os da Família Padrão para os ativos.

RESERVAS MATEMÁTICAS

Para ilustrar a evolução das Reservas Matemáticas ao longo de 2017, apresentamos a tabela a seguir. É possível verificar que os dados já contemplam as alterações nas premissas relativas à Família Padrão e à Família Real.

Evolução das Reservas Matemáticas ao longo de 2017

Provisões Matemáticas em dez/2016	12.432,00
Crescimento Inerente às Provisões	581,5
Alteração de Premissas	614,3
<i>Família Real Assistidos</i>	525,2
<i>Família Padrão Ativos</i>	76,7
<i>Crescimento Real dos Salários</i>	-20,2
<i>Inflação a Longo Prazo</i>	32,6
Resíduos (alterações cadastrais ou ajustes)	-136,0
Provisões Matemáticas em dez/2017	13.491,8

RESULTADO ATUARIAL

Mesmo com a melhoria do cenário econômico e o trabalho intenso da Fundação para cumprir as regras do setor e sanar o déficit existente, o PBB registrou um novo déficit em 31 de dezembro de 2017. Desta vez, o total foi R\$ 2,3 bilhões, o que representa 17,04% das Provisões Matemáticas. Para a constituição desse déficit, além da Família Padrão, teve grande contribuição a suspensão dos pagamentos relativos aos contratos de confissão de dívidas celebradas pela FAPES, em 2002 e 2004, com os Patrocinadores BNDES, BNDESPAR e FINAME, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Esse déficit, no entanto, é ajustado para efeito de cálculo dos valores a serem equacionados, de acordo com a Resolução CNPC nº16/2014, que estabeleceu regras para o ajuste de preço dos títulos públicos 'marcados na curva'. Ou seja, daqueles que serão mantidos na carteira do Plano até a sua data de vencimento. Esse tipo de papel apresenta normalmente uma diferença entre o valor que será pago no vencimento e seu preço de mercado diário. Para a FAPES, isso proporcionou o acréscimo de R\$ 339 milhões ao equilíbrio técnico do Plano em 2017 e, com isso, o déficit atingiu R\$ 1,96 bilhão ou 14,53% das Provisões Matemáticas no mês.

Resultados da Avaliação Atuarial 2017	Valores em R\$ milhões
Provisão Matemática	13.491,8
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.192,5
Resultado do PBB em dez/2017	-2.299,3
Ajuste de Precificação	339,0
Resultado Ajustado em dez/2017	-1.960,30
*Limite do Déficit	1.758,0
Déficit a Equacionar em dez/2017	-202,3

*Limite do Déficit = $1\% \times (17,03 - 4,0) \times 13.491,8 = 1.758,00$

Com esse resultado, verificou-se a necessidade de um novo Plano de Equacionamento para 2018. De acordo com a Resolução do CNPC nº22 um Plano de Benefícios deve passar por equacionamento quando a parcela do déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

O limite do déficit da FAPES para 2017, previsto na legislação, é de R\$ 1,758 bilhão. O déficit ajustado, no entanto, alcançou a marca de R\$ 1,960 bilhão depois do ajuste, em dezembro de 2017. Com isso, o valor mínimo a ser equacionado em 2018 é de R\$ 202,3 milhões. O prazo máximo para pagamento é de até 25 anos, conforme determina a legislação. O Plano de Equacionamento de Déficit definindo o valor, a forma e o prazo para o equacionamento deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo até o final do exercício de 2018 e a sua aplicação deverá iniciar em, no máximo, dois meses após a sua aprovação.

05

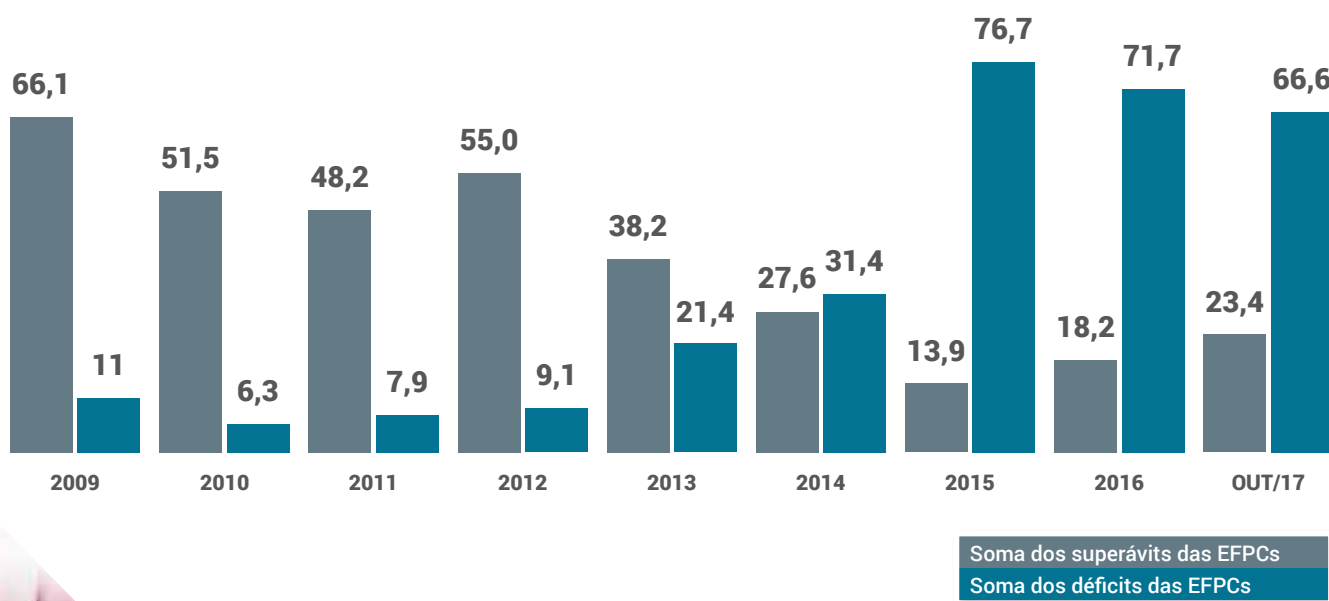


GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O principal objetivo da gestão de um fundo de pensão é assegurar a solvência de longo prazo, ou seja, fazer com que o ativo seja igual ou superior ao passivo do plano de benefícios, garantindo o fluxo de pagamentos das obrigações previdenciárias. No caso específico do Plano Básico de Benefícios – PBB administrado pela FAPES, busca-se superar a meta atuarial no longo prazo, que é definida como índice de reajuste salarial + taxa de juros atuarial de 5,72% ao ano.

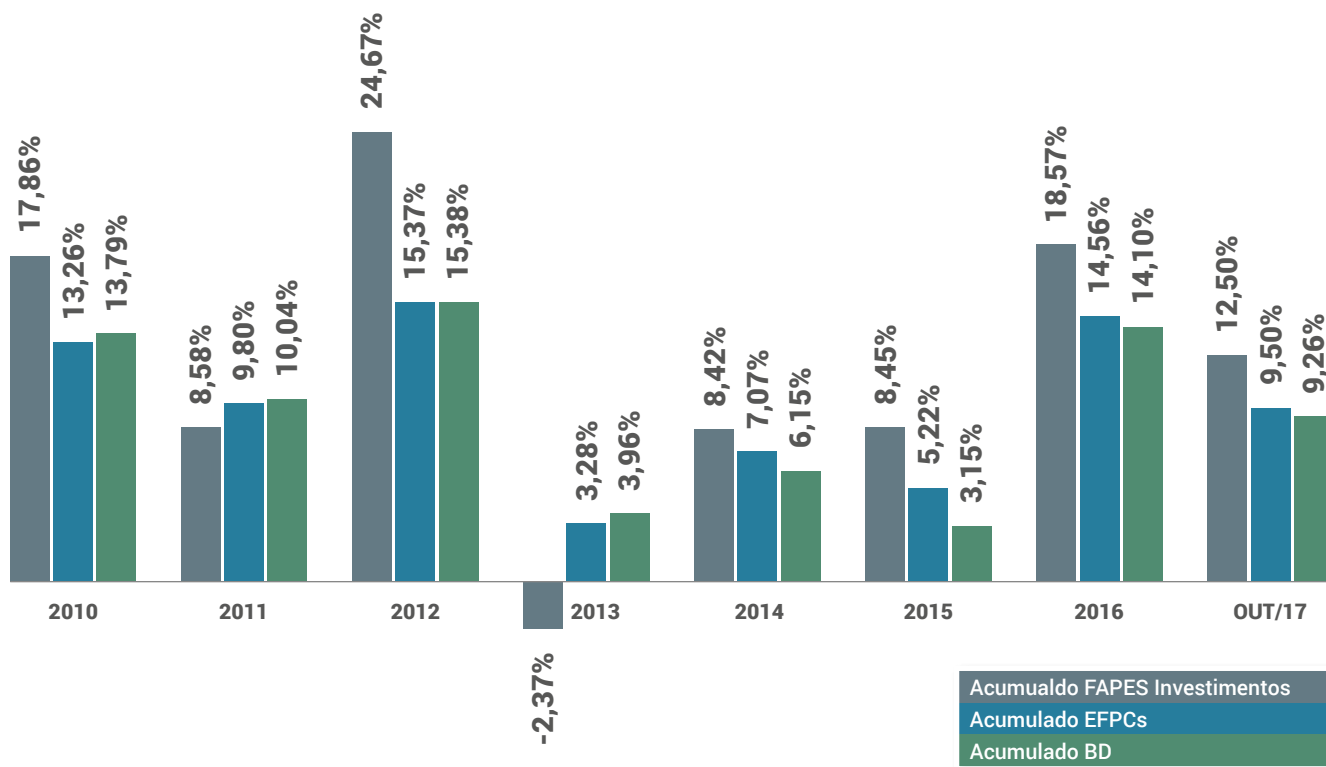
Até o mês de outubro de 2017, segundo dados da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), o déficit acumulado das fundações somava R\$ 66,6 bilhões, número menor do que o apresentado em dezembro do ano anterior: R\$ 71,7 bilhões. A soma dos superávits cresceu, passando de R\$ 18,2 bilhões para R\$ 23,4 bilhões no mesmo período.

EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DAS EFPCs (EM BILHÕES)



Fonte: ABRAPP

RENTABILIDADE DAS EFPCS (%)



Fonte: FAPES e ABRAPP

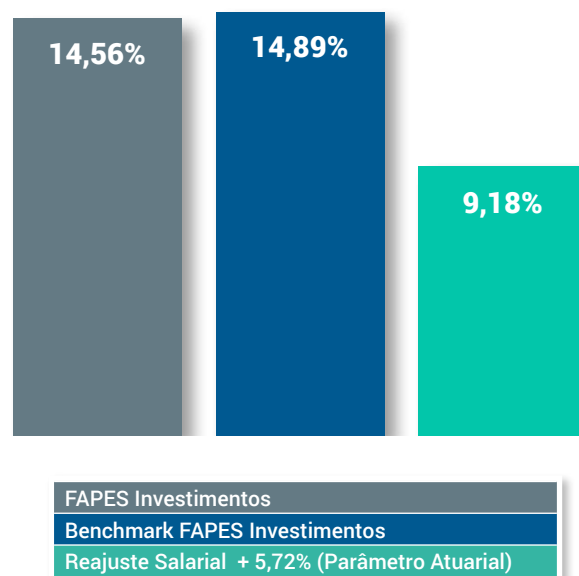
UM ANO DE RECUPERAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO

Depois de um período longo de recessão, a economia apresentou sinais de recuperação cíclica, apesar da incerteza política. A volta do crescimento, ainda que tímido, a queda da taxa de inflação e a possibilidade de que algumas reformas consideradas estruturais sejam aprovadas pelo Congresso Nacional provocaram uma valorização nos ativos brasileiros.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA FAPES

A carteira de investimentos da Fundação é formada, principalmente, pelos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, que, juntos, representam 82,22% do total dos investimentos da FAPES. A rentabilidade da carteira foi 14,56% no ano, próximo do seu *benchmark*, cuja variação foi 14,89% e bastante superior à meta atuarial de Reajuste Salarial + 5,72%, que fechou o ano em 9,18%.

RENTABILIDADE



Patrimônio e Resultados do Plano

	2016	2017	Sobre o Patrimônio Atual	Sobre os Investimentos Atual
Patrimônio Total (1)	10.745,81	11.245,15	100,0%	
Contratos com Patrocinadores	956,36	556,28	4,95%	
Disponível	0,79	0,53	0,00%	
Segmentos de Investimentos	9.788,66	10.688,34	95,05%	100,00%
Renda Fixa	6.542,02	6.854,37	60,95%	64,13%
Renda Variável	1.509,83	1.933,16	17,19%	18,09%
Estruturados	554,25	686,47	6,10%	6,42%
Imóveis	823,65	847,96	7,54%	7,93%
Operações com Participantes	358,91	366,38	3,26%	3,43%
Outros (2)	-32,31	-49,65		
Fundos dos Investimentos - FQM/FQI ⁽¹⁾	-21,47	-24,28		
Saldo líquido das demais contas patrimoniais	-10,84	-25,37		
Patrimônio Previdencial	10.713,51	11.195,49		
Passivo Atuarial (3)	12.434,38	13.494,72		
Provisões Matemáticas	12.432,00	13.491,80		
Benefícios concedidos	8.068,06	8.904,25		
Benefícios a conceder	5.458,50	5.759,51		
Provisões matemáticas a constituir	-1.094,55	-1.171,95		
Fundos Previdenciais	2,38	2,92		
Equilíbrio Técnico (4) = (1) + (2) - (3)	-1.720,87	-2.299,23		
Equilíbrio Técnico / Provisões	-13,84%	-17,04%		
Ajuste de Precificação (5)	335,06	339,01		
Equilíbrio Técnico Ajustado = (4) + (5)	-1.385,81	-1.960,22		
Equilíbrio Técnico Ajustado / Provisões	-11,15%	-14,53%		

⁽¹⁾ FQM (Fundo de Quitação por Morte) e FQI (Fundo de Quitação por Inadimplência)

Rentabilidades FAPES - Global e Segmentos

Segmento	Patrimônio (R\$ MM)	% de FAPES INV.	Rentabilidade	% do Benchmark
Segmento de Renda Fixa	6.854,4	64,1%	10,66%	104,07%
Benchmark (sob medida) ¹	-	-	10,24%	-
Segmento de Renda Variável	1.933,2	18,1%	31,57%	117,56%
Benchmark (Ibovespa)	-	-	26,86%	-
Segmento de Investimentos Estruturados	686,5	6,4%	18,31%	71,57%
Benchmark (sob medida) ²	-	-	25,59%	-
Segmento de Imóveis	848,0	7,9%	13,72%	126,61%
Benchmark (IPCA + 7,58% a.a.)	-	-	10,84%	-
Segmento de Empréstimos	366,4	3,4%	9,33%	89,00%
Benchmark (IPCA + 7,24% a.a.)	-	-	10,48%	-
Fapes Investimentos	10.688,3	100,0%	14,56%	97,76%
Benchmark (sob medida) ³	-	-	14,89%	-
Contratos com Patrocinadores	556,3	-	-37,34%	-419,33%
Benchmark (IPCA + Taxa Atuarial)	-	-	8,90%	-

¹ Conforme a PI de 2017, a meta do segmento de renda fixa é calculada pela acumulação da variação diária dos *benchmarks* indicados para as classes de ativos que o compõe ponderadas pelos pesos das classes definidos na alocação estratégica.

² A meta do segmento de Estruturados é constituída pela ponderação da alocação estratégica pela meta de cada classe de ativo, respectivamente, Fundos Private Equity - Ibovespa + 7,15% e Fundos Multimercado - 110% do CDI, conforme PI de 2017.

³ A meta do Fapes Investimentos é constituída pela ponderação da alocação estratégica pela meta de cada classe de ativo com as respectivas metas de rentabilidade, nos moldes da PI de 2017.

⁴ A Meta do Fapes Global compreende a ponderação de 91% da meta de rentabilidade do FAPES Investimentos e 9% da meta referente à composição de IPCA+5,72%a.a.

RENTA FIXA

Segmento com maior participação na carteira de investimentos da FAPES (64,13%), a Renda Fixa tem uma composição variada: títulos públicos indexados à inflação marcados na curva (44,64% do segmento), títulos públicos indexados à inflação marcados a mercado (23,94%) e créditos privados (10,13%), além do caixa/títulos pós-fixados atrelados ao CDI (21,29%). O segmento fechou o ano com rentabilidade de 10,66%, resultado superior à meta atuarial, que fechou o ano em 8,90%.

O fundo Albatroz, composto por títulos públicos indexados à inflação marcados a mercado, foi o principal destaque, com 12,68% de alta e rentabilidade correspondente a 127,71% do CDI. A segunda melhor performance foi a do fundo Águia, composto por títulos de crédito privado, com alta de 11,81% e rentabilidade de 119,01% do CDI.

RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE RENDA FIXA

Segmento	Patrimônio (R\$ MM)	% de FAPES INV.	Rentabilidade	% do Benchmark
Segmento de Renda Fixa	6.854,4	64,1%	10,66%	104,07%
<i>Benchmark (sob medida)¹</i>	-	-	10,24%	-
Fundo Bem Te Vi (Caixa)	1.033,9	9,7%	10,05%	102,31%
<i>Benchmark (99% do CDI)</i>	-	-	9,82%	-
Fundo Albatroz (NTN-B a Mercado)	2.065,1	19,3%	12,68%	99,07%
<i>Benchmark (IMA-B)</i>	-	-	12,79%	-
Fundo Ararajuba (NTN-B na Curva)	3.060,0	28,6%	9,40%	105,60%
<i>Benchmark (IPCA + 5,72% a.a.)</i>	-	-	8,90%	-
Fundo Águia (Crédito Privado)	695,4	6,5%	11,81%	75,32%
<i>Benchmark (NTN-B 2022 + 1,36% a.a.)</i>	-	-	15,68%	-

¹Conforme a PI de 2017, a meta do segmento de renda fixa é calculada pela acumulação da variação diária dos benchmarks indicados para as classes de ativos que o compõe ponderadas pelos pesos das classes definidos na alocação estratégica.

RENTA VARIÁVEL

Em 2017, a Renda Variável trouxe bons resultados para a FAPES. O portfólio deste segmento obteve retorno expressivo, de 31,57%, desempenho superior ao do *benchmark* (Ibovespa), que registrou alta de 26,86% no ano.

O fundo de Renda Variável que apresentou o melhor resultado no período foi o Andorinha, gerido pela própria FAPES, que chegou a 37,20% de rentabilidade no ano.

RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Segmento	Patrimônio (R\$ MM)	% de FAPES INV.	Rentabilidade	% do Benchmark
Segmento de Renda Variável	1.933,2	18,1%	31,57%	117,56%
<i>Benchmark (Ibovespa)</i>	-	-	26,89%	-
Referenciado	1.494,9	14,0%	33,29%	123,94%
Sabiá (FAPES)	626,4	5,9%	26,62%	99,13%
Andorinha (FAPES)	868,5	8,1%	37,20%	138,52%
Estratégias Ativas	438,3	4,1%	25,71%	95,73%
Gaivota (Quest)	84,3	0,8%	25,91%	96,49%
Sanhaço (Squadra)	81,8	0,8%	21,90%	81,54%
Melro (ARX)	76,8	0,7%	31,38%	116,85%
Sulamérica	25,8	0,2%	30,53%	113,67%
Curió (Atmos)*	169,6	1,6%	11,54%	83,57%

* Rentabilidade apurada a partir do investimento da FAPES no fundo em 27/07/2017

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados da FAPES representa 6,49% dos investimentos da Fundação e é formado por fundos multimercado e de *private equity*, que representam 46,17% e 53,60% do segmento, respectivamente. Em 2017, a rentabilidade do segmento foi 18,31%, abaixo do seu *benchmark*, que teve o desempenho de 25,59%. O *benchmark* do segmento é composto por uma ponderação entre 110% do CDI – para os fundos multimercado - e Ibovespa + 7,15% - para os FIP.

RENTABILIDADE DO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Segmento	Patrimônio (R\$ MM)	% de FAPES INV.	Rentabilidade	% do Benchmark
Segmento de Investimentos Estruturados	686,5	6,4%	18,31%	71,57%
<i>Benchmark (sob medida)¹</i>	-	-	25,59%	-
FIP, FIEE	369,5	3,5%	21,93%	61,22%
<i>Benchmark (Ibovespa + 7,15%)</i>	-	-	35,82%	-
Multimercado	316,9	3,0%	14,26%	130,01%
<i>Benchmark (110% do CDI)</i>	-	-	10,97%	-
Saíra	238,8	2,2%	10,79%	-
MELLON ARX EXTRA FIM	38,5	0,4%	13,10%	-
PLURAL CAP EH 30 FIC	63,2	0,6%	11,10%	-
XP LONG SHORT FI MM	-	-	3,33%	-
XP LONG SHORT 60 FIC	45,5	0,4%	-0,74%	-
GAP LONG SHORT FI MM	37,3	0,3%	10,64%	-
JGP Equity	78,2	0,7%	24,96%	-
XP LONG BIASED 30 FIC FIM	54,3	0,5%	8,53%	-

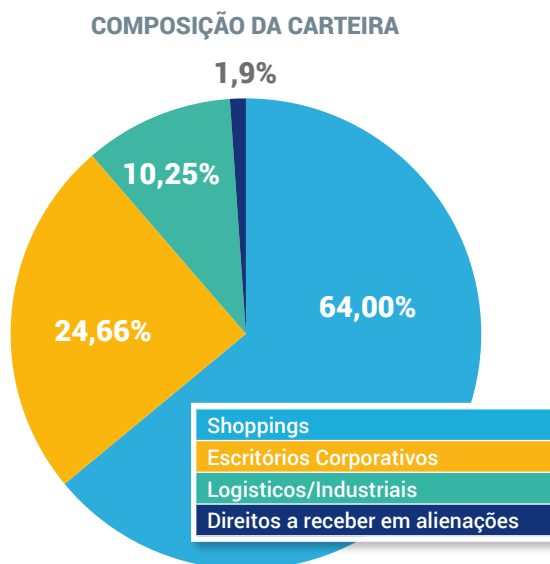
¹ A meta do segmento de Estruturados é constituída pela ponderação da alocação estratégica pela meta de cada classe de ativo, respectivamente, Fundos Private Equity - Ibovespa + 7,15% e Fundos Multimercado - 110% do CDI, conforme PI de 2017.

CARTEIRA DE FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES INVESTIDOS - FAPES

Estratégia	Fundo/Gestor	Fase	Comprometido		Integralizado	
			R\$ MM	%	R\$ MM	%
VENTURE CAPITAL	MVP Tech - Rio Bravo (DGF)	Desinvest	1,2	0,2%	1,2	100%
	Investech II - Rio Bravo (DGF)	Desinvest	1,5	0,3%	1,5	100%
	CRP VI - CRP	Desinvest	10,0	1,9%	10,0	100%
	Empreendedor Brasil - BRZ	Desinvest	20,0	3,8%	19,6	98%
ENERGIA	Energia PCH - InfraAsset (Vinci)	Desinvest	39,0	7,4%	39,5	101%
	Brasil Energia - BTG	Desinvest	30,0	5,7%	28,2	94%
AGRO	Brasil Agronegócio - BRZ	Desinvest	40,0	7,6%	27,8	70%
IMOBILIÁRIO	Global Equity - GEP (Brasil Plural)	Desinvest	25,0	4,8%	33,5	134%
	Polo RE II - Polo	Desinvest	15,0	2,9%	1,6	11%
	Pátria RE III - Pátria	Invest	30,0	5,7%	20,6	69%
MEZANINO	Neo Capital Mezanino - NEO	Desinvest	28,8	5,5%	27,2	94%
	Neo Capital Mezanino III - NEO	Invest	40,0	7,6%	19,6	49%
BUYOUT	FBIE II - Carlyle	Invest	40,0	7,6%	21,6	54%
GROWTH	Investidor Institucional II - GG (Angra)	Desinvest	20,0	3,8%	19,8	99%
	FBGC - Bozano	Desinvest	30,0	5,7%	26,0	87%
	CRP VII - CRP	Desinvest	30,0	5,7%	26,2	87%
	Kinea PE II - KINEA	Invest	80,0	15,2%	70,2	88%
	Stratus SCP	Invest	45,0	8,6%	26,1	58%
	Total		525,5	100,0%	420,2	

IMÓVEIS

A carteira de imóveis da FAPES é composta por escritórios corporativos, galpões logísticos/industriais e shoppings centers. Representando 7,93% do total de investimentos da Fundação, esse segmento obteve no ano retorno de 13,72%, acima do *benchmark* para a classe (IPCA + 7,58%), cujo desempenho foi 10,84%.



OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A carteira de empréstimos e financiamentos aos participantes obteve rentabilidade de 9,33% em 2017, índice abaixo do *benchmark* (IPCA + 7,24%), que rentabilizou 10,48%.⁽¹⁾

O destaque do ano ficou por conta de um estudo realizado pela Fundação para mudança nas regras dos programas de financiamento e empréstimos oferecidos pela FAPES. As propostas, aprovadas pelo Conselho Deliberativo, surgiram a partir de pesquisa realizada com os participantes e a comparação com as linhas de crédito disponíveis no mercado para esse segmento. As iniciativas serão implementadas ao longo de 2018 e incluem alterações nos prazos máximos de concessão e ajustes de cálculo de margem consignável, em função do e-Social. Além disso, os participantes contarão com um simulador de empréstimos no Portal. O objetivo é que, além de verificar as condições das linhas de empréstimos e financiamentos, o participante também possa fazer a contratação, pelo site da Fundação, do Empréstimo Pessoal.

ALM (Asset Liability Management) – Considerando a importância da alocação estratégica para um investidor de longo prazo, a FAPES passou, em 2017, a desenvolver internamente seu modelo de alocação de ativos, atividade que, até então, era desenvolvida por terceiros. O modelo ALM avalia o comportamento esperado das classes de ativos com base em um modelo de ALM e os compromissos atuais

no longo prazo, de forma a construir um portfólio otimizado (Carteira de Referência) que serve como referência de longo prazo para os investimentos da Fundação.

Esse trabalho culminou, em dezembro, na aprovação pelo Conselho Deliberativo da Carteira de Referência que vigorará a partir deste ano, e que consta da Política de Investimentos da FAPES de 2018. A aprovação do Conselho Deliberativo baseou-se no material técnico preparado pela equipe de investimentos da Fundação e na opinião de um especialista independente especificamente contratado para opinar sobre a robustez e a consistência do modelo construído para alocar os ativos da FAPES no longo prazo.

A internalização do ALM faz parte de um conjunto de iniciativas atualmente em implementação com vistas a fortalecer o processo de gestão dos investimentos dos recursos garantidores do PBB.

¹ A rentabilidade da carteira de empréstimos e financiamentos aos participantes foi apurada, em 2017, tomando-se como base a variação do INPC verificado em outubro por conta da defasagem de dois meses na disponibilidade dos dados. Ou seja, o INPC utilizado para se avaliar a performance da carteira em dezembro foi o INPC de outubro. Então, a diferença de performance entre a carteira e o *benchmark* se explica por: (i) diferença entre os índices de preços considerados: INPC para a carteira e IPCA para o *benchmark* e (ii) defasagem entre as datas de apuração.

06



GESTÃO DO RELACIONAMENTO

A gestão do relacionamento com participantes e beneficiários é estratégica para a FAPES. Para permitir um contato cada vez mais efetivo entre os públicos e a entidade, são disponibilizados vários canais de atendimento e de comunicação. Por meio deles, é possível esclarecer dúvidas e solucionar questões relacionadas aos serviços prestados pela Fundação.

Em 2017, foram realizados 117.448 atendimentos nos diversos canais disponibilizados. Desse total, pouco mais da metade foram feitos de forma presencial e quase 30% corresponderam a atendimentos telefônicos.

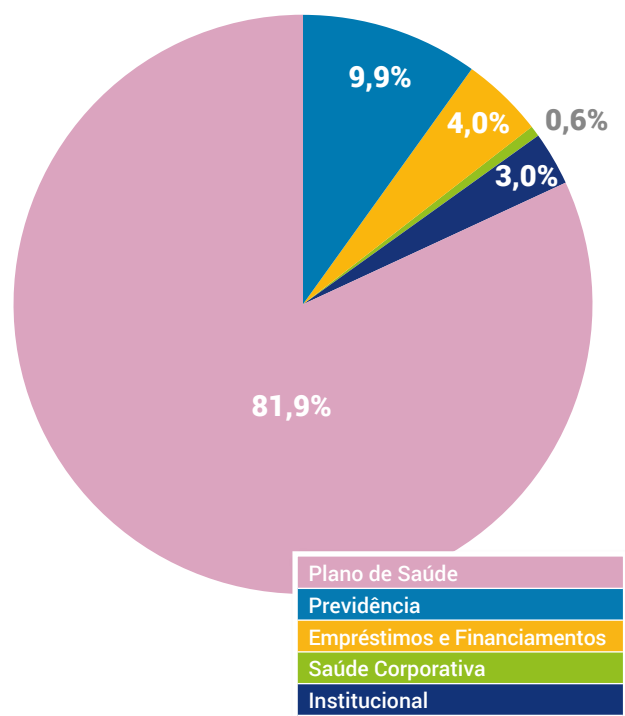
Atendimentos FAPES 2017

	Presenciais 59.017 (50,25%)
	Telefônicos 34.898 (29,71%)
	Digitais 11.690 (9,95%)
	Correspondência 11.652 (9,92%)
	Atendimento Agendado 191 (0,17%)
	Total 117.448

Atendimento por temas

Ao longo de 2017, aproximadamente 81% dos atendimentos realizados pela FAPES trataram de temas relacionados à gestão do Plano de Assistência e Saúde – PAS, entre os quais destacamos: autorizações médicas e odontológicas, reembolsos de despesas assistenciais, manutenção de dependentes e faturamento de credenciados ao Plano de Saúde.

ATENDIMENTOS POR TEMA



CENTRAL DE ATENDIMENTO

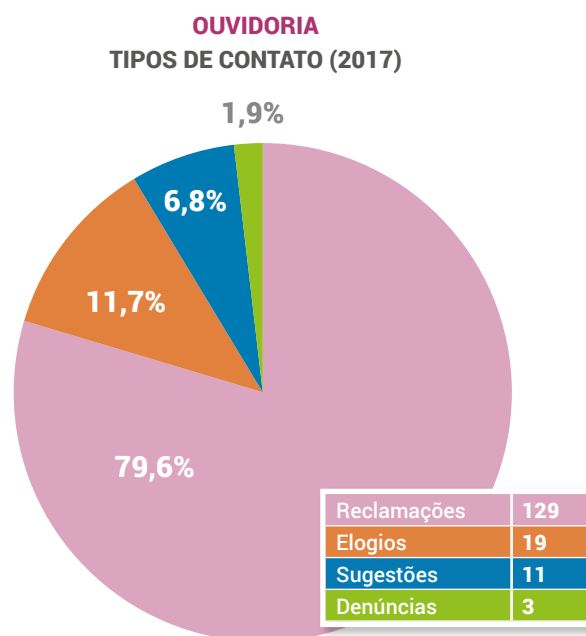
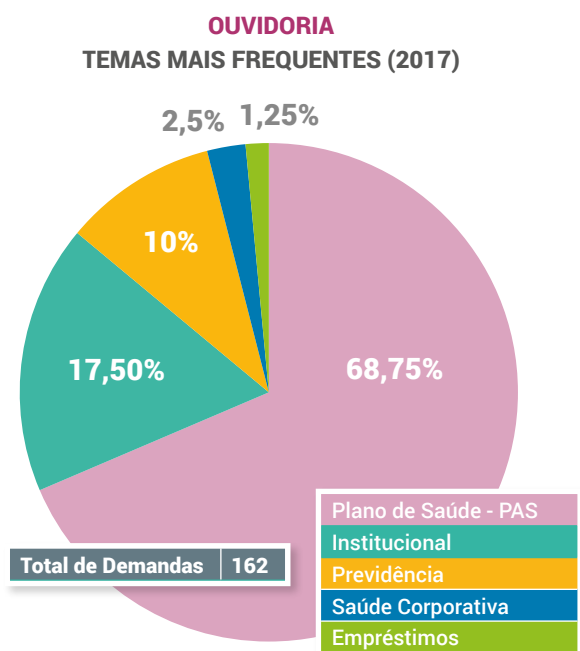
Visando proporcionar mais conforto e agilidade, em maio a Fundação passou a oferecer aos participantes e aos beneficiários a oportunidade de agendar o atendimento para tratar de temas específicos relacionados ao Plano de Saúde, à Previdência e aos Empréstimos/Financiamentos.

Ainda com o objetivo de facilitar a busca por informações, o atendimento via telefone teve seu início antecipado em uma hora, passando a funcionar, desde março de 2017, das 9h às 17h.

Em janeiro, o posto avançado da Central de Atendimento da FAPES no Edifício Ventura encerrou suas atividades.

Em razão da transferência da maioria dos empregados do BNDES, então lotados naquele Edifício, para o EDSERJ, o número de atendimentos do Posto Avançado foi consideravelmente reduzido, o que motivou o encerramento de suas atividades. Desde então, os empregados da Fundação que lá trabalhavam foram transferidos para o EDSERJ, otimizando os atendimentos prestados pela Central.

Em 2017, foram recebidas e resolvidas pela Ouvidoria 162 demandas. A exemplo do que acontece na Central de Atendimento, o assunto mais demandado foi o Plano de Assistência e Saúde - PAS, que correspondeu a quase 70% dos contatos.



COMUNICAÇÃO

Em 2017, com o objetivo de fortalecer a transparência e manter um contato próximo com seus públicos, a Fundação realizou encontros com participantes para apresentar e esclarecer dúvidas sobre assuntos relacionados à gestão do Plano Básico de Benefícios.

Além de se comunicar regularmente por meio dos seus diversos canais de comunicação, a FAPES também fez divulgações especiais, com a produção de folhetos, cartilhas, vídeos explicativos e tutoriais para reforçar os conteúdos publicados nos seus veículos.

Ainda no sentido de se aproximar de seus diversos públicos, em 2017 os dependentes do Plano de As-

sistência e Saúde passaram a ter acesso a uma área exclusiva, com informações que possibilitam mais independência para os familiares acompanharem a utilização do plano.

Outras ações no canal digital mereceram destaque no último ano: o lançamento da nova ferramenta de solicitação de autorização médica e a realização de uma pesquisa eletrônica para conhecer a opinião dos participantes sobre o programa de empréstimos e financiamentos oferecidos pela Fundação.

Estas e outras ações mostram o compromisso da FAPES de assegurar que seus participantes e beneficiários recebam informações de forma clara e tempestiva.

07



GESTÃO DA SAÚDE

INVESTIMENTO EM SAÚDE E BEM-ESTAR

Uma das missões da FAPES é contribuir com a saúde de empregados e aposentados do Sistema BNDES e da Fundação, bem como a de seus dependentes.

Para isso, a Fundação administra o Plano de Assistência e Saúde – PAS, por meio da adequada gestão dos recursos e da criação de serviços diferenciados. Também mantém os ambulatorios médicos no Edserj e no Ventura, onde são realizadas atividades de saúde ocupacional e promovidas ações de prevenção e combate a enfermidades.

PLANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

Em 2017, foram colocadas em prática uma série de iniciativas para melhorar e ampliar os serviços de saúde oferecidos aos beneficiários e dependentes do PAS.

➤ **Ampliação da rede de urgências** - A FAPES é reconhecida uma das melhores operadoras de planos de saúde de autogestão do país. Isso se deve, em grande parte, a uma eficiente rede credenciada. Nesse sentido, foram credenciados novos profissionais e clínicas que oferecem atendimento de urgência pediátrica e odontológica, e também profissionais especializados em arritmologia para prestação de serviço cardiológico.

➤ **Melhoria dos serviços e rede credenciada** – Para ampliar e manter sua rede com profissionais e serviços de excelência, a FAPES também atualizou, em 2017, as regras para credenciamento de profissionais médicos e de odontologia. As normas, que se baseiam em critérios técnicos definidos pela ANS, fo-

ram aperfeiçoadas para garantir que a cobertura da rede seja suficiente, além de dar ainda mais eficiência aos serviços oferecidos. Esse processo é totalmente transparente e conta com a divulgação no Portal da FAPES para informação e acesso dos beneficiários.

➤ **Parceria BEM e CTICor** – Outra iniciativa que resultou em melhorias para os beneficiários foi a criação de uma parceria entre as empresas BEM Emergências Médicas e a CTICOR. A junção das melhores práticas de serviço supre as demandas de atendimento de emergência e remoção no Rio de Janeiro. Com isso, a FAPES passou a contar com mais eficiência no atendimento de emergências e remoção ambulatorial.

➤ **Prêmio de Qualificação IDSS** - Pelo quinto ano consecutivo, a FAPES foi considerada uma das operadoras que oferecem os melhores serviços de plano de saúde do Brasil. Em 2017, a Fundação se manteve na faixa máxima do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), que faz parte do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Fundação obteve nota de 0,9158, em um máximo de 1,00. Calculada a partir de indicadores definidos pela ANS, a avaliação do IDSS é dividida em quatro dimensões: Garantia de Acesso; Gestão de Processos e Regulação; Qualidade em Atenção à Saúde; e Sustentabilidade no Mercado. Do total de 22 indicadores avaliados, a FAPES recebeu nota máxima em 16.

➤ **Área exclusiva para dependentes no Portal** – Em março, a Fundação inaugurou uma nova área no Portal FAPES, exclusiva para os dependentes do PAS. A iniciativa aumenta a transparência da gestão do plano, permitindo que, por meio de *login* e senha, todos os beneficiários da Fundação, titulares e dependentes, possam acompanhar mais facilmente a utilização dos serviços do Plano de Saúde.

➤ **Melhorias no Serviço de Autorizador do Portal** – Simplificar os processos diários para tornar o acesso no Portal mais ágil e eficiente também é um dos objetivos da FAPES, em todos os seus departamentos. Entre as iniciativas realizadas nesse sentido, a ferramenta de Solicitação de Autorização Médica para os beneficiários do PAS foi modernizada com um novo visual e maior facilidade de utilização, como a simplificação da etapa de anexar pedidos médicos.

➤ **Ampliação do Programa Amparar Cuidados Domiciliares** - Criado há três anos, o Programa foi ampliado em 2017 e, agora, atende a 182 pacientes. Equipes de especialistas acompanham, em domicílio, beneficiários com doenças crônicas com histórico de internação, oferecendo apoio caso haja necessidade de novas internações. Os resultados têm sido tão positivos que, mensalmente, cerca de 10% dos pacientes deixam de ser internados em unidades de alta complexidade em função dos cuidados domiciliares.

➤ **Resultados positivos do Amparar Cuidados na Internação** – Em 2017, aumentou o número de visitas dos especialistas aos pacientes de alta complexidade internados. Nesse projeto, além das visitas no hospital, os especialistas ajudam pacientes e familiares na hora da transferência do hospital para casa. Há casos em que é necessário que o doente passe por um hospital de transição/reabilitação como o Placi, que, em 2017, recebeu 24 internações.

➤ **Identificação dos novos cartões** - A identificação dos novos cartões foi concluída em 2017. Agora, todos os beneficiários possuem cartões adequados às normas da ANS.

➤ **Recadastramento** – Em um universo de mais de 11 mil beneficiários, cerca de 6 mil são dependentes do PAS. Em 2017, aproximadamente 95% deles realizaram o recadastramento da FAPES, que é fundamental para que a Fundação possa planejar a gestão dos benefícios e serviços.

SAÚDE OCUPACIONAL

Empregados da FAPES e do Sistema BNDES contaram, em 2017, com uma série de iniciativas para promover a qualidade de vida e, sobretudo, a prevenção de doenças. Os dados, bastante positivos, mostram excelente adesão em todos os programas e serviços oferecidos.

➤ **Check up anual** – Com 99,8% do público estimado atendido, o *Check up* anual 2017 abordou o tema 'Cuidando da sua coluna'. Com o objetivo de identificar casos de dor/desconforto nas costas de início recente, as pesso-

as preencheram um questionário relacionado à Ergonomia. Desse modo, os participantes foram classificados quanto ao risco de evolução para dor crônica. Foram respondidos 2.835 questionários, o que corresponde a 91% da população-alvo. Desse total, apenas 64 empregados (2%) foram considerados com alto risco e 183 (6%) com médio risco de desenvolver dor lombar crônica. A literatura médica mostra que, normalmente, são identificados entre 20% e 30% de casos de risco.

A FAPES, ciente dos benefícios da prevenção, ofereceu orientação por meio da Cartilha de Ergonomia, recomendou acompanhamento de ortopedistas para as pessoas classificadas pelo questionário nas categorias de alto e médio riscos e indicou para a área de Sesmt/Engenharia de Segurança necessidades de ajustes em alguns postos de trabalho.

➤ **Programa ASSISTIR**- Em 2017, 105 empregados afastados por mais de 15 dias foram acompanhados pelo Programa Assistir. Criado em 2010, o programa busca dar a assistência necessária para que os empregados licenciados retornem com saúde e bem-estar ao trabalho. Os empregados recebem acompanhamento regular da equipe técnica do Departamento Médico da FAPES, composta por médicos e assistentes sociais, desde o afastamento até a volta à rotina.

➤ **Programa EXAMINA** – Desde o ano 2000, o Examina busca prevenir e controlar as doenças e os riscos cardiovasculares e metabólicos dos empregados, assistidos e dependentes da FAPES e do BNDES. O objetivo é detectar precocemente os fatores de risco e, quando necessário, tratar os sintomas. Até o fim de 2017, 285 pacientes encontravam-se em tratamento regular, sendo 237 ativos e 48 assistidos e dependentes.

Para comemorar os 17 anos do lançamento da iniciativa, que inicialmente tinha o nome de Programa de Prevenção e Tratamento de Obesidade Mórbida (PPTO), foi realizado, em 13 de dezembro, o Encontro Examina 2017, que contou com a participação de 30 pessoas.

➤ **Espaço DELEITE** - Em 2017, o espaço foi utilizado 1.141 vezes por 28 mães que retornaram da licença-maternidade e puderam continuar amamentando seus bebês. Estas mulheres também contribuíram com o Banco de Leite Humano (BLH) do Instituto Figueira Fernandes, da Fiocruz, doando 105 frascos de leite humano.

Desde a sua inauguração, o Espaço Deleite já foi utilizado por 259 nutrízes - a taxa de adesão é de 63% das mães que retornam ao trabalho após a licença-maternidade.

➤ **Programa de Atualização Vacinal** - Desde 2010, é avaliado o estado vacinal dos empregados do sistema BNDES e da FAPES e atualizada a sua proteção com base nos calendários de vacinação da SBIm- Sociedade Brasileira de Imunizações.

Desde a sua criação até dezembro de 2017, o Programa de Atualização Vacinal aplicou 15.991 doses de diversas vacinas no ambulatório do Edserj. No fim do ano passado, 62% do corpo funcional estavam com o calendário vacinal totalmente atualizado conforme recomendação da SBIm.

➤ **Combate à gripe** - A vacinação contra a gripe foi disponibilizada para todos os beneficiários ativos, assistidos, pensionistas e dependentes do Plano de Assistência e Saúde (PAS) a partir dos 6 meses de idade. Foram aplicadas 5.405 doses da vacina nos beneficiários do Rio de Janeiro e das representações DENOR, DESUL e DEREG.

Assim, foi obtida a cobertura vacinal de 62% da população de ativos. Essa cobertura está abaixo do ideal para geração de imunidade coletiva (o ideal é mais de 80%), mas acima da média histórica (54%).

Como ação de prevenção à hipertensão arterial, junto com a campanha de combate à gripe foi realizada a aferição da pressão arterial de **500** pessoas.

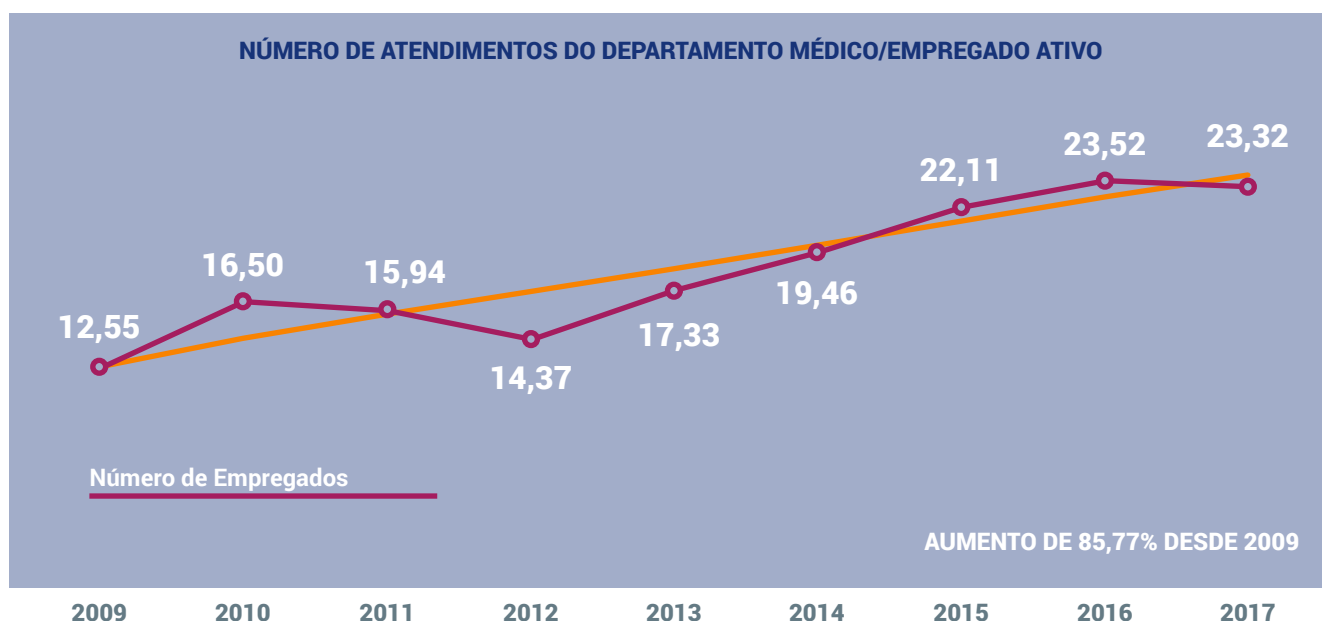
➤ **Saúde Mental na II Semana da Saúde** - A FAPES promoveu a II Semana da Saúde entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro, em paralelo com a XXIX Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) do BNDES.

O tema foi a 'Saúde Mental' para motivar a reflexão sobre o assunto no ambiente de trabalho. Além de palestras com especialistas, o Ambulatório Médico manteve um estande no local para dar orientações de saúde aos participantes. Foram realizados 244 atendimentos de medição da circunferência abdominal e cervical, da glicemia capilar e da pressão arterial, além do cálculo do risco cardiovascular.

➤ **Ambulatórios da FAPES** - Em 2017, foram realizados 68.347 atendimentos médicos assistenciais, ocupacionais, de urgência, de enfermagem, sociais e procedimentos ambulatoriais, representando uma média de 23 atendimentos por empregado ativo no ano.

Desde que o Departamento Médico foi criado, em 2009, houve um aumento de 78,47% no número absoluto de atendimentos, e de 85,77% da relação nº de atendimentos por empregado ativo do Sistema BNDES e da FAPES.

QUADRO COMPARATIVO



* Relação de número de atendimentos médicos, enfermagem, procedimentos e sociais do Departamento médico por Empregado Ativo - 2009 a 2017





GESTÃO DE DESPESAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A FAPES tem despesas administrativas relacionadas às atividades assistencial e previdencial, cada qual com fontes de custeio específicas. As fontes dos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas previdenciais e de investimentos são compostas por:

1. Contribuições de participantes, assistidos e patrocinadores (10% da receita previdencial);
2. Parcela administrativa dos contratos com patrocinadores (10% da prestação paga);
3. Resultado dos investimentos do PBB, limitado ao valor das despesas de administração dos investimentos;
4. Resultado positivo da aplicação dos recursos financeiros do PGA.

A Resolução CGPC 29/2009 definiu critérios para a transferência de recursos dos planos de benefícios para o plano de gestão administrativa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Com base nesse Normativo, o limite definido para a FAPES no ano de 2017 foi de 1% dos recursos garantidores do exercício corrente, que corresponde a R\$ 106,9 milhões, tendo a FAPES despendido R\$ 99,8 milhões. Vale mencionar que as despesas administrativas são realizadas atendendo a normas e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e pelo órgão fiscalizador, que recebem essas informações mensalmente.

Ao final de 2017, a FAPES contava com 99 profissionais alocados à gestão da Previdência – custeados, portanto, com recursos dos participantes e dos patrocinadores – e 120 vinculados às atividades relacionadas ao Convênio dos empregadores com o INSS, ao Plano de Saúde e à Medicina Ocupacional, integralmente custeados pelos empregadores (empresas do sistema BNDES e FAPES), totalizando 219 profissionais.

Vale ressaltar que o plano de saúde e a medicina ocupacional, além do Convênio com o INSS, possuem natureza não contributiva e, portanto, as despesas administrativas relativas à gestão e à administração dessas atividades não geram ônus financeiro aos participantes e beneficiários.

As despesas de operação do Plano Básico de Benefícios totalizaram R\$ 99,8 milhões, representando um decréscimo de 8,3% em relação a 2016, conforme demonstrado no quadro da página seguinte.

Em 2017, a despesa referente ao Termo de Assunção de Obrigação Financeira², reconhecido pela patrocinadora FAPES em junho de 2013 junto ao Plano Básico de Benefícios, foi de R\$ 10,7 milhões (R\$ 13,6 milhões em 2016). Essa despesa foi registrada na rubrica Pessoal Próprio da Gestão Previdencial.

² Esse Termo de Assunção de Obrigação Financeira diz respeito à dívida identificada da patrocinadora FAPES para com o Plano Básico de Benefícios, no âmbito dos estudos desenvolvidos pela Fundação, que foi equacionada em junho de 2013. Esses mesmos estudos também identificaram dívida dos patrocinadores BNDES, BNDESPAR e FINAME, dívidas essas reconhecidas por esses patrocinadores em dezembro de 2013 e de 2014 na sua quase totalidade e que ainda dependem de formalização.

Rubricas	Gestão 2017		2017	2016	Var %
	Previdencial	Investimentos			
Pessoal e Encargos	28.837	38.204	67.041	76.438	-12,3%
Dirigentes	793	1.842	2.635	1.984	32,8%
Pessoal Próprio	27.836	34.814	62.650	73.397	-14,6%
Pessoal Cedido	117	1278	1395	576	142,2%
Estagiários	58	207	265	371	-28,6%
Outras	33	63	96	110	-12,7%
Treinamentos/Congressos e Seminários	34	48	82	429	-80,9%
Viagens e Estádias	43	106	149	248	-39,9%
Serviços de Terceiros	8.440	10.835	19.275	18.217	5,8%
Auditoria contábil	95	0	95	38	150,0%
Consultoria contábil	1	0	1	0	N/A
Consultoria dos investimentos	0	3.612	3.612	3.834	-5,8%
Consultoria jurídica	3.673	520	4.193	1.569	167,2%
Gestão/planejamento estratégico	986	1.091	2.077	3.406	-39,0%
Informática	2.509	4.578	7.087	7.923	-10,6%
Outras	627	291	918	304	202,0%
Pessoa física	44	39	83	244	-66,0%
Recursos humanos	505	704	1.209	899	34,5%
Despesas Gerais	1.974	3.025	4.999	4.757	5,1%
Depreciações/Amortizações	1.273	1.249	2.522	7.171	-64,8%
Tributos	2.335	12	2.347	1.560	50,4%
Outras Despesas	3.433	0	3.433	0	N/A
Total das Despesas Administrativas	46.369	53.479	99.848	108.820	-8,2%

Entre as despesas administrativas, a principal variação ocorreu na rubrica de Pessoal e Encargos em função de desligamentos de empregados ocorridos durante o ano.

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

A análise das despesas de Administração dos Recursos só é possível observando dados contábeis e extracontábeis. As informações contábeis se referem às despesas internas da FAPES, como Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros etc., sendo denominadas neste relatório como Despesas Administrativas dos Investimentos. As despesas referentes à taxa paga aos administradores externos

dos fundos de investimento são abatidas das cotas dos fundos e, portanto, ficam registradas nas demonstrações contábeis próprias desses fundos, não estando explícitas na contabilidade da FAPES. Contudo, essas despesas são acompanhadas e estão demonstradas a seguir, juntamente com as demais. Neste relatório, elas são denominadas Despesas Embutidas nos Fundos de Investimento.

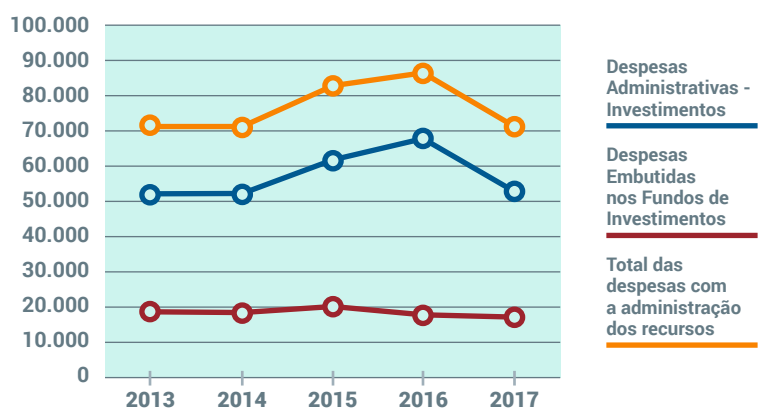
A FAPES, no encerramento de 2017, tinha 88,9% dos recursos garantidores totais dos planos administrados (PBB e PGA) investidos por meio de fundos de investimentos, sendo 78,9% em fundos de gestão própria e 10% de gestão terceirizada.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

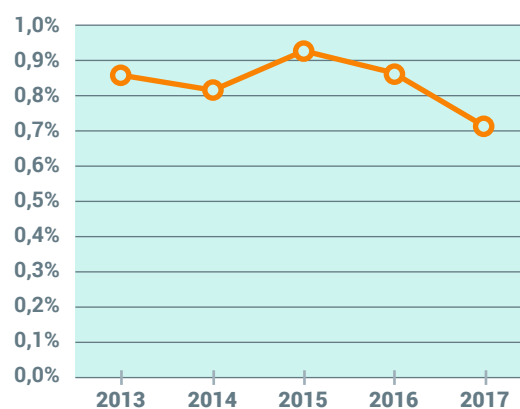
	Em R\$ Mil				
	2013	2014	2015	2016	2017
RG*	8.312.096	8.628.994	8.895.765	9.992.376	10.895.938
Despesas Administrativas - Investimentos	52.111	52.339	62.229	67.725	53.479
% Crescimento (período anterior)	20,66%	0,44%	18,90%	8,83%	-21,03%
Despesas Embutidas nos Fundos de Investimentos	18.672	18.498	20.370	18.080	17.407
% Crescimento (período anterior)	19,41%	-0,93%	10,12%	-11,24%	-3,72%
Total das despesas com a administração dos recursos	70.783	70.838	82.600	85.804	70.886
% Crescimento (período anterior)	20,33%	0,08%	16,60%	3,88%	-17,39%
% dos RG	0,85%	0,82%	0,93%	0,86%	0,65%

* RG - Recursos Garantidores Totais da FAPES

EVOLUÇÃO EM VALORES NOMINAIS (R\$ MIL)



EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS RECURSOS GARANTIDORES



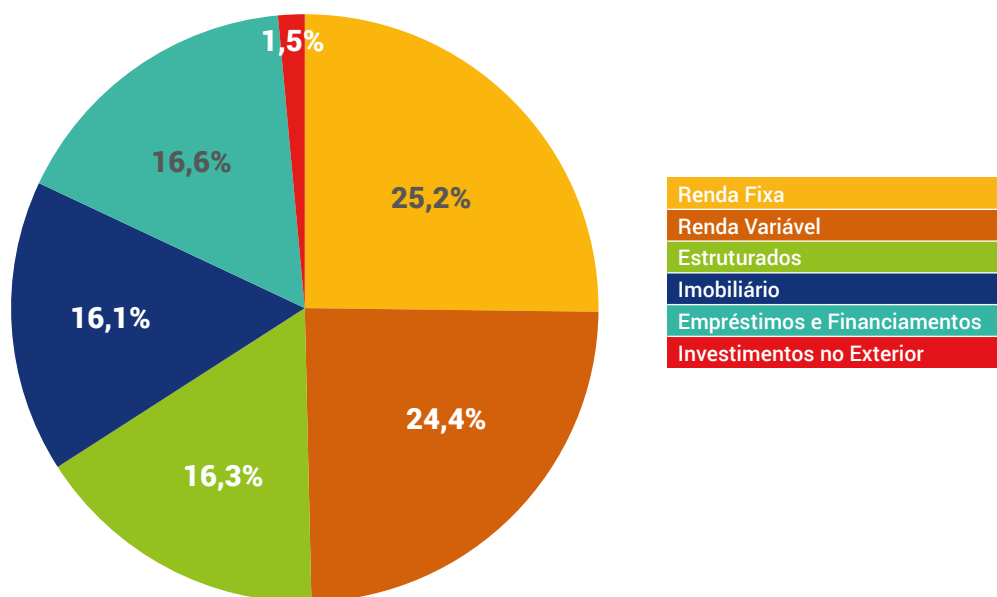
As Despesas com a Administração dos Recursos foram equivalentes a 0,65% dos recursos garantidores totais da FAPES (0,86% em 2016).

As Despesas Administrativas dos Investimentos apresentaram um decréscimo de 21% em relação a 2016 devido aos desligamentos ocorridos em 2017.

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS ENTRE OS SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS

Rubrica	2016	2017	2017					
			Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados	Imobiliário	Empréstimos e Financiamentos	Investimentos no Exterior
Despesas Administrativas dos Investimentos	67.725	53.479	13.477	13.070	8.699	8.602	8.851	780
Pessoal e Encargos	47.162	38.204	9.947	10.384	7.100	3.936	6.237	600
Treinamentos/ Congressos e Seminários	337	48	10	11	11	11	5	0
Viagens e Estadias	203	106	15	21	28	21	20	1
Serviços de Terceiros	13.089	10.835	2.498	1.677	905	4.267	1.364	124
Consultoria dos Investimentos	3.834	3.613	594	0	67	2.522	430	0
Consultoria Jurídica	222	500	104	96	27	55	216	2
Recursos Humanos	618	704	134	86	42	282	153	7
Informática	6.443	4.579	1.322	1.186	608	989	386	88
Gestão/ Planejamento Estratégico	1.067	1.091	275	264	139	307	83	23
Outros Serviços de Terceiros - PJ	905	348	69	45	22	112	96	4
Despesas Gerais	3.373	3.025	663	663	464	243	944	48
Depreciações/ Amortizações	3.561	1.249	341	311	189	122	279	7
Tributos	0	12	3	3	2	2	2	0

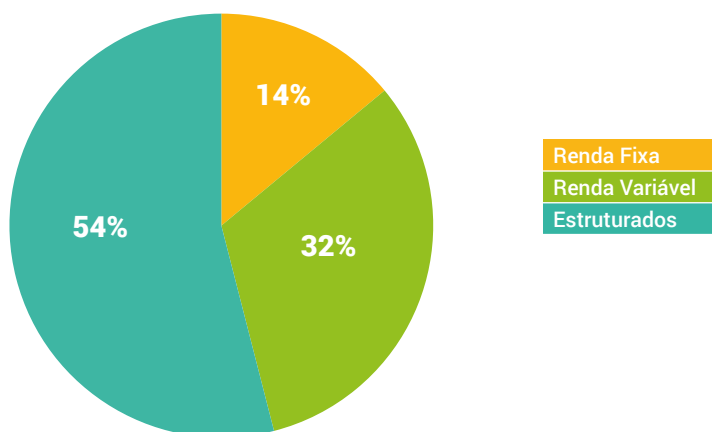
DESPESA ADMINISTRATIVA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO 2017



As Despesas Embutidas nos Fundos de Investimento são constituídas, principalmente, por Taxa de Administração, Corretagem e Taxa de Performance para os fundos de gestão externa. Em 2017, as Despesas Embutidas nos Fundos de Investimentos da FAPES foram equivalentes a 0,16% dos recursos garantidores totais da Fundação (0,18% em 2016). Os valores apurados abrangem as despesas dos fundos de gestão interna, externa e estruturados, e podem ser visualizadas no quadro a seguir.

DESPESAS EMBUTIDAS NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DA FAPES

RUBRICA	2016	2017	2017		
			Renda Fixa	Renda Variável	Estruturados
Despesas Embutidas nos Fundos de Investimentos da FAPES	18.080	17.407	2.461	5.518	9.428
Tx. Administração	10.530	10.929	420	3.695	6.814
Tx. Performance	1.888	1.460	-	107	1.353
Custódia	2.128	2.364	1.683	496	185
Corretagem	1.115	999	-	996	3
Corretagem BM&F	270	395	-	393	2
Corretagem BOVESPA	845	604	-	603	1
Consultorias	524	519	-	-	519
Auditoria	290	179	35	39	105
Desp adm diretas-Tx CVM	581	498	280	159	59
Serviços Jurídicos	385	333	-	1	332
Outras Despesas	638	126	43	25	59



Em 2017, as despesas embutidas nos fundos apresentaram redução de 3,7% em relação a 2016, o que é explicado, principalmente, pela redução das despesas com taxas de performance e corretagem.





TRANSPARÊNCIA E
COMPROMISSO COM O FUTURO.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2017**

COMPOSIÇÃO FAPES EM 2017

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES – FAPES

PATROCINADORES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR
Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME
Fundação de Assistência de Previdência Social do BNDES – FAPES

DIRETORIA-EXECUTIVA

Solange Paiva Vieira (Diretora-Superintendente)
Bruno Macedo Dias (Diretor de Seguridade)
Victor Guilherme Tito (Diretor de Investimentos)

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

Victor Guilherme Tito - Diretor de Investimentos
CPF 044.878.356-82

ADMINISTRADOR FIDUCIÁRIO

Intrag DTVM

CUSTODIANTE

Itaú-Unibanco S.A.

CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Renato Pereira Cotovio (Presidente)
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes
Carlos Eduardo Azen Alves
Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima
Luiz Raul Delgado de Andrade
Sebastião Bergamini Junior

CONSELHO FISCAL

Ricardo Massao Matsushima (Presidente)
Paulo Henrique Barbosa Pegas
Luís Inácio Senos Dantas
Paulo Rebouças Monteiro Filho

AO LONGO DE 2017, OCORRERAM OS TÉRMINOS DE MANDATOS A SEGUIR:

Ruy Siqueira Gomes ocupou o cargo de Diretor de Seguridade até 04.12.2017
Andréa Azevedo Simões ocupou o cargo de Diretora de Administração e Controles até 21.11.2017
Henrique Rogério Ferreira da Silva ocupou o cargo de Diretor-Superintendente até 26.10.2017
Bruno Macedo Dias ocupou o cargo de Conselheiro Deliberativo até 06.11.2017
Solange Paiva Vieira ocupou o cargo de Conselheira Deliberativa até 26.10.2017
Pablo Valente de Souza ocupou o cargo de Conselheiro Deliberativo até 24.02.2017
Antonio Miguel Fernandes e Ivan Fagundes Alves Junior ocuparam o cargo de Conselheiro Fiscal até 30.05.2017
Patrícia Barros Ramos ocupou o cargo de Conselheira Fiscal até 04.05.2017



TRANSPARÊNCIA E
COMPROMISSO COM O FUTURO.

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
2017



09

DEMONSTRAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

	5
• Demonstrações Contábeis	6
• Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	16
• Parecer Atuarial	41
• Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	51
• Parecer do Conselho Fiscal	53
• Resolução do Conselho Fiscal	54
• Resolução do Conselho Deliberativo	55

10

OUTROS DEMONSTRATIVOS

	56
• Resumo da Política de Investimentos 2017	57
• Demonstrativo de Investimentos	61
• Alocação dos Investimentos por Segmentos e Limites	76
• Quadro de Rentabilidades Bruta e Líquida dos Segmentos e Fundos de Investimentos	77

11

GLOSSÁRIO

79

09

DEMONSTRAÇÕES ECONÔMICO- FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

9.1 Demonstrações Contábeis

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Disponível	4	611	803	Exigível operacional	8	56.940	54.368
Realizável		11.377.317	10.869.568	Gestão previdencial		33.648	29.742
Gestão previdencial	5	449.548	847.911	Gestão administrativa		16.505	18.260
Gestão administrativa	7	25.655	23.718	Investimentos		6.787	6.366
				Exigível contingencial	10	22.676	17.175
Investimentos	6	10.902.114	9.997.939	Gestão previdencial		20.731	16.555
Fundos de investimento		9.683.924	8.811.607	Gestão administrativa		1.945	620
Investimentos imobiliários		851.665	827.308				
Empréstimos e financiamentos		366.525	359.024	Patrimônio social	11	11.318.477	10.818.223
				Patrimônio de cobertura do plano		11.192.574	10.711.124
Permanente		20.165	19.395				
Imobilizado		4.980	5.643	Provisões matemáticas		13.491.803	12.431.997
Intangível		15.185	13.752	Benefícios concedidos		8.904.249	8.068.056
				Benefícios a conceder		5.759.508	5.458.495
				(-) Provisões matemáticas a constituir		(1.171.954)	(1.094.554)
Gestão assistencial	14	54.159	33.549	Equilíbrio técnico			
				Resultados realizados		(2.299.229)	(1.720.873)
				Déficit técnico acumulado		(2.299.229)	(1.720.873)
				Fundos	12	125.903	107.099
				Fundos previdenciais		2.924	2.378
				Fundos administrativos		98.699	83.256
				Fundos dos investimentos		24.280	21.465
				Gestão assistencial	14	54.159	33.549
Total do ativo		11.452.252	10.923.315	Total do passivo		11.452.252	10.923.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos ativos líquidos do Plano Básico de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016	Variação %
Ativos		<u>11.388.765</u>	<u>10.872.082</u>	<u>4,75</u>
Disponível	4	533	792	(32,70)
Recebível		693.112	1.076.271	(35,60)
Investimento	6	<u>10.695.120</u>	<u>9.795.019</u>	
Fundos de investimento		9.476.631	8.608.291	10,09
Investimentos imobiliários		851.964	827.703	2,93
Empréstimos e financiamentos		366.525	359.025	2,09
Obrigações		<u>70.288</u>	<u>53.859</u>	<u>30,50</u>
Operacional		49.557	37.304	32,85
Contingencial		20.731	16.555	25,23
Fundos não previdenciais		<u>122.979</u>	<u>104.721</u>	<u>17,43</u>
Fundos administrativos		98.699	83.256	18,55
Fundos dos investimentos		24.280	21.465	13,11
Total dos ativos líquidos		<u>11.195.498</u>	<u>10.713.502</u>	<u>4,50</u>
Provisões matemáticas		13.491.803	12.431.997	8,52
Déficit técnico	11	(2.299.229)	(1.720.873)	33,61
Fundos previdenciais		2.924	2.378	22,96
Apuração do equilíbrio técnico ajustado				
Resultado realizado				
(-) Déficit técnico acumulado	11	(2.299.229)	(1.720.873)	33,61
Ajuste de precificação		339.011	335.062	1,18
Equilíbrio técnico ajustado		<u>(1.960.218)</u>	<u>(1.385.811)</u>	<u>41,45</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016	Variação %
Patrimônio social - Início do exercício	11	10.818.223	9.752.364	10,93
Adições		1.891.479	1.992.651	(5,08)
Contribuições previdenciais		384.094	325.472	18,01
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial		1.336.339	1.474.772	(9,39)
Receitas administrativas		144.648	154.375	(6,30)
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa		23.583	34.826	(32,28)
Constituição de fundos de investimentos		2.815	3.206	(12,20)
Destinações		(1.391.225)	(926.792)	50,11
Benefícios		(1.234.262)	(757.447)	62,95
Constituição de contingências - Gestão Previdencial		(4.175)	(4.045)	3,21
Despesas administrativas		(151.463)	(165.300)	(8,37)
Constituição de contingências - Gestão administrativa		(1.325)	-	N/A
Acréscimo no ativo líquido		500.254	1.065.859	(53,07)
Provisões matemáticas		1.059.805	(131.227)	(907,61)
Superávit/Déficit técnico		(578.355)	1.169.426	(149,46)
Fundos previdenciais		546	553	(1,27)
Fundos administrativos		15.443	23.901	(35,39)
Fundos dos investimentos		2.815	3.206	(12,20)
Patrimônio social - Final do exercício		11.318.477	10.818.223	4,62
Gestão assistencial		-	-	-
Receitas assistenciais		156.978	154.888	1,35
Despesas assistenciais		(156.978)	(154.888)	1,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do Plano Básico de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016	Variação %
Ativo líquido - Saldo inicial	<u>10.713.502</u>	<u>9.674.750</u>	<u>10,74</u>
Adições	<u>1.759.537</u>	<u>1.833.642</u>	<u>(4,04)</u>
Contribuições previdenciais	423.198	358.870	17,93
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	1.336.339	1.474.772	(9,39)
Destinações	<u>(1.277.541)</u>	<u>(794.890)</u>	<u>60,72</u>
Benefícios	(1.234.262)	(757.447)	62,95
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(4.175)	(4.045)	3,21
Custeio administrativo	(39.104)	(33.398)	17,08
Acréscimo no ativo líquido	<u>481.996</u>	<u>1.038.752</u>	<u>(53,60)</u>
Provisões matemáticas	<u>1.059.805</u>	<u>(131.227)</u>	<u>N/A</u>
Fundos previdenciais	546	553	(1,27)
Déficit técnico do exercício	(578.355)	1.169.426	N/A
Ativo líquido - Saldo final	<u>11.195.498</u>	<u>10.713.502</u>	<u>4,50</u>
Fundos não previdenciais	<u>122.979</u>	<u>104.721</u>	<u>17,43</u>
Fundos administrativos	98.699	83.256	18,55
Fundos dos investimentos	24.280	21.465	13,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016	Variação %
Fundo administrativo - Saldo anterior		<u>83.256</u>	<u>59.355</u>	<u>40,27</u>
Custeio da gestão administrativa		<u>168.231</u>	<u>189.202</u>	<u>(11,08)</u>
Receitas		<u>168.231</u>	<u>189.202</u>	<u>(11,08)</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial		39.104	33.398	17,08
Custeio administrativo dos investimentos		53.479	63.974	(16,41)
Resultado positivo líquido dos investimentos		23.583	34.826	(32,28)
Reembolso da Gestão Assistencial		51.615	56.481	(8,62)
Outras receitas		450	523	(13,96)
Despesas administrativas		<u>(151.463)</u>	<u>(165.301)</u>	<u>(8,37)</u>
Administração previdencial		<u>(46.369)</u>	<u>(41.095)</u>	<u>12,83</u>
Pessoal e encargos		(28.837)	(29.276)	(1,50)
Treinamentos/congressos e seminários		(34)	(92)	(63,04)
Viagens e estadias		(43)	(45)	(4,44)
Serviços de terceiros		(8.440)	(5.128)	64,59
Despesas gerais		(1.974)	(1.384)	42,63
Depreciações e amortizações		(1.273)	(3.610)	(64,74)
Tributos		(2.335)	(1.560)	49,68
Outros		(3.433)	-	N/A
Administração dos investimentos		<u>(53.479)</u>	<u>(67.725)</u>	<u>(21,04)</u>
Pessoal e encargos		(38.204)	(47.162)	(18,99)
Treinamentos/congressos e seminários		(48)	(337)	(85,76)
Viagens e estadias		(106)	(203)	(47,78)
Serviços de terceiros		(10.835)	(13.089)	(17,22)
Despesas gerais		(3.025)	(3.373)	(10,32)
Depreciações e amortizações		(1.249)	(3.561)	(64,93)
Tributos		(12)	-	N/A
Administração assistencial		<u>(51.615)</u>	<u>(56.481)</u>	<u>(8,62)</u>
Constituição de contingências administrativas		<u>(1.325)</u>	<u>-</u>	<u>N/A</u>
Sobra da gestão administrativa		<u>15.443</u>	<u>23.901</u>	<u>(35,39)</u>
Constituição do fundo administrativo		<u>15.443</u>	<u>23.901</u>	<u>(35,39)</u>
Fundo administrativo - Saldo atual	9	<u>98.699</u>	<u>83.256</u>	<u>18,55</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do plano de gestão administrativa do Plano Básico de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016	Variação %
Fundo administrativo - Saldo anterior		<u>83.256</u>	<u>59.355</u>	<u>40,27</u>
Custeio da gestão administrativa		<u>116.616</u>	<u>132.721</u>	<u>(12,13)</u>
Receitas		<u>116.616</u>	<u>132.721</u>	<u>(12,13)</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial		39.104	33.398	17,08
Custeio administrativo dos investimentos		53.479	63.974	(16,41)
Resultado positivo líquido dos investimentos		23.583	34.826	(32,28)
Outras receitas		450	523	(13,96)
Despesas administrativas		<u>(99.848)</u>	<u>(108.820)</u>	<u>(8,24)</u>
Administração previdencial		<u>(46.369)</u>	<u>(41.095)</u>	<u>12,83</u>
Pessoal e encargos		(28.837)	(29.276)	(1,50)
Treinamentos/congressos e seminários		(34)	(92)	(63,04)
Viagens e estadias		(43)	(45)	(4,44)
Serviços de terceiros		(8.440)	(5.128)	64,59
Despesas gerais		(1.974)	(1.384)	42,63
Depreciações e amortizações		(1.273)	(3.610)	(64,74)
Tributos		(2.335)	(1.560)	49,68
Outros		(3.433)	-	N/A
Administração dos investimentos		<u>(53.479)</u>	<u>(67.725)</u>	<u>(21,04)</u>
Pessoal e encargos		(38.204)	(47.162)	(18,99)
Treinamentos/congressos e seminários		(48)	(337)	(85,76)
Viagens e estadias		(106)	(203)	(47,78)
Serviços de terceiros		(10.835)	(13.089)	(17,22)
Despesas gerais		(3.025)	(3.373)	(10,32)
Depreciações e amortizações		(1.249)	(3.561)	(64,93)
Tributos		(12)	-	N/A
Constituição de contingências administrativas		<u>(1.325)</u>	<u>-</u>	<u>N/A</u>
Sobra da gestão administrativa		<u>15.443</u>	<u>23.901</u>	<u>(35,39)</u>
Constituição do fundo administrativo		<u>15.443</u>	<u>23.901</u>	<u>(35,39)</u>
Fundo administrativo - Saldo atual	9	<u>98.699</u>	<u>83.256</u>	<u>18,55</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das provisões técnicas do Plano Básico de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016	Variação %
Provisões técnicas		<u>11.290.067</u>	<u>10.788.827</u>	<u>4,65</u>
Provisões matemáticas	12	<u>13.491.803</u>	<u>12.431.997</u>	<u>8,52</u>
Benefícios concedidos		<u>8.904.249</u>	<u>8.068.056</u>	<u>10,36</u>
Benefício definido		8.904.249	8.068.056	10,36
Benefícios a conceder		<u>5.759.508</u>	<u>5.458.495</u>	<u>5,51</u>
Benefício definido		5.759.508	5.458.495	5,51
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		<u>(1.171.954)</u>	<u>(1.094.554)</u>	<u>7,07</u>
(-) Déficit equacionado		(1.171.954)	(1.094.554)	7,07
(-) Patrocinadores		(585.977)	(547.277)	7,07
(-) Participantes		(215.350)	(42.363)	408,34
(-) Assistidos		(370.627)	(504.914)	(26,60)
Equilíbrio técnico		<u>(2.299.229)</u>	<u>(1.720.873)</u>	<u>33,61</u>
Déficit técnico acumulado		<u>(2.299.229)</u>	<u>(1.720.873)</u>	<u>33,61</u>
Fundos	12	<u>27.204</u>	<u>23.843</u>	<u>14,10</u>
Fundos previdenciais		2.924	2.378	22,96
Fundos dos investimentos - Gestão Previdencial		24.280	21.465	13,11
Exigível operacional	11,9	<u>49.558</u>	<u>37.305</u>	<u>32,85</u>
Gestão previdencial		39.384	30.939	27,30
Investimentos - Gestão Previdencial		10.174	6.366	59,82
Exigível contingencial	10	<u>20.731</u>	<u>16.555</u>	<u>25,23</u>
Gestão previdencial		20.731	16.555	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços Patrimoniais do Plano de Assistência e Saúde - PAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		<u>54.092</u>	<u>33.391</u>	Passivo Circulante		<u>43.449</u>	<u>26.150</u>
Disponível		<u>3</u>	<u>10</u>	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14.2	<u>10.310</u>	<u>5.545</u>
				Provisões para Eventos a Liquidar para o SUS		48	32
Realizável		<u>54.089</u>	<u>33.381</u>	Provisões para Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços		10.262	5.513
Aplicações Financeiras	14.1	<u>53.323</u>	<u>32.665</u>	Débitos de operações de assistência à saúde		-	-
Cotas de Fundo de Investimentos Vinculados		263	240	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Cotas de Fundo de Investimentos Não Vinculados		53.060	32.425				
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		<u>766</u>	<u>716</u>	Débitos de operações não relacionados com planos de saúde da Operadora		85	45
Contraprestação Pecuniária a Receber		-	-	Tributos e contribuições a recolher		3.199	2.801
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados		580	522	Débitos diversos		29.855	17.759
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		186	194				
Créditos de Operações não relacionados com Plano de Assistência à Saúde		-	-				
Bens e Títulos a Receber		-	-				
Ativo Não Circulante		<u>68</u>	<u>158</u>	Patrimônio Social		<u>10.711</u>	<u>7.399</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>68</u>	<u>-</u>	Total do passivo		<u>54.160</u>	<u>33.549</u>
Total do ativo		<u>54.160</u>	<u>33.549</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado do Plano de Assistência e Saúde - PAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Contraprestações efetivas do plano de assistência à saúde	14.3	184.825	185.781
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		184.825	185.781
Contraprestações líquidas		186.224	187.309
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde		(1.399)	(1.528)
Eventos indenizáveis líquidos	14.4	(155.132)	(153.114)
Eventos conhecidos ou avisados		(155.039)	(152.532)
Outras despesas operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(93)	(582)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		29.693	32.667
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		20.102	22.176
Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(900)	(1.014)
Outras despesas operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		(1.452)	(1.392)
Resultado bruto		47.443	52.437
Despesas administrativas		(51.981)	(56.789)
Resultado financeiro líquido		4.538	4.352
Receitas financeiras		4.567	4.426
Despesas financeiras		(29)	(74)
Resultado líquido		-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio social do Plano de Assistência e Saúde - PAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Patrimônio Social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.683	4.683
Integralização de margem de solvência	2.716	2.716
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.399	7.399
Integralização de margem de solvência	3.312	3.312
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.711	10.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa do Plano de Assistência e Saúde - PAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Recebimento de planos de saúde	199.557	192.304
Resgate de aplicações financeiras	150.596	146.101
Outros Recebimentos Operacionais	19.913	20.666
Pagamento a fornecedores/Prestadores de serviços de saúde	(201.383)	(207.033)
Pagamento de tributos	(5.314)	(5.297)
Aplicações financeiras	(166.687)	(149.454)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(3.319)	(2.713)
Atividades de financiamento		
Integralização de Capital em Dinheiro	3.312	2.716
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.312	2.716
Variação líquida do caixa	(7)	3
Caixa - Saldo inicial	10	7
Caixa - Saldo final	3	10
Ativos livres no início do exercício ^(*)	32.435	24.681
Ativos livres no final do exercício ^(*)	53.063	32.435
Aumento/Redução nas aplicações financeiras recursos livres	20.628	7.754

^(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras garantidoras das provisões técnicas, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

9.2 Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES ("FAPES" ou "Entidade" ou "Fundação"), com sua sede situada à Avenida República do Chile, 230/8º andar - CEP. 20031-170 - Rio de Janeiro (RJ), é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, por prazo indeterminado, instituída pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") por meio de Escritura Pública datada de 7 de janeiro de 1975, criada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS pela Portaria nº 1.550/79, que aprovou seu estatuto social e autorizou seu funcionamento.

A Fundação tem por objeto principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados do Sistema BNDES, que compreendem o BNDES, a BNDES Participações S.A. - ("BNDESPAR") e a Agência Especial de Financiamento Industrial - ("FINAME"), bem como aos da FAPES, definidos por regulamento específico. O seu estatuto atual foi aprovado pela Portaria nº 118, de 9 de março de 2010, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A FAPES opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios - PBB, na modalidade de benefício definido, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio da Portaria nº 2.598, de 6 de novembro de 2008, único e comum a todos os seus participantes e patrocinadores, cujos benefícios estão previstos no texto regulamentar.

Em 05 de maio de 2017, a Fundação deu início ao processo de fechamento do PBB para novas adesões, a partir de solicitação dos patrocinadores do Sistema BNDES, acatada também pelo próprio patrocinador FAPES. A proposta de alteração do Regulamento do Plano Básico de Benefícios - RPBB foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da FAPES e atualmente encontra-se em análise pelos patrocinadores integrantes do sistema BNDES. Após esta etapa, os documentos serão enviados para análise da PREVIC.

A Fundação também administra o Plano de Assistência e Saúde - PAS, que corresponde ao programa de assistência médica definido em regulamento específico, aprovado pela Resolução nº 2.127/2011 do BNDES. O Plano foi instituído pelos mantenedores BNDES, BNDESPAR, FINAME e a própria FAPES, que custeiam integralmente as despesas

correspondentes, conforme convênio de gestão celebrado em 15 de outubro de 2007, em atendimento à Resolução Normativa nº 137, de 14 de novembro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A FAPES, conforme determina o artigo 5º da Lei 11.053, de 29 de dezembro de 2004, não está sujeita à retenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2017, a FAPES contava com 2.910 participantes ativos (3.009 em dezembro de 2016) e 2.179 assistidos (2.148 em dezembro de 2016) e a idade média da população do plano de benefícios é de 53 anos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da FAPES e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

As operações do PAS são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pela Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, e apresentadas em quadros e notas explicativas específicas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela ANS.

A FAPES não apresenta no conjunto das demonstrações contábeis do PAS a Demonstração do Resultado Abrangente - DRA pelo fato de não apurar resultado nos exercícios.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 21 de março de 2018.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da FAPES. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

c. Realizável - Gestão previdencial

Registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições contratadas das patrocinadoras são atualizadas até a data do balanço pelos índices fixados em contrato. Para prestações inadimplidas é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme regras estabelecidas pela PREVIC.

d. Realizável - Gestão administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

e. Investimentos***Títulos e valores mobiliários - Renda fixa***

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa, referentes às carteiras dos fundos exclusivos, classificados na categoria “títulos para negociação”, têm o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” estão incluídos títulos públicos federais, que são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, utilizando também como contrapartida as rubricas de resultado. A FAPES baseia-se em estudos que garantem a manutenção da carteira de títulos mantidos até o vencimento.

Títulos e valores mobiliários - Renda variável

Todas as ações são negociadas no mercado à vista. Tanto as que estão na carteira própria quanto as que estão em fundos exclusivos, são registradas pelo custo de aquisição deduzido das despesas diretas com corretagem e de outras taxas e ajustadas ao valor de mercado. Tal valor é apurado com base na cotação do último dia útil do mês ou da data mais próxima do balanço em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores.

A variação oriunda da comparação entre os valores registrados na contabilidade e os avaliados a mercado é apropriada no resultado dos investimentos.

Fundos de investimentos - Estruturados

As participações nesses fundos são registradas pelo custo

de aquisição e ajustadas pelo valor patrimonial das cotas informado pelos respectivos administradores.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, de acordo com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente.

As receitas com aluguéis, assim como a variação oriunda da comparação entre os valores registrados na contabilidade e os avaliados a mercado, são registradas em rubrica do resultado dos investimentos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos até a data do balanço. A remuneração referente aos juros e à atualização financeira está registrada nas rubricas de resultado dos investimentos. Para prestações inadimplidas é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme regras estabelecidas pela PREVIC.

f. Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado e intangível. O imobilizado refere-se aos bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível são apresentados pelo valor aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

g. Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

h. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

i. Patrimônio social - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são calculadas pelo atuário externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda, contratado pela Fundação, observando o regime financeiro de capitalização. As provisões representam, na época da sua apuração, os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos, nas provisões relativas a benefícios a conceder, e aos assistidos, nas relativas a benefícios concedidos.

j. Gestão assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos do Plano Básico de Benefícios administrado pela FAPES e seguem as normas contábeis determinadas pela ANS, que estão descritas na Nota Explicativa 15.

k. Custeio administrativo

A FAPES conta com metodologia desenvolvida internamente, destinada à apuração do seu custeio administrativo departamental, considerando o método de apropriação de custos por atividade. Esses custos são registrados diretamente nas contas de despesas administrativas e apropriados de acordo com sua natureza a cada gestão depois de se proceder aos devidos rateios.

l. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual dos investimentos imobiliários, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4. Disponível

Os saldos das disponibilidades, no valor de R\$ 611 (R\$ 803 em 31 de dezembro de 2016), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5. Gestão previdencial

Os realizáveis da gestão previdencial são compostos como se segue:

	2017	2016
Contribuições normais do mês	1.431	2.893
Contribuições em atraso	139	-
Contribuições sobre 13º	3	-
Contribuições contratadas ^(a)	427.143	825.700
Adiantamentos	2.282	1.556
Depósitos judiciais/recursais	12.077	12.077
Outros valores a receber	6.473	5.685
Total	449.548	847.911

- (a) As contribuições contratadas referem-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores e ao termo de assunção de obrigação financeira firmado pela FAPES entre o Plano Básico de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa, com prazo fixo de amortização, realizada por meio de pagamentos mensais calculados pelo sistema *price*, totalizando 13 parcelas a cada ano. Os juros incidentes para os contratos celebrados em 2002 correspondem a 7,0139% ao ano, sendo 6% referentes à taxa atuarial, vigente à época, e 1,0139% referente à taxa de custeio administrativo. No caso dos contratos celebrados em 2004 e aditados em 2008, os juros incidentes correspondem à taxa de 6% ao ano, enquanto a taxa de carregamento administrativo representa 1/9 de cada parcela. Com relação ao termo de assunção, a taxa de juros anual corresponde à do plano de custeio da Fundação e a taxa de carregamento administrativo foram deduzidas em sua totalidade, do valor da dívida, apurando-se o valor líquido do termo. Para todas as obrigações contratadas, além da incidência dos juros já mencionados, há atualização do saldo devedor em decorrência do reajuste salarial determinado por acordo coletivo de trabalho, o qual deve ser aplicado nas mesmas épocas e proporções em que este for concedido. Entretanto, até que o percentual de reajuste seja definido, é utilizado, provisoriamente, o INPC para correção mensal dos saldos devedores.

Composição das contribuições contratadas por patrocinador:

	2017	2016
BNDES	665.136	642.210
(-) PCLD	(332.568)	-
Saldo BNDES	332.568	642.210
BNDESPAR	139.711	135.513
(-) PCLD	(69.856)	-
Saldo BNDESPAR	69.855	135.513
FINAME	49.440	47.977
(-) PCLD	(24.720)	-
Saldo FINAME	24.720	47.977
Total do sistema BNDES	427.143	825.700
FAPES ^(*)	129.136	130.660
Total FAPES	129.136	130.660
Total	556.279	956.360

- (*) O valor a receber do patrocinador FAPES é eliminado nos ajustes de consolidação, conforme a Nota 9.

Posição em 31/12/2017

Patrocinadoras	BNDES		BNDESPAR		FINAME		FAPES	TOTAL
Contratos firmados	2002	2004	2002	2004	2002	2004	2013	
Saldo anterior	592.835	49.374	121.815	13.698	43.003	4.975	130.660	956.360
Atualização monetária/Juros	58.177	7.860	11.954	2.181	4.220	792	10.734	88.384
(-) Prestações recebidas	(28.136)	(15.418)	(5.781)	(4.278)	(2.041)	(1.554)	(12.258)	(61.932)
Mora	-	444	-	122	-	45	-	611
(-) PCLD	(311.459)	(21.109)	(63.994)	(5.862)	(22.591)	(2.129)	-	(427.144)
Saldo atual	311.417	21.151	63.994	5.861	22.591	2.129	129.136	556.279

Posição em 31/12/2016

Patrocinadoras	BNDES		BNDESPAR		FINAME		FAPES	TOTAL
Contratos firmados	2002	2004	2002	2004	2002	2004	2013	
Saldo anterior	583.810	72.119	119.960	20.009	42.348	7.267	128.753	974.266
Atualização monetária/Juros	67.208	9.138	13.810	2.535	4.875	921	13.610	112.097
(-) Prestações recebidas	(58.183)	(31.883)	(11.955)	(8.846)	(4.220)	(3.213)	(11.703)	(130.003)
Saldo atual	592.835	49.374	121.815	13.698	43.003	4.975	130.660	956.360

O contrato firmado em 2002, no valor original de R\$ 337.833, refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou no acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

O contrato firmado em 2004, no valor original de R\$ 170.174, refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (de acordo com a solicitação do Sistema BNDES e em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998 por meio de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008, foram celebrados instrumentos particulares de retificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

O termo de assunção de obrigação financeira firmado pela FAPES em 2013, entre o Plano Básico de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa, após um conjunto de estudos

que abrangeu uma análise dos elementos que influenciam o passivo atuarial do PBB, assim como o exame da evolução das reservas técnicas garantidoras dos benefícios. O objeto do referido termo inclui decisões patronais ao longo dos últimos anos, relativas ao Plano de Cargos e Salários e acordo sindical da categoria profissional de seus funcionários e às gratificações e abonos especiais, além da identificação de eventos exógenos, como a criação do fator previdenciário para cálculo dos benefícios do INSS, que geraram elevação dos compromissos do PBB, que não recebeu, à época, os aportes devidos do patrocinador FAPES. O reconhecimento desta dívida, no valor original de R\$ 104.017, que será amortizada em 260 parcelas, ocorreu em junho de 2013 e seu primeiro pagamento foi efetuado no mês seguinte, julho de 2013.

Em 24 de julho de 2017, o BNDES comunicou à FAPES, por meio da Carta SUP/AARH nº 031/2017, que, em 19 de julho de 2017, nos autos do processo TC Nº 029.845/2016-5, o Ministro Relator Augusto Sherman Cavalcanti, do Tribunal de Contas da União - TCU, decidiu determinar cautelarmente ao BNDES, à BNDESPAR e à FINAME, que suspendessem temporariamente os pagamentos dos contratos de confissão de dívida celebrados com a FAPES em 27 de dezembro de 2002 e 16 de novembro de 2004. Tal suspensão estaria mantida até que o Tribunal deliberasse em definitivo sobre a questão, uma vez que, pelo entendimento adotado como premissa para a decisão, os pagamentos decorrentes des-

tes contratos configurariam aportes unilaterais dos patrocinadores, contrários à legislação que rege a matéria, e não haveria autorização específica do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST (atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST) para tais dispêndios.

A partir de então a FAPES impetrou mandado de segurança, interpôs recurso de agravo no TCU, dentre outras ações, com intuito de suspender a medida cautelar, sem sucesso até o momento. Considerando que os patrocinadores estavam inadimplentes em relação ao pactuado, a Fundação ajuizou execuções por títulos extrajudiciais em 20 de outubro de 2017.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, os patrocinadores não se manifestaram para a FAPES acerca do eventual valor a ser pago para o Plano Básico de Benefícios ou da data em que o pagamento possivelmente será realizado. As medidas administrativas e judiciais estão em andamento.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa - PCLD relativas aos contratos inadimplidos supramencionados vêm sendo constituídas de acordo com os itens 10 e 11, do Anexo A "Normas Complementares", da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas atualizações. As despesas com benefícios no montante de R\$ 1.234.262 (R\$ 757.447 em 2016) sofreram aumento relevante, em relação ao exercício anterior, em decorrência do reconhecimento desta PCLD.

6. Investimentos

	2017	2016
Fundos de investimento (a)	9.683.924	8.811.607
Investimentos imobiliários (b)	851.665	827.308
Em construção	49.038	49.038
Edificações	298.030	235.731
Uso próprio	38.181	30.838
Locadas a patrocinadores	67.876	43.658
Locadas a terceiros	191.973	161.235
Participações		
Shopping centers	494.514	521.456
Direitos em alienações	10.083	21.083
Alienação de imóveis	10.083	21.083
Empréstimos e financiamentos (c)	366.525	359.024
Empréstimos	141.156	144.595
Financiamentos imobiliários	225.369	214.429
Total	10.902.114	9.997.939
Composição do resultado dos investimentos por segmento:		
	2017	2016
Fundos de investimento	1.273.994	1.345.359
Investimentos imobiliários	109.446	185.206
Empréstimos e financiamentos	32.815	46.373
Outras variações negativas	(39)	(160)
	1.416.216	1.576.778
Constituição de fundos de investimentos	(2.815)	(3.206)
Cobertura de despesas administrativas	(53.479)	(63.974)
Total	1.359.922	1.509.598

O resultado positivo observado nos fundos de investimentos no exercício de 2017 decorreu, principalmente, do desempenho dos ativos de renda fixa e variável, com destaque para este último.

As Notas do Tesouro Nacional - Série B, com vencimento em 2023, 2035, 2040, 2045, 2050 e 2055, pertencentes à carteira do fundo exclusivo FPRF3 Ararajuba Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário Crédito, estão classificadas na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e tiveram sua valorização decorrente de atualização monetária pelo IPC-A, acrescida de taxa de juros fixa, conforme informações no item "a".

a. Fundos de investimento

Efetuamos, abaixo, a abertura das carteiras dos fundos exclusivos por tipo de produto:

	Saldo contábil		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Fundos Exclusivos	9.187.101	8.384.203	1.186.122	1.337.748
Multimercados:				
FPRF4 Águia FIC FIM PREV	695.389	773.157	81.666	147.172
FPRF2 Albatroz FIM PREV	2.065.071	1.781.761	226.973	364.701
FPRF3 Ararajuba FIM PREV	3.060.041	2.975.804	271.304	365.791
FPRF1 Bem-Te-Vi FIM PREV	1.033.874	1.011.291	97.577	119.859
FPFQ Saíra FIC FIM PREV	238.776	169.103	19.674	24.241
SABIÁ FIM PREV	-	-	-	(17.429)
ANDORINHA FIM PREV	-	-	-	(3.651)
	7.093.151	6.711.116	697.194	1.000.684
Ações:				
FPRV1 Sabiá FIA	626.369	494.667	131.702	117.053
FPRV Quest Gaivota FIA	84.284	66.938	17.346	14.331
FPRV2 Andorinha FIA	868.493	802.868	265.626	142.133
FPRV Atmos Curió FIC FIA	169.577	-	19.577	-
FPRV SQA Sanhaço FIA	81.836	67.135	14.701	18.252
FPRV ARX Melro FIA	76.800	58.456	18.345	12.983
	1.907.359	1.490.064	467.297	304.752
Plano de Gestão Administrativa:				
FPGA Itaú Pica-Pau FI Renda Fixa PREV	186.591	183.023	21.631	32.312
Fundos não exclusivos	496.823	427.404	87.874	7.611
Plano de Gestão Administrativa:				
Itaú Institucional RF DI	20.702	20.293	1.991	2.674
Multimercados:				
JGP Equity FIC FIM	78.170	62.558	15.612	12.527
	78.170	62.558	15.612	12.527
Empresas emergentes:				
FMIEE - Rio Bravo Investch II	20	19	1	(220)
FIP - CRP VI Venture	902	2.870	3.830	(89)
FMIEE - Empreendedor Brasil	17.591	18.643	(1.052)	10.362
FMI - MVP Tech Fund	2.656	101	2.556	(287)
	21.169	21.633	5.335	9.766

	Saldo contábil		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Participações:				
FIP - Investidores Institucionais II	150	664	(156)	(129)
FIP - Brasil Energia	33.817	37.310	8.029	2.974
FIP - Brasil Governança Corporativa	8.432	7.577	806	1.981
FIP - Capital Mezanino	-	-	-	(1.063)
FIP - BR Agronegócio	22.949	18.612	4.034	(6.180)
FIP - Coliseu	-	31.873	314	14.883
FIP - Brascan Petróleo, Gás e Energia	-	827	4	(938)
FIP - Energia PCH (i)	43.769	65.617	(22.276)	(307)
FIP - CRP VII	10.550	10.551	(222)	(217)
FIP - Global Equity (ii)	-	-	(430)	(53.371)
FIP - Neo Capital Mezanino	21.596	21.530	715	1.451
FIP - Kinea Private Equity II	118.098	51.065	67.612	14.060
FIP - BNY Mellon GTD	-	-	-	454
FIP - Stratus SCP Brasil	35.714	19.744	4.114	7.841
FIP - Neo Capital Mezanino III	18.655	9.876	(1.218)	94
FIP - Polo Real Estate II	524	1.107	198	(222)
FIP - Brasil Internacional Empresas	19.525	19.592	660	(622)
FIP - Pátria Real Estate	17.205	5.783	(3.280)	(447)
Direitos a receber	-	1.427	-	-
	<u>350.984</u>	<u>303.155</u>	<u>58.903</u>	<u>(19.758)</u>
Renda Fixa:				
FIC Santander FI Instit. Ref. DI	<u>2</u>	<u>2</u>	-	-
Ações:				
Sul América Expertise II FIA	<u>25.796</u>	<u>19.763</u>	<u>6.033</u>	<u>2.402</u>
Total fundos de investimentos	<u>9.683.924</u>	<u>8.811.607</u>	<u>1.273.996</u>	<u>1.345.359</u>

(i) **Energia PCH - Fundo de Investimento em Participações ("PCH FIP")**

Em 31 de março de 2017, o Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., na qualidade de administrador do Energia PCH - Fundo de Investimento em Participações, remarcou o valor das cotas de modo a refletir o laudo de avaliação elaborado pela Ernest & Young, emitido em 05 de janeiro de 2017, para a empresa investida Jurueña Participações e Investimentos S.A., principal e único ativo operacional do Fundo. Como resultado, o valor referente ao investimento da FAPES no Energia PCH FIP passou de R\$ 65.538 para R\$ 43.758. Desta forma, a baixa contábil observada, no fechamento de 30 de abril de 2017, de R\$ 21.780, foi registrada diretamente no resultado dos investimentos.

Em 23 de junho de 2017, os cotistas do Energia PCH FIP deliberaram, em Assembleia Geral, pela emissão de novas cotas no valor total de até R\$ 6.197 para fins de pagamento de despesas ordinárias e extraordinárias do fundo. A cota - parte 2 - do compromisso da FAPES perfaz o montante de R\$ 491 sendo que, até a presente data, houve apenas uma chamada de capital na qual a FAPES integrou R\$ 428 em 14 de novembro de 2017.

(ii) **Fundo Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações ("FIP BEP")**

Em julho de 2016, o Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. na qualidade de Administrador do Fundo Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações, ex-Fundo Global Equity, comunicou aos cotistas um fato relevante referente à remarcação das cotas do Fundo, de modo a refletir o *impairment* dos seus ativos, no montante de R\$ 975.471 no seu patrimônio líquido. Tendo em vista a participação de 5,82% da FAPES no Fundo, na referida data, a FAPES reconheceu uma desvalorização no montante de R\$ 42.696. Adicionalmente, o administrador do fundo realizou, no mesmo mês, uma chamada de aporte adicional para todos os cotistas, sendo a parte da FAPES o montante de R\$ 8.226, realizado em agosto de 2016.

O gestor do Fundo, Brasil Plural, está realizando procedimentos visando à liquidação do Fundo.

Investigação corporativa independente sobre os investimentos no FIP BEP e PCH FIP

Em 24 de abril de 2017, a FAPES recebeu um ofício remetido pelo Ministério Público Federal - MPF, extraído dos autos do Procedimento Investigatório Criminal - PIC nº 1.16.000.000097/2017-91, solicitando o envio de documentação relacionada ao investimento no FIP Energia PCH, o que foi atendido pela Fundação em resposta datada de 24 de maio de 2017, que encaminhou, ainda, análise efetuada por um grupo de trabalho, concluindo que as decisões de investimento e todas as deliberações do FIP seguiram os normativos internos da Fundação, e informou o início de processo de contratação de empresas externas com especialização em investigação corporativa, a fim de conduzir investigação independente sobre o assunto.

Em 16 de junho de 2017, foi recebido outro ofício do MPF, oriundo dos autos do mesmo PIC, determinando que a FAPES encaminhasse o resultado da "auditoria e/ou apu-

ração interna sobre o investimento feito por esse fundo de pensão na Jurueña Participações e Investimentos S.A., através do FIP Energia PCH", no prazo de 30 dias. Em resposta, enviada por carta recebida no MPF em 14 de julho de 2017, a FAPES solicitou prazo adicional de três meses para apresentar resultado conclusivo da investigação interna. Em 27 de julho de 2017, o MPF enviou um novo ofício, autorizando o prazo adicional de três meses, a contar de 14 de julho de 2017, para apresentação de documentação conclusiva.

Em 11 de outubro de 2017, a FAPES solicitou ao MPF prazo adicional de três meses para conclusão da investigação, dada a complexidade do assunto, sem que o MPF tenha se manifestado a respeito. As investigações prosseguiram e ainda se encontram em andamento, sendo o prazo estimado para conclusão de dois meses após a emissão destas demonstrações contábeis. O assunto vem sendo tratado de forma prioritária nas pautas da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da entidade.

Carteira de investimentos por faixa de vencimento

A seguir, a apresentação dos investimentos da FAPES pelo valor de custo corrigido, valor de mercado e faixas de vencimento.

FUNDOS EXCLUSIVOS - RF	2017	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
	Valor de custo corrigido		
FPRF4 ÁGUIA FIM PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	700.413	695.389	
DEBS - Debêntures - Pós-Fixados	10.043	9.833	Até 1 ano
DEBS - Debêntures - Pós-Fixados	454.544	440.535	Após 1 ano
LFS - Letras Financeiras Subordinadas - Pós-Fixados	130.495	132.920	Após 1 ano
LFSN - Letras Financeiras Subordinadas - Pós-Fixados	104.025	110.795	Após 1 ano
Operações Compromissadas - LTN-O	166	166	Até 1 ano
POLO CRED CONS FIDCI	1.166	1.166	
Contas a Pagar / Receber	(28)	(28)	
Saldo em tesouraria	2	2	
FPRF2 ALBATROZ FIM PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	1.971.863	2.065.071	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	176.210	176.360	Após 1 ano
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	1.547.762	1.640.815	Após 1 ano
LTN - Letras do Tesouro Nacional - Pré-fixados	49.982	49.987	Até 1 ano
Operações Compromissadas - LTN-O	901	901	Até 1 ano
Operações Compromissadas - NTN-O	197.053	197.053	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	(47)	(47)	
Saldo em tesouraria	2	2	

	2017		
FUNDOS EXCLUSIVOS - RF	Valor de custo corrigido	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
FPRF3 ARARAJUBA FIM PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	3.150.503	3.530.183	
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento			
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	3.060.065	3.530.207	Após 1 ano
Contas a Pagar/Receber	(27)	(27)	
Saldo em tesouraria	3	3	
FPRF1 BEM-TE-VI FIM PREV CRÉDITO PRIVADO	1.033.960	1.033.874	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	631.304	631.224	Após 1 ano
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	97.481	97.476	Até 1 ano
Operações Compromissadas - NTN-O	253.012	253.012	Até 1 ano
Operações Compromissadas - LTN-O	2.185	2.185	Até 1 ano
Operações Compromissadas - LFT-O	50.005	50.005	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	(29)	(29)	
Saldo em tesouraria	2	2	

	2017		
FUNDOS EXCLUSIVOS - RV	Valor de custo corrigido	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
FPRV2 ANDORINHA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	853.299	868.493	
Ações	597.504	600.255	
Empréstimo de Ações	238.128	251.200	
Debêntures - Pós-Fixados	10.969	10.340	Após 1 ano
Operações Compromissadas - NTN-O	6.375	6.375	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	322	322	
Saldo em tesouraria	1	1	
FPRV1 SABIÁ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	614.305	626.369	
Ações	481.692	488.544	
Empréstimo de Ações	129.278	134.490	
Operações Compromissadas - LTN-O	1.090	1.090	Até 1 ano
Operações Compromissadas - NTN-O	1.001	1.001	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	1.242	1.242	
Saldo em tesouraria	2	2	

	2017		
FUNDOS EXCLUSIVOS - RF	Valor de custo corrigido	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
FPRV QUEST GAIVOTA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	81.171	84.284	
Ações			
BDR - Brazilian Depositary Receipts	78.491	81.604	
Operações Compromissadas - LTN-O	1.440	1.440	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	1.219	1.219	
Saldo em tesouraria	21	21	
FPRV ARX MELRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	75.184	76.800	
Ações	74.237	75.853	
Operações Compromissadas - LTN-O	870	870	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	71	71	
Saldo em tesouraria	6	6	
FPRV ATMOS CURIÓ FDO DE INVEST. EM COTAS DE FDO DE INVEST. EM AÇÕES	169.577	169.577	
ATMOS INST MAST FIA	169.725	169.725	
Contas a Pagar/Receber	(182)	(182)	
Saldo em tesouraria	34	34	
FPRV SQA SANHAÇO FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES PREVIDENCIÁRIO	81.084	81.836	
Ações	75.252	76.005	
Operações Compromissadas - LTN-O	4.557	4.556	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	1.269	1.269	
Saldo em tesouraria	6	6	

	2017		
FUNDOS EXCLUSIVOS - ESTRUTURADOS	Valor de custo corrigido	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
FPFQ SAÍRA FIC FIM PREVIDENCIÁRIO	238.775	238.776	
PLURAL CAP EH 30 FIC	63.203	63.204	
XP LONG SHORT FIMM	45.455	45.455	
GAP LONG SHORT FIM	37.299	37.299	
BNY MELLON ARX OVER CUR PR	38.514	38.514	
XP LONG B 30 FICMM	54.265	54.265	
Operações Compromissadas - LTN-O	47	47	Até 1 ano
Contas a Pagar/Receber	(10)	(10)	
Saldo em tesouraria	2	2	

FUNDOS EXCLUSIVOS - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	2017		
	Valor de custo corrigido	Valor de Mercado	Faixas de Vencimento
FPGA Itaú Pica-Pau Fundo de Investimento Renda Fixa Previdenciário	183.636	186.591	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro - Pré-fixadas	20.461	20.461	Até 1 ano
LFT - Letras Financeiras do Tesouro - Pré-fixadas	37.954	37.975	Após 1 ano
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	3.424	3.448	Até 1 ano
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional	51.600	52.795	Após 1 ano
LTN - Letras do Tesouro Nacional - Pré-fixadas	15.937	16.116	Até 1 ano
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional - Pré-fixadas	891	891	Até 1 ano
LTN - Letras do Tesouro Nacional - Pré-fixadas	31.684	32.256	Após 1 ano
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional - Pré-fixadas	21.710	22.673	Após 1 ano
Contas a Pagar/Receber	(25)	(25)	
Saldo em tesouraria	-	-	
Total dos fundos exclusivos	9.075.132	9.657.243	
Conciliação de saldo contábil			
Aplicações a valor de mercado		9.657.142	
Lucros/(Perdas) não realizados de títulos até o vencimento ^(a)		470.142	
Saldo contábil		9.187.101	

Os resultados não realizados de títulos mantidos até o vencimento são referentes à diferença entre os valores de mercado e os valores do custo corrigido das NTN-B com vencimento em 2023, 2035, 2040, 2045, 2050 e 2055 na categoria de mantidos até o vencimento, concentrados na carteira do Fundo FPRF3 Ararajuba FIM Previdenciário Crédito Privado.

A adoção da categoria mantidos até o vencimento está baseada em estudos, inclusive *Asset Liability Management* (ALM), que atestam a capacidade financeira do Plano e na intenção da Entidade em manter estes títulos até o seu vencimento, visando à assecuração do cumprimento do seu dever fiduciário e diminuindo a volatilidade do resultado dos investimentos.

Os quadros a seguir demonstram o detalhamento dos referidos títulos:

Título	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016	
		Quantidade	Valor de custo amortizado	Quantidade	Valor de custo amortizado
NTN-B	15/08/2023	30000	86.077	30.000	82.987
NTN-B	15/08/2035	20000	52.365	20.000	50.747
NTN-B	15/08/2040	175000	514.453	175.000	500.302
NTN-B	15/05/2045	355000	1.021.736	355.000	993.886
NTN-B	15/08/2050	460000	1.328.467	460.000	1.292.466
NTN-B	15/05/2055	20000	56.967	20.000	55.434
		<u>1.060.000</u>	<u>3.060.065</u>	<u>1.060.000</u>	<u>2.975.822</u>

Ativos precificados pelo administrador

Os ativos que não possuem cotação em fontes públicas foram precificados segundo metodologia adotada pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de administrador da carteira em 2017 e em 2016.

Fundo	Ativo	2017		2016	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	CDBS_ITAU	-	-	20.000	50.897
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	DEB_CTAP21	2000	4.953	2.000	16.276
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	DEB_CVRDB6	368923	3.969	368.923	2.269
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	DEB_ELEK36	3000	41.772	3.000	37.579
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	DEB_GEPA24	30000	41.190	30.000	36.680
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	LFS_BBA	30	56.216	30	48.781
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	LFS_SAFRA	100	76.704	100	67.014
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	LFS_VOT	100	59.864	100	51.168
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	LFSN_SAFRA	40	32.326	40	27.958
FPRF4 Águia FIM Previdenciário Crédito Privado	LFSN_SAFRA	20	18.606	20	16.015
FPRF2 Albatroz FIM Previdenciário Crédito Privado	CCB_IRTH	-	-	1	2.584
FPRV2 Andorinha Fundo de Investimento em Ações	DEB_CRTE11	3660	7.205	3.660	6.470
FPRV2 Andorinha Fundo de Investimento em Ações	DEB_PRMN11	2000	3.135	2.000	3.301
TOTAL		345.940		366.992	

b. Investimentos imobiliários

Em dezembro de 2017, foram realizadas reavaliações em todos os imóveis pertencentes à FAPES, gerando incremento na carteira no montante de R\$ 40.233.

Imóvel	Método	Avaliador	Valor	Data
Morumbi Shopping	Renda	Colliers International	104.700	21/12/2017
Barra Shopping			438.000	21/12/2017
Av. República do Chile, 100			79.420	21/12/2017
Av. Afrânio de Melo Franco, 135	Comparativo direto de mercado		66.810	21/12/2017
Av. República do Chile, 230 5°/8°/ 9° andar			34.680	21/12/2017
Alameda Xingu, 1.076			24.200	21/12/2017
Av. Tucunaré, 720			39.600	21/12/2017
Av. Aruanã, 70			23.100	21/12/2017
Praia do Flamengo, 154 12/13 andares			28.220	21/12/2017
Total			838.730	

Em dezembro de 2016, o imóvel situado na Rua Miguel Yunes, 351 - São Paulo, que se encontrava vago, foi alienado pelo valor de R\$ 22.000, a serem pagos em 24 parcelas corrigidas pelo INCC. Este investimento era classificado na categoria Locados a Terceiros e as parcelas a receber estão classificadas como Direitos em Alienações.

Ao final do exercício de 2017, a carteira imobiliária da FAPES montou R\$ 851.655 (R\$ 827.308 em 2016), conforme o quadro a seguir:

Imóveis	2017	2016
Morumbi Shopping	104.694	91.591
Barra Shopping	437.975	478.020
Av. República do Chile, 100	79.414	28.600
Alameda Xingu, 1.076	24.198	24.213
Av. Tucunaré, 720	39.599	46.195
Av. Aruanã, 70	23.097	16.084
Praia do Flamengo, 154 12/13 andares	28.218	21.746
Av. Afrânio de Melo Franco, 135	66.804	46.207
Av. República do Chile, 230 5°/8°/ 9° andar	34.677	50.703
Direitos a receber (*)	12.989	23.949
Total	851.665	827.308

(*) Referem-se a aluguéis a receber e direitos em alienações.

c. Empréstimos e financiamentos

Os participantes do Plano Básico de Benefícios da FAPES têm acesso a dois programas de empréstimos, denominados PLUS e MAXI, e a outros dois de financiamentos imobiliários: LAR e LAR+. O prazo máximo de quitação dos contratos varia entre 60 e 300 meses.

Sobre o saldo devedor incidem a atualização financeira calculada pelo índice de reajuste salarial determinado por acordo coletivo de trabalho do BNDES e as taxas de juros efetivas incidentes são de 11,72% a.a., indepen-

dentemente do programa contratado. As taxas de juros são reduzidas para 8,22% a.a. nos saldos relativos ao programa PLUS e 6,92% a.a. nos demais contratos, enquanto o mutuário mantiver vínculo com a FAPES, na qualidade de participante.

A carteira de empréstimos e financiamentos da FAPES, em dezembro de 2017, com 1.901 contratos (1.936 em dezembro de 2016), sendo 1.255 relativos aos empréstimos (1.301 em dezembro de 2016) e 646 aos financiamentos imobiliários (635 em dezembro de 2016).

Ao final do exercício de 2017, a carteira de empréstimos e financiamentos montou R\$ 366.525 (R\$ 359.024 em 2016), conforme o quadro a seguir:

Modalidade	2017		2016	
	Saldo Devedor	PCLD ⁽ⁱ⁾	Saldo Devedor	PCLD ⁽ⁱ⁾
APOIO III	844	(844)	780	(780)
PLUS	68.426	(66)	67.241	(23)
MAXI	72.752	-	77.355	-
HIPOT II	9.032	(8.900)	8.162	(8.009)
HIPOT III	3.004	(126)	3.761	(114)
LAR	91.706	(80)	79.714	(35)
LAR+	130.208	-	131.394	(472)
Direitos a Receber/Outros	569	-	50	
TOTAL	376.541	(10.016)	368.457	(9.433)

⁽ⁱ⁾ Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7. Gestão administrativa

Registra as operações administrativas inerentes às atividades da Fundação. Os recursos necessários à cobertura das despesas são os repassados pelas gestões previdencial e assistencial, bem como pelos investimentos.

O Resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA é apurado pelas receitas e pelos reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências deste Plano alocadas ou revertidas do fundo administrativo.

	2017	2016
Contas a receber		
Responsabilidade de empregados	285	1.463
Plano de Assistência e Saúde - PAS ⁽ⁱ⁾	16.052	13.462
Plano Básico de Benefícios - PBB	<u>4.790</u>	<u>4.262</u>
	<u>21.127</u>	<u>19.187</u>
Depósitos judiciais/recursais	3.774	3.774
Tributos a compensar	-	9
Outros realizáveis	754	748
Subtotal	<u>25.655</u>	<u>23.718</u>
Investimentos ⁽ⁱⁱ⁾	207.294	203.316
Total	<u>232.949</u>	<u>227.034</u>

(i) O montante de R\$ 16.052, registrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 13.462 em 2016) na rubrica Plano de Assistência e Saúde - PAS, refere-se à cobrança ao Sistema BNDES dos valores devidos pela gestão assistencial como o custeio administrativo do PAS.

(ii) Nesta conta estão registrados o fundo exclusivo FPGA ITAU PICA-PAU FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO e o fundo aberto ITAU INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI, que compõem os investimentos do PGA, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 são R\$ 186.591 (R\$ 183.023 em 2016) e R\$ 20.703 (R\$ 20.293 em 2016), respectivamente.

8. Exigível operacional

Reflete os saldos a liquidar das gestões previdencial, administrativa e investimentos, inerentes às operações da Fundação.

	2017	2016
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	300	249
Retenções a recolher	24.484	23.370
Outras exigibilidades	<u>8.864</u>	<u>6.123</u>
	<u>33.648</u>	<u>29.742</u>
Gestão administrativa		
Contas a pagar	14.311	16.684
Retenções a recolher	1.811	1.338
Tributos a recolher	<u>383</u>	<u>238</u>
	<u>16.505</u>	<u>18.260</u>
Investimentos		
Fundo de investimentos	2.630	2.200
Investimentos imobiliários	4.007	4.051
Empréstimos e financiamentos	<u>150</u>	<u>115</u>
	<u>6.787</u>	<u>6.366</u>
Total	<u>56.940</u>	<u>54.368</u>

9. Consolidação

O Balanço Patrimonial do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, quando não consolidados, apresentam rubricas com saldos a pagar e a receber entre suas gestões e, de acordo com as regras de consolidação vigentes para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, não devem ser apresentados no Balanço consolidado.

O quadro a seguir apresenta os valores eliminados pela consolidação:

	2017	2016
Valores a receber do PGA	9.122	1.197
Recursos a receber (i)	9.122	1.197
Valores a receber do PBB	145.164	145.500
Contribuições contratadas (ii)	129.136	130.660
Adiantamentos - parcela INSS (iii)	15.729	14.445
Investimentos (iv)	299	395
Participação do PBB no PGA	98.699	83.256
Valores a pagar do PBB	(9.122)	(1.197)
Gestão previdencial	(5.735)	(1.197)
Outras exigibilidades - PGA	(5.735)	(1.197)
Investimentos	(3.387)	
Valores a pagar do PGA	(145.164)	(145.500)
Plano básico de benefícios	(15.729)	(14.445)
Contribuições contratadas	(129.136)	(130.660)
Despesas gerais	(299)	(395)
Participação no fundo administrativo	(98.699)	(83.256)

(i) O valor demonstrado nas rubricas recursos a receber do PGA e valores a pagar do PBB, no total de R\$ 9.122 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ R\$ 1.197 em 31 de dezembro de 2016, correspondem aos custeios administrativos da previdência e dos investimentos.

(ii) O item contribuições contratadas, tanto os registrados em valores a receber do PBB como os apresentados em valores a pagar do PGA, no montante de R\$ 129.136 em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 130.660 em 31 de dezembro de 2016, correspondem ao termo de confissão de dívida firmado entre o PGA e o PBB, conforme informações apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

(iii) A rubrica adiantamentos - parcela INSS, que o PBB recebe do PGA, configura os adiantamentos feitos pela folha de pagamentos de benefícios a seus assistidos por conta da parcela INSS, conforme convênio firmado com o Instituto, que, quando paga à Fundação, é recebida pelo PGA. Os mesmos saldos podem ser encontrados no passivo do PGA, na rubrica Plano Básico de Benefícios, nos valores de R\$ 15.729 e R\$ 14.445, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

(iv) O valor a receber do PBB - investimentos e a pagar do PGA - despesas gerais refere-se ao pagamento do aluguel da sede da FAPES, que é um investimento imobiliário do PBB, classificado como de uso próprio. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 299 e R\$ 395, em 31 de dezembro de 2016.

Há, ainda, a consolidação do valor relativo ao fundo administrativo, registrado como patrimônio do PGA e, pelo fato do PBB ser o único participante deste, o montante é apresentado em seu Ativo, nos valores de R\$ 98.699 e R\$ 83.256, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. Processos judiciais e contingências

10.1 Contingências passivas e exigível contingencial

	2017	2016
Gestão previdencial		
Provisão para perdas prováveis	20.731	16.555
Gestão administrativa	1.945	620
Provisão para honorários de êxito	1.945	620
Total	22.676	17.175

Não há outros processos considerados como de perdas prováveis ou que gerem honorários de êxito a provisionar.

Os itens específicos registrados no exigível contingencial estão relacionados a seguir:

Gestão previdencial

Em 1992, um participante assistido do PBB ajuizou reclamações trabalhistas em face da FAPES e do BNDESPAR (processo nº 0104100-35.1992.5.01.0001) com os pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras, entre outros.

Até agosto de 2010, essa ação estava classificada como perda possível. Entretanto, houve reclassificação em setembro de 2010 para perda provável porque, por ordem da justiça, foram efetuados depósitos judiciais, que estão registrados em rubrica específica do ativo, no valor de R\$ 2.023.

Em setembro de 2011, o processo de dupla autoria que pleiteia o recebimento de descontos a título de pensão junto à complementação de participante falecido, embora considerado como de perda possível desde 2005, passou a ser considerado como de perda provável devido ao êxito em instâncias inferiores, fato que levou a Fundação a registrar o passivo, cujo valor atualizado até dezembro de 2017 é de R\$ 1.199 (R\$ 780 em 2016).

No semestre findo em 30 de junho de 2012, outras duas ações passaram ao status de perda provável, nos valores de R\$ 1.000 e R\$ 36. Ambos os processos são do ano de 2008 e pleiteiam complementação de pensão por morte. Entretanto, em dezembro de 2015, a contingência de R\$ 36 foi revertida pelo fato da ação ter transitado em julgado e, em junho de 2016, a de R\$ 1.000 foi revertida por motivo de acordo entre as partes. A FAPES liquidou ambas as ações.

Em março de 2013, uma reclamação trabalhista de 1991 também passou a ser considerada como de perda provável.

vel e seu valor, R\$ 8.707, foi devidamente registrado tanto no passivo da Fundação como no ativo, já que houve depósito judicial no mesmo montante.

Em março de 2016, cinco reclamações trabalhistas, referentes ao adicional de 20%, tiveram sua classificação alterada para perda provável, gerando o contingenciamento no valor atualizado de R\$ 6.438 (R\$ 5.000 em 2016).

Em junho de 2016, um processo, referente à correção de reserva de poupança em função de expurgos inflacionários dos planos Verão, Collor I e Collor II, teve sua classificação alterada para perda provável, gerando o contingenciamento de R\$ 45. Entretanto, em julho de 2017, a contingência foi revertida por motivo de condenação. A FAPES liquidou a ação.

Em dezembro de 2017, ocorreu o reconhecimento no montante de R\$ 2.364 referente à ação de adicional de 20% aos benefícios, cujo risco de perda foi avaliado como provável.

Gestão administrativa

Em função da classificação de perda atribuída aos processos em que a FAPES é parte e, ainda, levando-se em consideração os contratos com escritórios terceirizados de advocacia, segundo os quais há previsão de honorários de êxito, foram constituídas provisões para tal. Em 31 de dezembro de 2017, esse montante totaliza R\$ 1.945 (R\$ 620 em dezembro de 2016).

Perdas possíveis

Baseada na Resolução CFC nº 1.180, de 24/07/2009, para os processos em que o risco de perda é classificado como possível, a Fundação não realiza a constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa, conforme o quadro a seguir com a classificação destes valores:

	2017	2016
Gestão previdencial	96.240	134.523
Gestão administrativa	<u>23.999</u>	<u>25.020</u>
	<u>120.238</u>	<u>159.543</u>

Os processos identificados como perda possível referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. Dentre estes processos, podem ser destacados 04 (quatro) importantes grupos de ações:

1. Ações judiciais que visam à obtenção de declaração de isonomia dos autores das ações em relação aos participantes ativos dos patrocinadores e, por consequência, o pagamento de todas e quaisquer verbas pagas aos mesmos e não repassadas aos inativos, atualizadas monetariamente;
2. Ações judiciais nas quais os autores pretendem a incorporação, na complementação de aposentadoria, do valor referente à participação nos lucros;
3. Ações judiciais nas quais os autores pretendem a condenação da FAPES a estender a cada autor a verba equivalente a 10 vezes seus proventos mensais, em razão do pagamento de tal verba pelo BNDES, por Acordo Coletivo celebrado em agosto de 2002, aos funcionários e ex-funcionários que ingressaram com reclamações trabalhistas, pleiteando o recebimento por horas extras trabalhadas e não pagas durante os anos de serviço;
4. Ações judiciais nas quais os autores pleiteiam o reconhecimento do direito ao adicional de 20%, com o pagamento das diferenças da complementação de aposentadoria, desde o cálculo inicial; Ações judiciais nas quais os autores pleiteiam a concessão e/ou revisão de benefícios em geral.

10.2 Contingências ativas

OFND

Em 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, cuja constituição contou com a aplicação, em OFND, de 30% das reservas técnicas (hoje com denominação de provisões matemáticas) das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas, inclusive a FAPES.

As referidas aplicações seriam corrigidas originalmente pela OTN. Todavia, com a extinção desse índice, à época do Plano Verão, o BNDES alterou o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilização desses montantes.

Desta forma, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em 1991, moveu, em nome de suas associadas, um processo judicial em face da União Federal, do BNDES e do FND, quanto à observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Em 29 de novembro de 2010, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e atual-

mente encontra-se em fase de execução. Entretanto, como existem incertezas quanto aos cálculos realizados, passíveis ainda de contestação pelas outras partes da ação judicial, além de não existir controle da Fundação sobre tais recursos, visto que não há informações suficientes sobre valor de direito, liquidez ou mesmo sobre o prazo para sua realização, a FAPES não registrou este ativo contingente, que, segundo cálculo efetuado por escritório especializado contratado pela ABRAPP, montaria R\$ 266.627 em 31 de dezembro de 2017.

Dívida ajuizada

Entre 2010 e 2013, a Diretoria da FAPES orientou a realização de estudos que identificaram eventos decorrentes de atos exclusivos dos patrocinadores BNDES, BNDESPAR e FINAME que tiveram impacto nas provisões matemáticas do Plano Básico de Benefícios sem as respectivas compensações em seu patrimônio.

Referidos estudos apontaram insuficiências nos valores assumidos como dívida em 2002, 2004 e 2009. Tais apontamentos foram reconhecidos pelos patrocinadores de forma condicionada à autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que, por sua vez, em 26 de julho de 2016, manifestou-se de forma contrária ao reconhecimento.

Em 21 de julho de 2016, a Diretoria Executiva da FAPES à época, mediante Decisão Dir nº 168/2016, de 14 de julho de 2016, autorizou ingresso na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança da dívida supracitada.

Em 2017, ultrapassado o prazo de seis meses de suspensão concedido para as partes, em razão da possibilidade de acordo na esfera administrativa, foi retomada a marcha processual. Assim, foi proposta a demanda 0097562-78.2016.4.02.5101, que tramita na 29ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Não obstante o curso deste processo ter sido suspenso por mais seis meses em 21 de julho de 2017, o Magistrado em exercício pôs fim à suspensão e determinou o prosseguimento do feito, iniciando-se o prazo processual para a apresentação de respostas dos patrocinadores em 11 de dezembro de 2017, findando em 01/02/2018. Nesta oportunidade, em contestação apresentada, a patrocinadora se posicionou de forma contrária aos argumentos da Fundação. Diante da contestação apresentada, o Juízo determinou que a FAPES se manifestasse em réplica até 26/03/2018.

11. Patrimônio social

a. Patrimônio de cobertura do plano

Movimentação das provisões matemáticas:

	2017	2016
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos	836.193	500.452
Benefícios a conceder	301.012	462.875
(-) Provisões matemáticas a constituir	(77.400)	(1.094.554)
	<u>1.059.805</u>	<u>(131.227)</u>

Composição consolidada das provisões matemáticas:

	2017	2016
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos	8.904.249	8.068.056
Benefícios a conceder	5.759.508	5.458.495
(-) Provisões matemáticas a constituir	(1.171.954)	(1.094.554)
(-) Patrocinadores	(585.977)	(547.277)
(-) Participantes	(215.350)	(42.363)
(-) Assistidos	(370.627)	(504.914)
	<u>13.491.803</u>	<u>12.431.997</u>

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com a legislação vigente.

Em razão da desvinculação dos Acordos Coletivos de Trabalho - ACT seguidos pela FAPES e pelas empresas integrantes do Sistema BNDES com critérios distintos de reajuste, tornou-se imperativo segregar as massas, para manter controle separado das respectivas reservas matemáticas e do correspondente patrimônio de cobertura, conforme documentado nos pareceres atuariais emitidos pelo atuário externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda.

Para a segregação inicial do patrimônio de cobertura do PBB ocorrida em 31 de dezembro de 2017, foi adotada a proporção entre as provisões matemáticas vinculadas às patrocinadoras do Sistema BNDES e a FAPES e as provisões matemáticas totais em 31 de dezembro de 2016, data do último Balanço Patrimonial antes da desvinculação entre cláusulas acordadas no ACT da FAPES e as acordadas nos acordos das demais patrocinadoras.

Cumprir destacar que tal segregação por patrocinador não gera impactos no resultado do Plano Básico de Benefícios.

b. Provisão matemática de benefícios concedidos

Consiste na diferença entre os valores atuais dos futuros compromissos da Fundação em relação a seus participantes e beneficiários assistidos e das futuras contribuições normais destinadas ao custeio dos benefícios previdenciais a eles referentes, que os próprios e/ou o respectivo patrocinador deverão recolher à Fundação.

c. Provisão matemática de benefícios a conceder

Consiste na diferença entre os valores atuais dos compromissos futuros da Fundação em relação a seus participantes, exceto assistidos, e das futuras contribuições normais destinadas ao custeio dos benefícios previdenciais referentes a tais participantes, que os próprios e/ou o respectivo patrocinador irão recolher à Entidade.

d. Provisões matemáticas a constituir

Consiste no valor atual das contribuições extraordinárias futuras cujas taxas são determinadas no Plano de Equacionamento do Déficit ou no valor atual das contribuições referente à amortização de dívida do patrocinador com o plano de benefícios determinado e atualizado atuarialmente.

Em 2016, o valor da provisão matemática a constituir alocada na rubrica Assistidos contemplava tanto os valores a serem pagos pelos atuais assistidos como os valores a serem pagos pelos atuais ativos durante sua fase de inatividade.

Para o exercício de 2017, os valores foram segregados considerando a situação do segurado na data da avaliação atuarial. Assim, o valor de R\$ 370.627 refere-se às futuras contribuições dos atuais assistidos, enquanto que o valor de R\$ 215.350 é relativo aos futuros recolhimentos dos atuais participantes ativos, inclusive durante a sua fase de inatividade.

Hipóteses atuariais

Demonstramos, a seguir, as hipóteses admitidas nos estudos para comparação nos períodos abrangidos:

	2017	2016
Taxa atuarial	5,72%	5,72%
Taxa de desconto financeiro	5,72%	5,72%
Rendimento de longo prazo dos ativos	5,72% + % Reajuste salarial	5,72% + % Reajuste salarial
Crescimento real de salário ao ano	Técnicos: 3,34% (Sistema BNDES) e 2,73% a partir do segundo ano com 0,00% no primeiro ano (FAPES); Grupamento de Apoio: 3,47% (Sistema BNDES) e 2,65% (FAPES) a partir do segundo ano com 0,00% no primeiro ano (FAPES)	Técnicos: 3,36% (Sistema BNDES) e 3,44% a partir do segundo ano com 0,00% no primeiro ano (FAPES); Grupamento de Apoio: 3,34% (Sistema BNDES) e 3,33% a partir do segundo ano com 0,00% no primeiro ano (FAPES)
Crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00%	0,00%
Crescimento anual real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Dos salários	1	1
Dos benefícios da entidade	0,9808	0,9785
Hipótese sobre gerações futuras	Nula	Nula
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas desagravada em 30%
Outros encargos		
Morbidez	Experiência Rodarte	Experiência Rodarte
Composição familiar de ativos	80% dos participantes casados, sendo que os participantes do sexo masculino são 5 anos mais velhos do que o cônjuge e os do sexo feminino têm a mesma idade que o cônjuge.	Experiência STEA 2004
Composição familiar de participante assistido	Família Real	Experiência STEA 2004
Composição familiar de participante falecido	Família Real	Família Real

Na definição de todas as premissas atuariais observou-se o disposto no Regulamento anexado à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas alterações e a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015.

Para a determinação da taxa de juros atuariais, observou-se a duração do passivo de 17,40 anos calculada com base nos resultados de dezembro de 2016, conforme disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Assim, verificou-se, pela Portaria da PREVIC nº 375, de 16 de abril de 2017, que divulgou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2017, que a taxa de juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial se limitaria inferiormente em 4,36% e superiormente em 6,63%, tendo 6,23% como Taxa de Juros Parâmetro.

Desta forma, como a taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial de 2016 de 5,72% a.a. encontra-se dentro dos limites supracitados e é inferior à Taxa de Juros Parâmetro, esta não foi alterada para o estudo de 2017.

A taxa mantida demonstra ser sustentável frente ao cenário de alocação dos recursos garantidores e a política de investimentos da Fundação. Com relação à liquidez, a condição do Plano Básico de Benefícios mantém-se confortável, devido à elevada probabilidade de geração de caixa, suficiente para, tempestivamente, atender às suas obrigações ante os participantes.

As taxas de crescimento real dos salários foram obtidas pela evolução esperada da massa de participantes ativos vinculados empregaticamente a patrocinador, em setembro de 2017, observando as regras de concessão de promoções e de anuênios ou biênios, quando aplicáveis, constantes dos planos de cargos e salários aos quais estão vinculados.

A expectativa de inflação a longo prazo mudou de 4,5% a.a para 4,0% a.a., o que gerou o aumento do fator de determinação de valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade de, aproximadamente, 0,9785 para 0,9808.

Pela observação dos eventos demográficos ocorridos nos últimos anos, considerou-se aplicável a suavização de eventos de morbidez e de morte de válidos, ou seja, para ambos os casos foi reduzida a expectativa de ocorrência do evento.

O critério de uso da família real para o dimensionamento dos encargos relativos ao benefício de complementação de pensão, foi estendido aos participantes em gozo de benefício de complementação. Já para os participantes ativos, baseada na observação dos dependentes dos participantes do Plano Básico de Benefícios, foi adotada a seguinte composição familiar: 80% dos participantes casa-

dos, sendo que os participantes do sexo masculino são 5 anos mais velhos do que o cônjuge e os do sexo feminino têm a mesma idade que o cônjuge.

e. Déficit técnico

Refere-se à insuficiência patrimonial em relação às provisões matemáticas da Fundação.

Ao final do exercício de 2016, a FAPES apresentava déficit técnico acumulado no valor de R\$ 1.720.873. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade registrou déficit técnico acumulado de R\$ 2.299.229, equivalente a 17% de suas provisões matemáticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a FAPES apresentou déficit técnico de R\$ 578.356 (déficit técnico de R\$ 1.720.873 em 31 de dezembro de 2016). O déficit técnico observado no exercício de 2017 deu-se, principalmente, em função do aumento do passivo atuarial em R\$ 1.059.805 gerado principalmente pela troca da premissa relativa à composição familiar, no valor de R\$ 601.900, conjugada com a suspensão, pelas empresas do Sistema BNDES, dos pagamentos das prestações mensais de sua responsabilidade tendo sido registrado como Provisão de Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD o valor total de R\$ 427.143.

O quadro a seguir demonstra a composição do déficit técnico acumulado da Entidade:

	2017	2016
Déficit técnico acumulado no início do exercício	(1.720.873)	(2.890.299)
Créditos	1.824.175	1.924.642
Adições	423.198	358.870
Contribuições previdenciais correntes	326.335	246.463
Remuneração das contribuições em atraso	15	56
Contribuições contratadas com patrocinadores	96.529	112.097
Outras adições	319	254
Resultado positivo dos investimentos previdenciais	1.400.977	1.565.772
Débitos	(2.402.531)	(755.216)
Deduções	(1.234.262)	(757.447)
Benefícios de prestação continuada	(803.108)	(751.325)
Benefícios de prestação única	(1.901)	(1.095)
Resgates	(1.533)	(1.150)
Portabilidade	(181)	(135)

	2017	2016
Outras deduções	(427.539)	(3.742)
Constituição de contingências previdenciais	(4.175)	(4.045)
Custeio administrativo	(39.104)	(33.398)
Resultado negativo dos investimentos previdenciais	(64.639)	(91.000)
Constituições/Reversões de provisões atuariais	(1.059.805)	131.227
Atualização cadastral	(581.509)	(828.092)
Provisionamento de índice e juros e evolução anual da massa ativa	(581.509)	(828.092)
Ajuste nas premissas e cálculos	(614.337)	(116.375)
Fator de capacidade inflação anual esperada	(32.609)	(30.641)
Taxas de crescimento real dos salários	20.172	(84.320)
Tábuas biométricas	-	(1.414)
Composição Familiar Ativos e Assistidos	(601.900)	-
Resíduos (atualização cadastral e/ou ajuste nas premissas)	136.041	(18.860)
Equacionamento do Déficit	-	1.094.554
Constituição de fundos	(546)	(553)
Resultado dos exercícios	(578.356)	1.169.426
Déficit técnico acumulado no final dos exercícios	(2.299.229)	(1.720.873)
Ajuste de precificação	339.011	335.062
Equilíbrio técnico ajustado	(1.960.218)	(1.385.811)

f. Plano de Equacionamento de Déficit

Em dezembro de 2015 foi apurado um déficit técnico ajustado no valor de R\$ 2.581.716 indicando a necessidade de elaboração de plano de equacionamento de déficit técnico, em razão de o equilíbrio técnico ajustado ter superado, em R\$ 953.522, o limite determinado pela Resolução CGPC nº 26/2008. O plano de equacionamento do déficit de 2015, para vigorar a partir de março de 2017, seguiu o seguinte rito de aprovação: pelo

Conselho Deliberativo da FAPES, em 19 de setembro de 2016; pelos patrocinadores, em 17 de novembro de 2016, e; pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em 22 de dezembro de 2016.

O equacionamento do déficit de 2015 ocorrerá pelo prazo máximo, de acordo com o Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18/2006 e alterações, de 25 anos (março de 2017 a fevereiro de 2042), equivalente a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do Plano, apurada em 16,96 anos, na Avaliação Atuarial de 2015, com as alíquotas equivalentes a 5,336% da contribuição normal mensal para participantes ativos e 71,777% da contribuição normal mensal dos assistidos, excluída a parcela relativa à joia porventura existente. O valor presente das contribuições extraordinárias foi apurado em R\$ 1.094.554 no encerramento do exercício de 2016.

Apesar de ser permitida e usual, por liberalidade da Fundação, não está prevista a cobrança da parcela destinada ao custeio administrativo da contribuição extraordinária.

Considerando o limite para equacionamento de déficit técnico acumulado previsto na Resolução CNPC nº 22/2015, que para a FAPES corresponde ao montante de R\$ 1.665.888 em 31 de dezembro de 2016, não será necessário elaborar novo plano de equacionamento de déficit técnico no exercício de 2017 para vigência a partir de 2018.

Pelo resultado apurado no exercício de 2017, faz-se necessário elaborar novo plano de equacionamento, que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo até o final do exercício de 2018 com sua aplicação dois meses após a aprovação.

Como o grupo de custeio da FAPES registra superávit técnico, o referido equacionamento é obrigatório apenas para o Sistema BNDES.

g. Equilíbrio técnico ajustado

Para fins específicos de equacionamento de déficit, em aderência à Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, o equilíbrio técnico da Fundação foi ajustado em R\$ 339.011, passando, portanto, a montar R\$ 1.960.218 em 31 de dezembro de 2017 e a representar 14,53% das provisões matemáticas (11,15% em 31 de dezembro de 2016).

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", precificados a partir da taxa de juros real anual, utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, precificados a partir de suas respectivas taxas de compra. Para fins de equacionamento de déficit, a referida diferença, positiva ou negativa, é acrescida ou deduzida, respectivamente, ao déficit técnico acumulado, que corresponde ao resultado final do exercício, constituindo, assim, o equilíbrio técnico ajustado.

12. Fundos

	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	2.924	98.699	24.280	125.903
Em 31 de dezembro de 2016	2.378	83.256	21.465	107.099

Fundo administrativo

De acordo com a legislação, o fundo administrativo vem sendo incrementado pelo resultado obtido pelo PGA, ente contábil com patrimônio e resultado próprios.

Fundos de investimentos

Destinados a acumular recursos para quitar empréstimos e financiamentos concedidos a participantes, em caso de falecimento (Fundo de Quitação por Morte - FQM) e inadimplência (Fundo de Quitação por Inadimplência - FQI) destes.

Fundo previdencial

Destinado a destacar a obrigação do Plano Básico de Benefícios ante seus ex-participantes que, apesar de terem se desligado do Plano, não efetuaram o respectivo resgate.

13. Custeio administrativo

No exercício de 2017, o custeio administrativo da gestão previdencial representava 10% das receitas previdenciais do período, conforme plano de custeio da Fundação, somando R\$ 39.104 (R\$ 33.398 em 2016).

O custeio administrativo do fluxo dos investimentos, que é totalmente absorvido pelos rendimentos obtidos, somou, no período, R\$ 63.974 (R\$ 53.479 em 2016).

O custeio administrativo do PAS é integralmente reembolsado pelos mantenedores, somando R\$ 51.615 no período (R\$ 56.481 em 2016).

O Conselho Deliberativo da FAPES fixou como limite anual para o custeio das despesas administrativas a taxa de administração, fixada a 1% dos recursos garantidores observados ao final do exercício, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. Até 31 de dezembro de 2017, o montante utilizado totalizou R\$ 92.583 representando 87% do limite do ano em curso.

14. Administração do PAS dos patrocinadores

Corresponde ao programa de assistência médica, administrado pela FAPES, instituído pelos mantenedores BNDES, BNDESPAR, FINAME e a própria FAPES, sendo provido por recursos através de dotações orçamentárias de cada um destes, previamente acordadas conforme convênio celebrado em 15 de outubro de 2007 em atendimento à Resolução Normativa nº 137, de 14 de novembro de 2006, da ANS.

As operações do PAS são na modalidade preço pós-estabelecido com risco assumido pelos mantenedores, sem ocorrência de atraso nos reembolsos das despesas médicas.

Demonstramos, a seguir, os saldos do PAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

14.1. Ativo

	2017	2016
Ativo	54.160	33.549
Ativo circulante	54.092	33.391
Disponível	3	10
Aplicações	53.323	32.665
Créditos de operações com plano de saúde	766	716
Ativo não circulante	68	158
Realizável a Longo Prazo	68	158

Aplicações

A rubrica Aplicações registra o investimento de R\$ 53.060 (R\$ 32.425 em 2016), no fundo Bradesco Referenciado DI Federal Extra, de renda fixa. Esse investimento representa o canal utilizado para aplicar a sobra do valor de adiantamento orçamentário recebido das empresas mantenedoras conforme determinações do convênio entre as partes e, ainda, constitui o ativo garantidor das provisões técnicas. Adicionalmente, está registrada nesta conta a aplicação vinculada à ANS no fundo ITAÚ SAÚDE RF FI, no valor de R\$ 263 (R\$ 240 em 2016), como ativo garantidor das obrigações avisadas há mais de sessenta dias, conforme reza a Resolução Normativa nº 392, emitida pela Agência em 9 de dezembro de 2015.

Os saldos das aplicações financeiras estão apresentados por preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos e são classificados no "nível 1" da hierarquia do valor justo.

A rentabilidade auferida nos fundos é registrada em rubrica específica de resultado e é repassada aos mantenedores, sendo considerada, mensalmente, através de

prestação de contas dos valores utilizados para operação do plano assistencial, já que a Fundação recebe recursos antecipados destes para tal finalidade.

As aplicações financeiras são realizadas em total obediência às regras estabelecidas pela Resolução Normativa nº 392, emitida pela ANS em 9 de dezembro de 2015, e seus riscos de perdas nos rendimentos são assumidos pelos mantenedores do Plano.

As aplicações financeiras variaram nos exercícios conforme detalhado na tabela a seguir:

Itaú Saúde RF FI	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	240	211
(+) Rendimentos	23	29
Saldo em 31 de dezembro	263	240

Bradesco F.I. Referenciado DI Federal Extra		
Saldo em 1º de janeiro	32.425	24.674
(+) Aplicações	166.687	149.454
(-) Resgates	(150.595)	(146.101)
(+) Rendimentos	4.543	4.398
Saldo em 31 de dezembro	53.060	32.425

Créditos de Operações com Plano de Saúde

Essa conta corresponde a valores a receber de beneficiários por coparticipação em determinados eventos, bem como por adiantamentos concedidos, conforme regras estabelecidas no Regulamento do PAS.

14.2. Passivo

	2017	2016
Passivo	54.160	33.549
Passivo circulante	43.449	26.150
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10.310	5.545
Provisão de eventos a liquidar - para o SUS	48	32
Provisão de eventos a liquidar - Outros prestadores de serviços	10.262	5.513
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da Operadora	85	45
Tributos e encargos sociais a recolher	3.199	2.801
Débitos diversos	29.855	17.759
Patrimônio Social	10.711	7.399

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Nas provisões técnicas, estão registrados os valores a serem reembolsados aos beneficiários do Plano, de acordo com os termos do Regulamento do PAS, bem como as obrigações junto aos prestadores de serviços médico-hospitalares e o ressarcimento de despesas ao SUS, conforme dispõe a Instrução Normativa Conjunta n.º 05, de 30 de setembro de 2011, emanada pela ANS.

Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Dias de aviso	0-30	31-60	61-90	91-120	Mais de 120	Total
Ressarcimento	2	18	-	3	25	48
Prestadores de serviços médicos	8.559	-	-	-	-	8.559
Reembolso aos benefícios	1.969	-	-	-	-	1.969
	10.530	18	-	3	25	10.576

Débitos diversos

A conta débitos diversos registra os valores relativos às despesas administrativas do PAS cobradas mensalmente pelo Plano de Gestão Administrativa como resultado do rateio entre gestões/planos, assim como o saldo remanescente do adiantamento orçamentário líquido do valor a ser recebido, ao final do exercício, da prestação de contas das despesas incorridas.

De acordo com o convênio de gestão do PAS, os mantenedores transferem, a título de adiantamento, no primeiro dia útil de cada ano, recursos financeiros no valor correspondente a 20% de todas as despesas incorridas no ano anterior com o fito de viabilizar a operacionalização do plano logo a partir do início do exercício. Após as despesas incorridas em janeiro, os mantenedores passam a efetuar reembolso dos gastos do PAS, por meio de prestação de contas realizada pela FAPES, com periodicidade mensal. Ao fim de cada exercício, a Fundação pode restituir eventuais saldos de recursos remanescentes aos mantenedores ou abater esse montante do adiantamento orçamentário a ser recebido no exercício seguinte.

A variação observada na rubrica em 2017 deve-se ao aumento de R\$ 12.096 das dotações orçamentárias efetuadas no exercício, decorrentes do aumento das despesas com eventos e custeio administrativo ocorrido em 2016 com relação ao exercício anterior.

Patrimônio Social

Destacamos que, embora não tenha sido apurado resultado no ano de 2017, houve variação no saldo do patrimônio líquido do PAS.

Tal variação ocorreu em atendimento à exigência para constituição de Margem de Solvência pela ANS, por meio da Resolução Normativa nº 209, arts. 6º, 7º e 8º, de 22 de dezembro de 2009, e da Instrução Normativa nº 50, de 23

de novembro de 2012. Desta forma, a FAPES integraliza, mensalmente, os valores exigidos, totalizando em 31 de dezembro de 2017, R\$ 10.711.

De acordo com tais normativos, aplicando-se suas regras às características específicas do PAS, o valor mínimo exigido para o patrimônio em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 9.541, apresentando um excedente de R\$ 1.170.

14.3 Receitas

	2017		2016
Receitas	208.592		213.911
Contraprestações líquidas	184.825		187.309
Médico-hospitalar - BNDES	145.616		145.080
Recurso do Patrocinador - Médico-Hospitalar-BNDES	146.881		145.080
PIS/COFINS Plano de saúde - BNDES	(1.265)		-
Médico-hospitalar - BNDESPAR	19.045		22.083
Recurso do Patrocinador - Médico-Hospitalar-BNDESPAR	19.128		22.083
PIS/COFINS Plano de saúde - BNDESPAR	(83)		-
Médico-hospitalar - FINAME	8.986		6.653
Recurso do Patrocinador - Médico-Hospitalar-FINAME	9.036		6.653
PIS/COFINS Plano de saúde - FINAME	(50)		-
Médico-hospitalar - FAPES	11.178	0	13.493
Recurso do Patrocinador - Médico-Hospitalar-FAPES	11.178		13.493
Outras receitas operacionais	19.200		22.176
Prestação de serviços - BNDES	18.379		21.193
Receita com Prestação de Serviços - BNDES	19.236		21.193
PIS/COFINS - Prestação de Serviço - BNDES	(857)		-
Prestação de serviços - BNDESPAR	367		446
Receita com Prestação de Serviços - BNDESPAR	392		446
PIS/CONFINS - Prestação de Serviço - BNDESPAR	(25)		-
Prestação de serviços - FINAME	339		387
Receita com Prestação de Serviços - FINAME	358		387
PIS/COFINS - Prestação de Serviço - FINAME	(19)		-
Prestação de serviços - FAPES	115		150
Receita com Prestação de Serviços - FAPES	115		150
	204.025		209.485
Receitas com aplicações financeiras	4.567		4.426
Cotas de fundos de investimentos	4.567		4.426

Os grupos Contraprestações Líquidas e Outras Receitas Operacionais apresentam os valores de responsabilidade dos mantenedores para a cobertura da totalidade dos gastos com o Plano. Logo, todas as despesas do PAS são consideradas para fins de prestação de contas.

Em Contraprestações Líquidas, estão registrados os valores a serem reembolsados pelos mantenedores, relativos ao custeio administrativo e das contas médicas. Já a rubrica Outras Receitas Operacionais

apresenta o saldo da cobertura dos gastos com a prestação de serviço no atendimento às exigências trabalhistas dos mantenedores, denominados Obrigações Sociais (PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).

Na conta Receitas com Aplicações Financeiras estão registradas as rentabilidades auferidas nas aplicações no Bradesco - Fundo de Investimento Referenciado DI Federal Extra e no ITAÚ SAÚDE RF FI, esta vinculada à ANS.

14.4. Despesas

	2017	2016
Eventos Conhecidos ou Avisados	155.039	152.532
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	93	582
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com o plano de saúde da Operadora	1.452	1.392
Despesas financeiras	29	74
Despesas administrativas	51.981	56.789
	53.555	58.837
Total	208.594	211.369

Na rubrica Eventos Conhecidos ou Avisados estão registradas as despesas médicas, odontológicas, suas respectivas glosas, bem como a recuperação de despesa por coparticipação do beneficiário, conforme previsto no Regulamento.

As despesas administrativas são registradas no PGA e cobradas ao PAS, conforme sua participação no rateio dos custos realizado pela Fundação, que compreende despesas com pessoal, encargos e demais gastos para a operacionalização do PAS.

Distribuição de eventos médico-hospitalares

Nos quadros abaixo, estão distribuídos os valores gastos nas modalidades Escolha Dirigida e Livre Escolha com os eventos enquadrados nas seguintes categorias: consulta médica, exames, terapias, internações, outros atendimentos, demais despesas, outras formas de pagamento e procedimentos odontológicos.

2017	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Contratada	9.073	18.370	5.336	68.015	13.161	7.008	6.644	127.607
Reembolso	4.823	754	8.920	8.078	1.310	118	1.614	25.644
Total	13.896	19.124	14.256	76.093	14.471	7.126	8.285	153.251

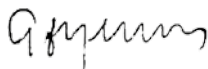
2016	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Contratada	9.251	15.654	4.913	69.238	12.970	6.103	6.343	124.472
Reembolso	5.339	820	8.583	8.465	1.516	150	1.976	26.849
Total	14.590	16.474	13.496	77.703	14.486	6.253	8.319	151.321

14.5. Fluxo de Caixa

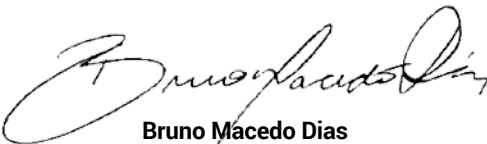
As demonstrações do fluxo de caixa do PAS foram elaboradas pelo método direto, conforme estabelecido pela ANS, por meio da Resolução Normativa 290, de 27 de fevereiro de 2012.

O quadro a seguir demonstra a conciliação entre o resultado do exercício e o caixa líquido das atividades operacionais.

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	-	-
(Aumento) diminuição em ativos operacionais	(20.618)	(7.946)
Aplicações	(20.658)	(7.799)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(50)	(9)
Outros créditos a receber a longo prazo	90	(158)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais	17.299	5.233
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4.765	3.808
Débitos de operações de assistência à saúde	-	(2)
Déb. oper. assist. saúde não rel. c/ plano de saúde da operadora	40	44
Tributos e contribuições a recolher	398	404
Débitos diversos	12.096	979
Caixa líquido das atividades operacionais	(3.319)	(2.714)
	2017	2016
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	3.312	2.717
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
Variação líquida de caixa	(7)	3
Saldo Inicial de caixa	10	7
Saldo final de caixa	3	10
Ativos Livres no Início do Período	32.435	24.681
Ativos Livres no Final do Período	53.063	32.435
Aumento (diminuição) nas Aplicações financeiras	20.628	7.754


Solange Paiva Vieira
 Diretora-superintendente
 CPF 972.913.317-49


Victor Guilherme Tito
 Diretor de investimentos
 CPF 044.878.356-82


Bruno Macedo Dias
 Diretor de seguridade
 CPF 096.104.887-57


Gabriela Ferreira Nunes Alves
 Gerente contábil-fiscal
 CPF 080.376.027-29
 CRC-RJ 100510/O-9

9.3 PARECER ATUARIAL

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018

À Sra.

Solange Paiva Vieira

Diretora-Superintendente da

Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

Prezada Senhora,

Apresentamos em anexo, o Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017 do Plano Básico de Benefícios administrado pela FAPES - CNPB nº 1979.0015-29.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária

CIBA nº 070



Cássia Maria Nogueira

Diretora Técnica de Previdência

MIBA/MTE nº 1.049

FAPES – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - CNPB Nº 1979.0015-29

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2017

1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano Básico de Benefícios, administrado pela FAPES, doravante PBB, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, cujas Provisões Matemáticas, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2017, foram determinadas a partir

dos resultados da Avaliação Atuarial com dados básicos de 30.09.2017 e de 30.11.2017, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição consolidada e segregada entre Sistema BNDES e FAPES do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do PBB, em 31.12.2017, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 08/2011, de 31.10.2011:

		FAPES	Sistema BNDES	Consolidado
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL	555.141.661,47	10.763.335.257,53	11.318.476.919,00
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	549.547.982,27	10.643.025.638,65	11.192.573.620,92
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	475.338.587,00	13.016.463.813,00	13.491.802.400,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	324.792.744,00	8.579.455.865,00	8.904.248.609,00
2.3.1.1.01.02.00	Ben. Def. Estruturado em Capitalização	324.792.744,00	8.579.455.865,00	8.904.248.609,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Ben. Fut. Progr. – Assistidos	305.970.862,00	7.463.567.921,00	7.769.538.783,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Ben. Fut. Não Progr. – Assistidos	18.821.882,00	1.115.887.944,00	1.134.709.826,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	196.594.427,00	5.562.913.182,00	5.759.507.609,00
2.3.1.1.02.02.00	Ben. Def. Estruturado em Capitalização – Prog.	186.261.313,00	5.184.241.003,00	5.370.502.316,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Ben. Fut. Programados	260.512.011,00	7.239.500.506,00	7.500.012.517,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Fut. dos Patroc.	(45.004.759,00)	(1.219.368.340,00)	(1.264.373.099,00)
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Fut. dos Partic.	(29.245.939,00)	(835.891.163,00)	(865.137.102,00)
2.3.1.1.02.03.00	Ben. Def. Estruturado em Capitalização – Não Prog.	10.333.114,00	378.672.179,00	389.005.293,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Ben. Fut. Não Programados	14.339.240,00	520.946.324,00	535.285.564,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Fut. dos Patroc.	(2.396.356,00)	(82.137.965,00)	(84.534.321,00)
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Fut. dos Partic.	(1.609.770,00)	(60.136.180,00)	(61.745.950,00)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(46.048.584,00)	(1.125.905.234,00)	(1.171.953.818,00)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit EQUACIONADO	(46.048.584,00)	(1.125.905.234,00)	(1.171.953.818,00)
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	(23.024.292,00)	(562.952.617,00)	(585.976.909,00)
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	(8.736.229,00)	(206.613.400,00)	(215.349.629,00)
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	(14.288.063,00)	(356.339.217,00)	(370.627.280,00)
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	74.209.395,27	(2.373.438.174,35)	(2.299.228.779,08)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	74.209.395,27	(2.373.438.174,35)	(2.299.228.779,08)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit TÉCNICO ACUMULADO	74.209.395,27	-	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva De Contingência	74.209.395,27	-	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Para Revisão Do Plano	-	-	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit TÉCNICO ACUMULADO	-	(2.373.438.174,35)	(2.299.228.779,08)
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	5.593.679,20	120.309.618,88	125.903.298,08
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS - Previsto em Nota Técnica Atuarial	7.864,25	2.916.029,86	2.923.894,11
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.752.238,84	94.946.733,79	98.698.972,63
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.833.576,11	22.446.855,23	24.280.431,34

A Avaliação Atuarial de 2017 do PBB foi desenvolvida, considerando:

- O Regulamento do Plano Básico de Benefícios - RPBB, cuja última atualização foi aprovada por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e das patrocinadoras integrantes do Sistema BNDES e pela Portaria SPC nº 2598, de 06/11/2008;
- As informações cadastrais dos participantes ativos na data-base de setembro/2017 (desconsiderando os participantes que se aposentaram entre setembro e novembro/2017) e dos assistidos na data-base de novembro/2017, cuja coerência e consistência dos

dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;

- Os demonstrativos contábeis fornecidos pela FAPES;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

Em razão da desvinculação dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT seguidos pela FAPES e pelas empresas integrantes do Sistema BNDES com critérios

distintos de reajuste, tornou-se imperativo segregar as massas, para manter controle separado das respectivas reservas matemáticas e do correspondente patrimônio de cobertura, ante o que dispõe o Termo de Adesão assinado pela FAPES, ao formalizar sua condição de Patrocinadora do PBB.

Para a segregação inicial do patrimônio de cobertura do PBB ocorrida em 31.12.2017 recomendamos no

Parecer RN/006/2017/FAPES, de 11/12/2017, que fosse adotada a proporção entre as provisões matemáticas vinculadas às patrocinadoras do Sistema BNDES e a FAPES e as provisões matemáticas totais em 31.12.2016, data do último Balanço Patrimonial antes da desvinculação entre cláusulas acordadas no ACT da FAPES e as acordadas nos ACTs das demais patrocinadoras, cujos resultados encontram-se sintetizados na tabela a seguir:

Provisões Matemáticas em 31.12.2016					Proporção
Patrocinador	De Benefícios Concedidos	De Benefícios a Conceder	A Constituir (-)	Total	
Sistema BNDES	R\$ 7.798.809.353	R\$ 5.208.757.747	-R\$ 1.048.197.879	R\$ 11.959.369.221	96,1983%
FAPES	R\$ 269.246.676	R\$ 249.737.872	-R\$ 46.356.471	R\$ 472.628.077	3,8017%
Total	R\$ 8.068.056.029	R\$ 5.458.495.619	-R\$ 1.094.554.3500	R\$ 12.431.997.298	100,0000%

Assim, a segregação patrimonial ocorreu inicialmente aplicando-se a cada uma das contas patrimoniais do PBB em 31.12.2017, cujos registros contábeis não permitiram identificar os valores atribuíveis a cada patrocinadora, a proporção indicada na última coluna da tabela supra para o Sistema BNDES (96,1983%) e para a FAPES (3,8017%).

As contas patrimoniais cujos valores foram identificados a qual patrocinadora estavam vinculados – tais como: contribuições contratadas, exigíveis contingenciais (depósitos judiciais), empréstimos de participantes, fundos previdenciais ou outras identificadas pelo setor contábil da entidade – foram segregadas a partir desses valores, e não com base na proporção acima referida.

Com a segregação patrimonial, apurou-se para o grupo de custeio FAPES Superávit técnico de R\$ 74.209.395,27 (15,61% das respectivas provisões matemáticas) e para o grupo de custeio Sistema BNDES, Déficit técnico de R\$ 2.373.438.174,35 (18,23% das respectivas provisões matemáticas).

A Provisão Matemática a Constituir registra o valor atual dos fluxos contributivos previstos, nessa avaliação, pela

aplicação das alíquotas de contribuição extraordinária mensal de participantes, assistidos e patrocinadoras, estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 31.12.2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPES, conforme Resolução CD-33/2016-FAPES, de 29.12.2016, para vigorar de março/2017 a fevereiro/2042, conforme descrito no item 4.

A referida Provisão Matemática a Constituir será redimensionada a cada avaliação atuarial subsequente, com base no valor atual do respectivo fluxo contributivo redimensionado, considerando o prazo residual de vigência das contribuições extraordinárias e as hipóteses atuariais definidas em cada avaliação atuarial.

O Fundo Previdencial é composto de valores pendentes de resgate por ex-participantes que, na maioria das vezes, se desligaram do Plano Básico de Benefícios da FAPES (PBB), mas não do Patrocinador, o que impossibilita o resgate imediato, que ocorre somente após o desligamento do Patrocinador. O valor é atualizado pela média do INPC com IGP-DI, conforme previsto no Regulamento do PBB.

2. Base de Dados – Consolidado Estatístico

Os quadros abaixo resumem as informações obtidas dos cadastros disponibilizados, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários:

2.1 Ativos e Autopatrocinados

Participantes Ativos

Descrição	FAPES		Sistema BNDES		Consolidado		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Total
Frequência	101	126	1733	935	1834	1061	2895
Idade Média na Inscrição	33,1	32,74	30,75	29,34	30,88	29,74	30,46
Idade Média na Admissão	32,94	32,68	30,51	29,23	30,64	29,64	30,28
Tempo de Empresa Médio	8,59	9,02	11,95	11,38	11,76	11,10	11,52
Tempo de Contrib. Médio	8,43	8,97	11,71	11,27	11,53	11,00	11,33
Idade Média na Aposentadoria	58,89	56,1	59,39	56,19	59,36	56,18	58,19
Sal. De Particip. Médio	12.079,78	10.422,86	26.570,94	25.444,04	25.772,90	23.660,19	24.998,60

Participantes Autopatrocinados

Descrição	FAPES		Sistema BNDES		Consolidado		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Total
Frequência	17	10	22	7	39	17	56
Idade Média na Inscrição	31,87	31,33	28,26	33,81	29,83	32,35	30,6
Idade Média na Admissão	31,81	31,30	28,18	33,77	29,76	32,32	30,54
Tempo de Empresa Médio	10,55	10,03	15,28	14,56	13,22	11,89	12,82
Tempo de Contrib. Médio	10,50	10,01	15,20	14,52	13,15	11,87	12,76
Idade Média na Aposentadoria	59,08	56,29	58,72	57,35	58,87	56,73	58,22
Sal. De Particip. Médio	13.794,40	11.533,62	12.606,22	19.111,79	13.124,15	14.654,04	13.588,58

A análise comparativa do cadastro de participantes ativos e autopatrocinados de 2016 e 30.11.2017 revelou que 96 participantes não constam no cadastro atual e que seis participantes do atual cadastro não estavam no levantamento anterior. Assim, a frequência total de participantes ativos e autopatrocinados passou de 3.043 em 2016, para 2.953 em 2017.

2.2 Optantes pelo BPD

Optantes pelo BPD

Descrição	FAPES		Sistema BNDES		Consolidado		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Total
Frequência	9	4	8	4	17	8	25
Idade Média Atual	45,25	43,82	38,94	38,79	42,28	41,31	41,97
Idade Média na Aposentadoria	59,41	55	57,9	55,13	58,7	55,07	57,54
Valor do BPD	6.943,08	8.665,43	5.801,73	4.823,01	6.405,97	6.744,22	6.514,21

Em relação ao cadastro dos Participantes optantes pelo BPD, a análise comparativa revelou que, em 2017, não ocorreram saídas de participantes que escolheram o Instituto, entretanto, verificou-se a entrada de 14 novos optantes no cadastro atual. Assim, a frequência total de participantes optantes pelo BPD passou de 11 em 2016, para 25 em 2017.

2.3 Aposentados

Assistidos - FAPES

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	INSS Médio	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média
Tempo de Contribuição	99	3.504,97	19.442,12	1.142,62	65,16
Idade	3	4.460,01	29.276,61	1.686,83	72,15
Especial	-	-	-	-	-
Invalidez	3	4.187,44	13.825,26	900,63	64,88
Auxílio-Doença	-	-	-	-	-
Outros ¹	-	-	-	-	-
TOTAL	105	3.551,76	19.562,62	1.151,25	65,35

Assistidos - Sistema BNDES

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	INSS Médio	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média
Tempo de Contribuição	1.578	3.573,45	31.879,71	1.771,82	69,18
Idade	22	4.875,30	28.617,69	1.672,23	71,80
Especial	1	2.674,90	7.491,98	508,34	93,87
Invalidez	66	3.552,83	17.354,70	1.042,68	66,73
Auxílio-Doença	3	4.823,83	15.110,41	996,70	51,82
Outros ¹	6	1.177,12	3.924,01	263,86	77,85
TOTAL	1.676	3.580,71	31.120,26	1.734,26	69,13

Assistidos - Consolidado

TIPO DE APOSENTADORIA	Frequência	INSS Médio	Suplementação Média	Contribuição Média	Idade Média
Tempo de Contribuição	1.677	3.569,38	31.145,47	1.734,67	68,94
Idade	25	4.825,46	28.696,76	1.673,98	71,85
Especial	1	2.674,90	7.491,98	508,34	93,88
Invalidez	69	3.528,93	17.201,25	1.036,50	66,65
Auxílio-Doença	3	4.823,83	15.110,41	996,71	51,82
Outros ¹	6	1.177,12	3.924,01	263,86	77,85
TOTAL	1.781	3.579,00	30.438,87	1.699,89	68,91

A análise comparativa do cadastro de aposentados de 2016 e 2017 revelou que 55 novas aposentadorias foram concedidas e 32 foram excluídas, sendo que nove delas geraram a respectiva pensão. Assim, a frequência total de aposentadorias passou de 1.758 em 2016, para 1.781 em 30.11.2017.

2.4 Pensionistas

Pensionistas - FAPES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	7	14.557,29	-
Pensionistas	7	-	70,90
Beneficiários Vitalícios	7	-	70,90
Beneficiários Temporários	-	-	-

¹ Ex-servidores estatutários aposentados pelo BNDES.

Pensionistas - Sistema BNDES

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	322	26.801,52	-
Pensionistas	360	-	67,77
Beneficiários Vitalícios	329	-	72,31
Beneficiários Temporários	31	-	19,54

Pensionistas - Consolidado

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Frequência	Suplementação Média	Idade Média
Pensões	329	26.541,00	
Pensionistas	367	-	67,83
Beneficiários Vitalícios	336	-	72,28
Beneficiários Temporários	31	-	19,54

A análise comparativa do cadastro de pensionistas de 2016 e 2017 revelou que 11 novas pensões foram concedidas e 11 foram extintas. Assim, a frequência total de pensões manteve-se em 329 para 30.11.2017.

3. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais**3.1. Das Hipóteses**

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2017 do Plano Básico de Benefícios, destacam-se as indicadas a seguir:

3.1.1. Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa real de juro atuarial: 5,72% a.a.;
- Indexador econômico do plano: *Índice de Reajuste Salarial do Patrocinador*;
- Crescimento real dos benefícios do Plano: 0,0%;
- Inflação anual futura estimada para cálculo dos fatores de capacidade: 4,0%;
- Fator de capacidade dos benefícios: 0,9808;
- Projeção de crescimento real anual de salários: *participantes empregados do Sistema BNDES*, 3,47% (*Grupamento Apoio*) e 3,34% (*Grupamento Técnico*); e *participantes empregados da FAPES*, 2,65% (*Grupamento Apoio*) e 2,73% (*Grupamento Técnico*).

Em função da realização de processo de reestruturação administrativa da patrocinadora FAPES, não ocorrerão promoções relativas ao exercício de 2017, no seu corpo funcional, refletindo na adoção de uma taxa de 0% para o 1º ano de projeção dos salários e, a partir de então, as taxas acima citadas.

3.1.2. Hipóteses Biométricas e Demográficas

- Mortalidade Geral: *AT 2000² segregada por sexo*;
- Entrada em Invalidez: *Álvaro Vindas desagregada em 30%*;

- Morbidez: *Experiência Rodarte*;
- Mortalidade de Inválidos: *AT 49 masculina*;
- Rotatividade: *0,0%*;

3.1.3. Outras Hipóteses

- A composição familiar do participante ativo foi determinada com base na seguinte família-padrão, obtida a partir dos dados cadastrais da FAPES: *80% dos participantes casados, sendo que, para os participantes do sexo masculino, o cônjuge é cinco anos mais jovem e, para aqueles do sexo feminino, o cônjuge possui a mesma idade do participante*;
- Composição familiar dos assistidos: *Família real*.

3.1.4. Adequação das Hipóteses

As premissas acima foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos bem como estudos encaminhados pela FAPES à Rodarte Nogueira, consoante o que determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, as Resoluções CNPC nº 09/2012 e nº 15/2014, a Instrução Previc nº 23/2015, e as boas práticas atuariais, cabendo informar que:

- A taxa real de juro atuarial foi mantida em 5,72% a.a., acompanhando a recomendação do estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros atuarial utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais do Plano Básico de Benefícios (Relatório RN/FAPES nº 015/2017, de 20.12.2017). A referida taxa encontra-se dentro do intervalo da taxa parâmetro de 4,36% a 6,63%, estabelecido pela Portaria

² AT 2000 Basic suavizada em 10%

nº 375/2017 para a duração do passivo do plano (de 17,4 anos observada na Avaliação Atuarial de 2016).

- A inflação anual futura estimada para cálculo dos fatores de capacidade, considerada adequada pela Rodarte Nogueira, foi reduzida de 4,5% para 4,0%, fundamentada por estudos baseados em cenários macroeconômicos atuais e futuros.
- No que tange à hipótese de *projeção de crescimento real anual de salários*, foram adotadas as projeções indicadas nos estudos desenvolvidos pela própria FAPES, cuja metodologia, acolhida pela Rodarte Nogueira, considera a trajetória salarial futura de cada participante, através de simulações do crescimento salarial até a idade de aposentadoria, não observando o histórico salarial passado. Os resultados apurados não apresentam variação significativa em relação aos percentuais adotados em 2016, exceto na patrocinadora FAPES onde foi observada uma redução em relação aos anos anteriores devido uma projeção de promoções inferior ao de 2016.
- Como resultado do *Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Básico de Benefícios* (Relatório RN/FAPES nº 013/2017, de 01.11.2017), as hipóteses biométricas de mortalidade geral, mortalidade de inválidos, morbidez e de entrada em invalidez foram mantidas.
- O uso da taxa de rotatividade de 0% a.a. foi considerado adequado.
- Como resultado do *Estudo da Composição Familiar dos participantes do Plano Básico de Benefícios - PBB* (Relatório RN/FAPES nº 014/2017, de 14.12.2017), o uso do Encargo médio – Hx (*Experiência STEA*) na composição familiar para previsão dos pagamentos de benefícios de pensão foi alterado conforme tabela abaixo:

Composição Familiar	2017	2016
Ativos	Família-padrão Fapes ³	Função de Hx
Aposentados	Família real	Função de Hx
Pensionistas	Família real	Família real

3.2. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais de Financiamento

O Regime Financeiro e o Método de Financiamento não foram alterados, mantendo-se o Regime de Capitalização

conjugado com o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e institutos do Plano.

4. Plano de Custeio

Nessa avaliação, além das contribuições normais mensais, foi previsto o recolhimento das contribuições extraordinárias mensais estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit de 2015, sintetizado no Relatório Técnico RN 019/2016, de 21.12.2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPES.

Cabe ressaltar que, para o custeio administrativo são destinados 10% do recolhimento total contributivo mensal, excluídas as contribuições extraordinárias, sobre as quais não foi estabelecida cobrança de parcela para o citado custeio.

Assim, registra-se, a seguir, o Plano de Custeio adotado no dimensionamento do fluxo contributivo futuro, para avaliação inicial da situação econômico-financeira do PBB, que prevê o recolhimento, pelos participantes, assistidos e patrocinadores, de contribuições normais mensais, observados os limites estabelecidos no artigo 62 do Regulamento do PBB, e de contribuições extraordinárias mensais, na forma estabelecida do Plano de Equacionamento do Déficit de 2015:

4.1. Participante ativo ou autopatrocinado

Contribuição normal mensal equivalente à soma das seguintes parcelas, além da joia calculada nos termos do artigo 60 do Regulamento:

- 1% (um por cento) incidente sobre o salário-de-participação;
- 3% (três por cento) sobre a parcela do salário-de-participação que exceder a metade do limite máximo do salário de benefício fixado pela Previdência Social;
- 5% (cinco por cento) sobre a parcela do salário-de-participação que exceder o limite máximo do salário de benefício fixado pela Previdência Social.

Para integralização da parcela de cobertura do Déficit técnico de 31.12.2015, os participantes ativos e os autopatrocinados deverão contribuir mensalmente, de março/2017 até fevereiro/2042, ou até a data da concessão de seu benefício de complementação pela FAPES, o que ocorrer primeiro, com a importância equivalente à soma das parcelas especificadas abaixo:

- 0,0534% incidente sobre o salário-de-participação;
- 0,1601% sobre a parcela do salário-de-participação que exceder a metade do limite máximo do salário de benefício fixado pela Previdência Social;

³ Considera-se que 80% dos participantes são casados. Para os participantes do sexo masculino, o cônjuge é cinco anos mais jovem e, para aqueles do sexo feminino, o cônjuge possui a mesma idade do participante.

- c) 0,2668% sobre a parcela do salário-de-participação que exceder o limite máximo do salário de benefício fixado pela Previdência Social.

Na prática, essa contribuição corresponde a, aproximadamente, 5,336% da contribuição normal mensal do participante ativo ou autopatrocinado, excluída a parcela relativa à joia.

Ao Autopatrocinado caberá ainda o recolhimento das correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade do Patrocinador ao qual estava vinculado.

Após a concessão de benefício, prevalecerá o especificado nos itens 4.2 e 4.3.

4.2. Participante Assistido

Contribuição normal mensal equivalente a 5% (cinco por cento) do salário-de-participação, definido na forma do § 2º do artigo 66 do Regulamento.

Para a integralização da parcela de cobertura do Déficit técnico de 31.12.2015, os participantes assistidos deverão contribuir mensalmente, de março/2017 até fevereiro/2042, com importância equivalente a 3,5889% do salário-de-participação, que equivale ao provento da aposentadoria previdencial ou auxílio-doença concedido pelo INSS, acrescido da renda assegurada pelo Plano que, na prática, corresponde a 71,777% da contribuição normal mensal do participante assistido, excluída a parcela relativa à joia porventura existente.

4.3. Beneficiário Assistido

Taxa de administração equivalente a 5% (cinco por cento) da renda global percebida, assim entendida as parcelas pagas pela FAPES, acrescidas do valor pago pela Previdência Social.

Para a integralização da parcela de cobertura do Déficit técnico de 31.12.2015, os beneficiários assistidos deverão contribuir mensalmente, de março/2017 até fevereiro/2042, com importância equivalente a 3,5889% da renda global percebida, que, na prática, corresponde a 71,777% da contribuição normal mensal do beneficiário assistido.

4.4. Participante Vinculado (optante pelo benefício proporcional diferido)

Durante a fase de diferimento o participante vinculado deverá recolher mensalmente aos cofres da entidade o produto da taxa de administração, determinada para garantir a cobertura das despesas necessárias à gestão administrativa do benefício proporcional diferido, incidente sobre os valores das contribuições, quer dele, quer do patrocinador por ele, aplicado o fator

reductor definido no parágrafo 12 do artigo 44 do Regulamento, avaliadas como se permanecesse, para as mesmas, a evolução admitida no plano de custeio vigente na data da opção.

Para a integralização da parcela de cobertura do Déficit técnico de 31.12.2015, os participantes vinculados deverão contribuir mensalmente, de março/2017 até fevereiro/2042 ou até a data da concessão do benefício proporcional diferido, o que ocorrer primeiro, com importância equivalente a 5,336% da contribuição normal mensal determinada na forma especificada no item anterior, dividida pela respectiva taxa de administração.

Após a concessão do benefício, prevalecerá o especificado nos itens 4.2 e 4.3.

4.5. Patrocinador

Contribuição normal mensal equivalente à soma daquelas recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

Para a integralização da parcela de cobertura do Déficit técnico de 31.12.2015, os patrocinadores deverão contribuir mensalmente, de março/2017 até fevereiro/2042, com importância equivalente à totalidade das contribuições extraordinárias mensais pagas pelos seus respectivos participantes e assistidos.

Além das contribuições normais e das contribuições extraordinárias, é previsto o pagamento pelos patrocinadores das prestações mensais correspondentes à amortização dos contratos de confissão de dívidas, conforme especificado no item a seguir.

5. Contratos de Confissão de Dívida

O Plano de Custeio de 2017, aprovado pela Resolução CD-09/2017-FAPES, de 12.04.2017 previa o pagamento mensal de prestações de responsabilidade das patrocinadoras relativas a três compromissos que serão descritos nos parágrafos a seguir.

O primeiro objeto de contrato relativo ao Sistema BNDES refere-se à cobertura de oscilações do teto do salário-de-benefício do INSS e da unificação dos cargos de Assistente Técnico-Administrativo A e B (ATA-A e ATA-B, respectivamente). Em 30.11.2004, o montante inicial total era de R\$ 163.391.300,89 (BNDES = R\$ 118.553.161,03; BNDESPar = R\$ 32.891.660,18; FINAME = R\$ 11.946.479,68) para ser amortizado em 180 prestações mensais, sendo o saldo devedor atualizado por juros e correção monetária nas mesmas épocas e nas mesmas proporções em que for concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados. Até novembro/2004, este montante era consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, cujo estabelecimento

inicial ocorreu em novembro/1998. A transformação em contrato foi para atendimento à solicitação do Sistema BNDES, conforme recomendação do Banco Central - BACEN.

O segundo objeto de contrato relativo ao Sistema BNDES refere-se ao acréscimo de 1 (uma) hora à carga horária diária dos empregados do BNDES e de suas subsidiárias, conforme disposto no artigo 7º da Medida Provisória nº 56, de 18/07/2002, transformada na Lei nº 10.556, de 13.11.2002. Em 01.12.2002, o montante inicial total era de R\$ 337.833.461,00 (BNDES = R\$ 264.342.300,00; BNDESPar = R\$ 54.316.607,00; FINAME = R\$ 19.174.554,00), para ser amortizado em 390 prestações mensais a partir de janeiro de 2003, sendo o saldo remanescente atualizado por juros e correção monetária com base no índice de reajuste salarial.

O objeto do termo de assunção da FAPES na qualidade de patrocinadora, com montante inicial de R\$ 104.017.462,83, posicionado em 30.06.2013, refere-se à recomposição do patrimônio do PBB reduzido por conta de valores de benefícios superiores aos esperados devido

a eventos decorrentes de exclusivas decisões e/ou responsabilidade patronais, com pagamento em 260 prestações, a partir de junho de 2013, sendo o saldo remanescente atualizado, basicamente, por juros e correção monetária com base no índice de reajuste salarial.

No entanto, durante o ano de 2017, as empresas integrantes do Sistema BNDES suspenderam o pagamento das prestações mensais de sua responsabilidade, em atendimento a direcionamento efetuado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo que tal ato fez com que as receitas mensais efetivas fossem inferiores às esperadas pelo Plano de Custeio.

O Demonstrativo Contábil de 31.12.2017 registra nos Ativos Financeiros do Plano Básico de Benefícios, montante equivalente à soma dos saldos atualizados dos Contratos de Confissão de Dívida com os patrocinadores do Sistema BNDES e do Termo de Assunção de Obrigação Financeira firmado pela FAPES na qualidade de patrocinador, no valor total de R\$ 556.279.141,15, assim distribuídos:

	FAPES	Sistema BNDES	Consolidado
Contribuições Contratadas	R\$ 129.135.920,97	R\$ 427.143.220,18	R\$ 556.279.141,15
Contribuições em Atraso Contratadas	-	R\$ 34.563.121,32	R\$ 34.563.121,32
Antiga Provisão Matemática a Constituir	-	R\$ 13.195.834,13	R\$ 13.195.834,13
7ª Hora Contratual	-	R\$ 21.367.287,19	R\$ 21.367.287,19
Contratos de Assunção de Dívida	R\$ 129.135.920,97	R\$ 392.580.098,86	R\$ 521.716.019,83
Antiga Provisão Matemática a Constituir	-	R\$ 15.945.411,78	R\$ 15.945.411,78
7ª Hora Contratual	-	R\$ 376.634.687,08	R\$ 376.634.687,08
Termo de Obrigação Financeira	R\$ 129.135.920,97	-	R\$ 129.135.920,97

As contribuições contratadas referentes ao Sistema BNDES informadas no quadro acima estão líquidas da provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) no valor total de R\$ 427.143.220,29 decorrentes da suspensão do pagamento das prestações mensais de sua responsabilidade, em atendimento ao direcionamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

6. Situação Econômico-Financeira do Plano

Sobre a situação econômico-financeira do PBB, o confronto das Provisões Matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano constituído em 31.12.2017 revela Déficit Técnico Acumulado de R\$ 2.299.228.779,08, equivalente a 17,04% das *Provisões Matemáticas*, que já considera o valor da *Provisão Matemática a Constituir* referente ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015.

Em relação às Provisões Matemáticas, as perdas atuariais superaram os ganhos nessa avaliação. Como perdas atuariais relevantes, tem-se a alteração da composição familiar, e a redução da projeção de inflação futura, com a consequente elevação do fator de capacidade, que agravaram os compromissos do plano. Como ganho atuarial relevante, tem-se a alteração das taxas de projeção de crescimento salarial. O quadro abaixo apresenta a conciliação das Provisões Matemáticas ora reavaliadas com as registradas em 31.12.2016:

Provisões Matemáticas em Dezembro/2016	12.432,0
(+) Crescimento inerente às provisões	585,0
(+) Alteração nas premissas	614,3
Família Real Assistidos	525,2
Família Padrão Ativos	76,7
Taxas de crescimento real dos salários	-20,2
Fator de capacidade - inflação anual esperada	32,6
(+) Resíduos (alterações cadastrais e/ou ajustes)	-139,5
(=) Provisões Matemáticas em Dezembro/2017	13.491,8

Posto isto, registra-se que essas Provisões Matemáticas reavaliadas são 3,30% superiores às determinadas na avaliação de 2016 e atualizadas por recorrência até a data do cálculo.

O aumento do passivo atuarial em R\$ 1,059 milhões conjugado com o registro da *Provisão de Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)* no valor total de R\$ 427,143 milhões agravou a situação econômico-financeira do PBB em 2017, em que pese o desempenho financeiro do plano ter superado o mínimo atuarial esperado, estimando-se ganho de 3,20%, cerca de R\$ 705 milhões, quando comparamos o Patrimônio Social do Plano em 31.12.2017 (R\$ 11,318 bilhões) com o que seria esperado para a mesma data (R\$ 10,613 bilhões) a partir da evolução do respectivo patrimônio de 31.12.2016, considerando os saldos contábeis mensais de 2017, exceto o de investimento, e as hipóteses financeiras da avaliação atuarial de 2016 (Indexador do Plano + 5,72%a.a.).

O quadro abaixo apresenta a conciliação do resultado financeiro do PBB em 2017:

Decomposição dos Resultados	Em R\$ milhões
Déficit acumulado em 2016	-1.720,9
Resultado do Passivo	-1.059,8
Resultado positivo dos investimentos	1.336,3
Pagamento líquido de benefícios e outros encargos do Plano	-422,7
Provisionamento dos contratos de dívida	-427,5
Constituição/reversão para fundo previdencial	-0,5
Constituição/reversão contingencial	-4,2
Déficit acumulado em 2017	-2.299,3

Assim, tendo ainda apurado resultado Déficitário, a Entidade deverá novamente observar os procedimentos previstos pela Resolução CGPC nº 26/2008⁴, em especial o registrado no Título IV.

Segundo o Art. 28-A da referida Resolução, reforçado pelo que dispõe o Art. 10 da Instrução Previc nº 19/2015, anteriormente à definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de Déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo, no valor do Déficit Técnico Acumulado, do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais informado pela Entidade para 31.12.2017 (R\$ 339.011.417,43), o *Equilíbrio Técnico Ajustado* foi avaliado em R\$ 1.960.217.361,65:

Equilíbrio Técnico após Ajuste de Precificação

Descrição	Exercício Atual
a) Resultado Realizado (a.1 – a.2)	(2.299.228.779,08)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) Déficit Técnico Acumulado	(2.299.228.779,08)
b) Ajuste de Precificação	339.011.417,43
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a – b)	(1.960.217.361,65)
Em % das Provisões Matemáticas	14,53%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a duração do passivo do PBB, apurada em 17,03 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de **Déficit Técnico Acumulado** em 31.12.2017 o valor de R\$ 1.757.981.852,72.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (17,03 - 4) \times \text{R\$ } 13.491.802.400,00] = \text{R\$ } 1.757.981.852,72$$

Como o *Equilíbrio Técnico Ajustado* de 31.12.2017 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar novo plano de equacionamento de Déficit técnico em 2018, que deverá contemplar, no mínimo, o montante correspondente a R\$ 202.235.508,93, resultante da diferença entre o *Equilíbrio Técnico Ajustado* (R\$ 1.960.217.361,65) e o *Limite de Déficit Técnico Acumulado* (R\$ 1.757.981.852,72), apurados para 31.12.2017.

Como o grupo de custeio FAPES registra Superávit técnico, o referido equacionamento aplica-se somente ao grupo de custeio do Sistema BNDES.

Por fim, segundo o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do PBB, administrado pela FAPES, sujeito à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do plano no último dia útil do exercício de 2017.

O Plano Básico de Benefícios tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela FAPES.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária CIBA nº 070

Cássia Maria Nogueira Responsável
Técnico Atuarial
MIBA/MTE nº 1.049

⁴ Alterada pelas Resoluções CNPC 10/2012, 13/2013, 14 e 16/2014 e pela Resolução CNPC nº 22/2015, de 22/11/2015.

9.4 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES - Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES ("Fundação" ou "FAPES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos ativos líquidos do Plano, das mutações do patrimônio social, das mutações dos ativos líquidos do Plano, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do Plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FAPES em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à FAPES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Suspensão do pagamento das contribuições contratadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa de nº 5, que descreve que as patrocinadoras suspenderam os pagamentos das contribuições contratadas, em atendimento à decisão cautelar proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 18/07/2017. Diante da inadimplência das patrocinadoras, a FAPES constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa na ordem de 50% do total do saldo a receber, em cumprimento aos itens 10 e 11, do Anexo A "Normas Complementares", da Instrução MPS/SPC nº. 34,

de 24 de setembro de 2009 e suas atualizações, estando o saldo de "Contribuições contratadas" apresentado no montante de R\$ 427.143 mil em 31 de dezembro de 2017, líquido da provisão. No estágio atual, não é possível determinar qual será o desfecho das medidas administrativas em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Equacionamento do déficit técnico de 31/12/2017

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 (e) às demonstrações contábeis, que informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a situação deficitária do Plano Básico de Benefícios passou de R\$ 1.720.873 mil para R\$ 2.299.229 mil, estando superior ao limite disposto na Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015. Dessa forma, haverá necessidade de equacionamento obrigatório do montante que excedeu o limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As informações sobre o Plano de Assistência e Saúde - PAS, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, elaboradas sob a responsabilidade da administração da FAPES, e apresentadas como informação suplementar para fins das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Em nossa opinião, essas informações suplementares estão adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração da FAPES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a FAPES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a FAPES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FAPES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não de-

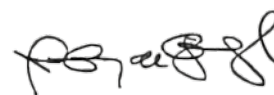
tecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FAPES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da FAPES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FAPES a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

9.5 PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, após exame das Demonstrações Contábeis da FAPES relativas ao exercício findo em 31.12.2017 que compreendem Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, das Mutações do Patrimônio Social, das Mutações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa, do Plano de Gestão Administrativa do Plano Básico de Benefícios, das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios, assim como Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Plano de Assistência e Saúde – PAS, e as respectivas Notas Explicativas às demonstrações contábeis e às informações contábeis da gestão assistencial e considerando o Relatório emitido pelos auditores independentes da KPMG sobre as Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e o Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017 do Plano Básico de Benefícios administrado pela FAPES emitido pela Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, atuário externo da Fundação, verificou que os documentos mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.



Luis Inácio Senos Dantas
Conselheiro Presidente em exercício



Paulo Henrique Barbosa Pegas
Conselheiro



Paulo Rebouças Monteiro Filho
Conselheiro

9.6 RESOLUÇÃO DO CONSELHO FISCAL

RESOLUÇÃO CF-02/2018-FAPES

EM: 20.03.2018

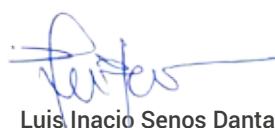
ASSUNTO: Demonstrações Contábeis em 31.12.2017

REFERÊNCIA: Artigo 15, inciso II, do Estatuto da FAPES;
Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 auditadas pelos auditores independentes da KPMG;
Resolução CNPC nº 8/2011, de 31.10.2011, alterada pelas Resoluções CNPC nºs 12/2013, de 19.08.2013; 16/2014, de 19.11.2014; e 20/2015, de 18.06.2015.
Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017.

O Conselho Fiscal da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 15 do Estatuto, por unanimidade,

RESOLVE:

Artigo Único – Com base no Relatório emitido pelos auditores independentes da KPMG sobre as Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e no Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017 do Plano Básico de Benefícios administrado pela FAPES emitido pela Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, atuário externo da Fundação, manifestar-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da FAPES relativas ao exercício findo em 31.12.2017 que compreendem Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, das Mutações do Patrimônio Social, das Mutações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa, do Plano de Gestão Administrativa do Plano Básico de Benefícios, das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios, assim como Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Plano de Assistência e Saúde – PAS, e as respectivas Notas Explicativas às demonstrações contábeis e às informações contábeis da gestão assistencial.



Luis Inacio Senos Dantas
Presidente do Conselho Fiscal em Exercício

9.7 RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO CD-10/2018-FAPES

EM: 21.03.2018

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis em 31.12.2017

REFERÊNCIA: Artigo 10, inciso XVI, do Estatuto da FAPES;
Resolução CF-02/2018-FAPES, de 20.03.2018;
Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 auditadas pelos auditores independentes da KPMG;
Resolução CNPC nº 8/2011, de 31.10.2011, alterada pelas Resoluções CNPC nos 12/2013, de 19.08.2013; 16/2014, de 19.11.2014; e 20/2015, de 18.06.2015;
Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017

O Conselho Deliberativo da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 10 do Estatuto, por unanimidade,

RESOLVE:

Artigo Único – Com base no Relatório emitido pelos auditores independentes da KPMG sobre as Demonstrações Contábeis em 31.12.2017 e no Parecer Atuarial sobre o Balancete Mensal de 31.12.2017 do Plano Básico de Benefícios administrado pela FAPES emitido pela Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, atuário externo da Fundação, e do Conselho Fiscal, manifestar-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da FAPES relativas ao exercício findo em 31.12.2017 que compreendem Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, das Mutações do Patrimônio Social, das Mutações dos Ativos Líquidos do Plano Básico de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa, do Plano de Gestão Administrativa do Plano Básico de Benefícios, das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios, assim como Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Plano de Assistência e Saúde – PAS, e as respectivas Notas Explicativas às demonstrações contábeis e às informações contábeis da gestão assistencial.



Carlos Roberto Lopes Haude
Presidente do Conselho Deliberativo

10

OUTROS DEMONSTRATIVOS



OUTROS DEMONSTRATIVOS

10.1 Resumo da Política de Investimentos 2017



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimentos
Data de Geração: 13/01/2017 18:20:00

Informações da Entidade

Código	Sigla	Exercício
391	FAPES	2017

Plano de Benefícios: 1979001529 – Plano Básico de Benefícios

Taxa Mínima Atuarial/Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa da Juros
01/2017 a 12/2017	Salário	5,72

Documentação/Responsáveis

Documentação				
Número da Ata: ARE 10/2016			Data: 29/12/2016	
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Victor Guilherme Tito	044 878 356-82	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apuração de ativos financeiros: Sim	Dispõe de manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de manual: Sim	
Realiza estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	0,00	100,00	66,70
Renda Variável	0,00	35,00	20,43
Imóveis	0,00	8,00	8,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	10,00	3,70
Investimentos Estruturados	0,00	15,00	6,59
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	0,59
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar/SICADI

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos?
Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	10,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	5,00	
Organismo Multilateral	0,00	1,00	
Companhia Securitizadora	0,00	2,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico – SPE	0,00	5,00	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	2,00	

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% do Capital Votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	20,00	
% do Capital Total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	25,00	
% do Patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% de uma série de títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00	

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem. 2016	2017	Não Aplica
Plano	9,71	10,17	12,91	
Renda Fixa	14,48	9,93	11,33	
Renda Variável	-9,48	17,21	15,75	
Investimentos Estruturados	1,77	8,98	19,47	
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	8,36	
Imóveis	-2,57	4,89	12,84	
Operações com Participantes	21,80	9,19	12,49	

Observação: As rentabilidades referentes aos investimentos no exterior em 2015 e no 1º semestre de 2016 estão zeradas porque a FAPES não investia nesse segmento nesses períodos. As rentabilidades esperadas para 2017 refletem a representação numérica das metas constantes na tabela 5.1 da Política de Investimentos. O método de cálculo da rentabilidade utilizado pela FAPES é o de cotização adaptada.

Observações

No cenário externo, as incertezas seguirão elevadas. O crescimento global deverá se manter baixo, com dinâmicas distintas entre as economias desenvolvidas e emergentes. No Brasil, a evolução do quadro político seguirá no centro das atenções. A economia apresentará os primeiros sinais mais sólidos de retomada, os juros serão reduzidos e o quadro fiscal corrente continuará negativo.

Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar/SICADI



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimentos
Data de Geração: 26/01/2017 12:41:09

Informações da Entidade

Código	Sigla	Exercício
391	FAPES	2017

Plano de Benefícios: 9970000000 – Plano de Gestão Administrativa

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2017 a 12/2017				
Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa da Juros % aa
90,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
10,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação				
Número da Ata: ARE 10/2016			Data: 29/12/2016	
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Victor Guilherme Tito	044.878.356-82	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de manual: Sim	
Realiza estudos de ALM: Não		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar/SICADI

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos?
Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	10,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	5,00	
Organismo Multilateral	0,00	1,00	
Companhia Securitizadora	0,00	2,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			X
Sociedade de Propósito Específico – SPE			X
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% do Capital Votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	20,00	
% do Capital Total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			X
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil			X
% do Patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% de uma série de títulos ou Valores Mobiliários	0,00	25,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem. 2016	2017	Não Aplica
Plano	9,02	12,71	11,33	
Renda Fixa	9,02	12,71	11,33	
Renda Variável				X
Investimentos Estruturados				X
Investimentos no Exterior				X
Imóveis				X
Operações com Participantes				X

Observação: A rentabilidade para 2017 é uma representação numérica da meta para renda fixa constante na tabela 5.1 da Política de Investimento. O método de cálculo utilizado pela FAPES é o de cotização adaptada.

Observações

A alocação de recursos do PGA tem como objetivo atender as necessidades de liquidez da Fundação para a manutenção de sua estrutura administrativa. Estes recursos são geridos de forma terceirizada, com sua totalidade alocada no segmento de renda fixa. Para 2017, a meta de rentabilidade do PGA é composta por 10% do CDI + 90% do IMA Geral ex-C.

10.2 Demonstrativo de Investimentos 2017

Discriminação (Renda Fixa)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA			10.895.624.280	100,00		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PGA			207.291.623	1,90		100,00
INVESTIMENTO EM RENDA FIXA			207.293.753	1,90		100,00
QUOTAS DE FUNDOS		83.969.924	207.293.753	1,90		100,00
FUNDO PICA-PAU FIRF PREV (GESTÃO EXTERNA)		83.969.924	186.590.554	1,71		100,00
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	SELIC	6.295	58.436.902	0,54		31,32
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	PRÉ	54.150	48.371.061	0,44		25,92
Notas do Tesouro Nacional-Série F (NTN-F)	PRÉ	22.255	23.564.473	0,22		12,63
Notas do Tesouro Nacional-Série B (NTN-B)	IPC-A	17.189	56.242.333	0,52		30,14
Contas a Pagar/Receber			(24.558)			
Tesouraria			344			
ITAÚ INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI		7.477	20.703.199			
Contas a Pagar/Receber			(2.310)			
Tesouraria			180			
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PBB			10.688.332.657	98,10	100,00	
INVESTIMENTO EM RENDA FIXA			6.854.377.081	62,91	64,13	
QUOTAS DE FUNDOS		2.692.346.181	6.854.377.081	62,91	64,13	
FPRF4 AGUIA FI MM CRÉDITO PRIVADO - (GESTÃO FAPES)		406.097.482	695.389.226	6,38	6,51	
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO		7.680	1.165.589	0,01	0,01	
POLO CRED. CONSIG.	FIDC	7.680	1.165.589	0,01	0,01	
DEBÊNTURES		521.691	450.368.320	4,13	4,21	
CEMIG Geração e Transmissão	CDI	2.000	9.833.308	0,09	0,09	
Cia. Minas Gerais de Saneamento - COPASA	IPC-A	14	7.063.932	0,06	0,07	
Concessionária Auto Raposo Tavares	IPC-A	30.000	36.666.080	0,34	0,34	
Concessionária Rodovias do Tietê	IPC-A	30.000	23.109.422	0,21	0,22	
Contax Participações	IPC-A	2.000	4.953.158	0,05	0,05	
Ecorodovias - Concessões e Serviços	IPC-A	2.465	34.625.978	0,32	0,32	
Elektro - Eletricidade e Serviços	IPC-A	3.000	41.772.452	0,38	0,39	
Energisa	IPC-A	3.000	47.118.599	0,43	0,44	
Geração Paranapanema	IPC-A	30.000	41.190.125	0,38	0,39	
Lojas Renner	IPC-A	2.000	19.664.163	0,18	0,18	
Rodovias das Colinas	IPC-A	3.000	39.436.661	0,36	0,37	
Sabesp	IPC-A	3.000	45.794.871	0,42	0,43	
Sonae Sierra Brasil	IPC-A	937	14.265.200	0,13	0,13	

Discriminação (Renda Fixa)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
Sul América	IPC-A	2.000	27.592.738	0,25	0,26	
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	IPC-A	39.352	53.312.913	0,49	0,50	
Vale	IGP-M	368.923	3.968.719	0,04	0,04	
LETRAS FINANCEIRAS		290	243.715.937	2,24	2,28	
Banco Itaú Unibanco	IPC-A	30	56.215.885	0,52	0,53	
Banco Safra	IPC-A	160	127.636.539	1,17	1,19	
Banco Votorantim	IPC-A	100	59.863.513	0,55	0,56	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		186	165.804	0,00	0,00	
LTN (Lastro)		186	165.804	0,00	0,00	
Contas a Pagar/Receber			(28.079)			
Tesouraria			1.656			
FPRF2 ALBATROZ FI MM PREV CRÉDITO PRIVADO - (GESTÃO FAPES)		266.864.752	2.065.070.681	18,95	19,32	
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)		500.000	1.640.814.024	15,06	15,35	
Títulos Marcados a Mercado	IPC-A	500.000	1.640.814.024	15,06	15,35	
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	SELIC	19.000	176.360.055	1,62	1,65	
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	PRE	50.000	49.986.696	0,46	0,47	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		62.629	197.954.185	1,82	1,85	
LTN (Lastro)	PRE	1.011	901.224	0,01	0,01	
NTN (Lastro)	PRE	61.618	197.052.961	1,81	1,84	
Contas a Pagar/Receber			(46.534)			
Tesouraria			2.255			
FPRF3 ARARAJUBA FI MM PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO - (GESTÃO FAPES)		1.849.539.585	3.060.041.049	28,09	28,63	
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)		1.060.000	3.060.065.032	28,09	28,63	
Títulos Mantidos até o Vencimento	IPC-A	1.060.000	3.060.065.032	28,09	28,63	
Contas a Pagar/Receber			(26.787)	(0,00)	(0,00)	
Tesouraria			2.805	0,00	0,00	
FPRF1 BEM TE VI FI MM PREV CRÉDITO PRIVADO - (GESTÃO FAPES)		169.844.351	1.033.874.359	9,49	9,67	
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT)	SELIC	78.500	728.699.918	6,69	6,82	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		88.056	305.201.021	2,80	2,86	
LTN (Lastro)	PRE	2.451	2.184.866	0,02	0,02	
LFT (Lastro)	PRE	5.387	50.004.532	0,46	0,47	
NTN (Lastro)	PRE	80.218	253.011.623	2,32	2,37	
Contas a Pagar/Receber			(28.609)	(0,00)	(0,00)	
Tesouraria			2.030	0,00	0,00	
SANTANDER FIC FI REF DI - (GESTÃO EXTERNA)	FIC	11	1.765	0,00	0,00	

Discriminação (Renda Variável)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA			10.895.624.280	100,00		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PBB			10.688.332.657	98,10	100,00	
INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL			1.933.156.430	17,74	18,09	
MERCADO DE AÇÕES		20.000	200	0,00	0,00	
MERCADO À VISTA		20.000	200	0,00	0,00	
PROMAN	ON	20.000	200	0,00	0,00	
FUNDOS DE INVESTIMENTO		55.202.335	1.933.156.230	17,74	18,09	
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES		55.202.335	1.933.156.230	17,74	18,09	
ANDORINHA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (GESTÃO FAPES)		925.884	868.493.137	7,97	8,13	
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES		5.660	10.339.780	0,09	0,10	
CRT	NOMINAL	3.660	7.204.596	0,07	0,07	
Proman	NOMINAL	2.000	3.135.183	0,03	0,03	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		2.936	6.374.842	0,06	0,06	
NTN (Lastro)	PRE	2.936	6.374.842	0,06	0,06	
MERCADO DE AÇÕES		35.808.517	851.455.061	7,81	7,97	
Ambev S/A	ON	2.628.434	55.933.076	0,51	0,52	
B3 (BVMF)	ON	1.319.700	30.062.766	0,28	0,28	
BBSeguridade	ON	435.400	12.404.546	0,11	0,12	
BR Malls Par	ON	543.700	6.921.301	0,06	0,06	
Bradesco	ON	371.600	11.913.496	0,11	0,11	
Bradesco	PN	1.902.483	64.399.050	0,59	0,60	
Bradespar	PN	143.700	4.127.064	0,04	0,04	
Banco do Brasil	ON	795.100	25.300.082	0,23	0,24	
Braskem	PNA	171.600	7.356.492	0,07	0,07	
BRF SA	ON	499.100	18.267.060	0,17	0,17	
CCR SA	ON	723.400	11.682.910	0,11	0,11	
Celesc	ON	228.140	6.844.200	0,06	0,06	
Celesc	PN	13.200	357.720	0,00	0,00	
Cemig	PN	635.900	4.368.633	0,04	0,04	
Cielo	ON	725.273	17.058.421	0,16	0,16	
Copel	PNB	65.500	1.634.225	0,01	0,02	
Cosan	ON	99.700	4.137.550	0,04	0,04	
CPFL Energia	ON	304.400	5.890.140	0,05	0,06	
CPFL Renováveis	ON	1.199.041	16.007.197	0,15	0,15	
Cyrela Real	ON	158.800	2.099.336	0,02	0,02	
Ecorodovias	ON	120.700	1.484.610	0,01	0,01	

Discriminação (Renda Variável)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
Eletronbras	ON	174.900	3.382.566	0,03	0,03	
Eletronbras	PNB	146.500	3.325.550	0,03	0,03	
Embraer	ON	475.200	9.504.000	0,09	0,09	
Energias BR	ON	191.500	2.681.000	0,02	0,03	
Engie Brasil	ON	132.200	4.694.422	0,04	0,04	
Equatorial	ON	128.500	8.436.025	0,08	0,08	
Estácio Participações	ON	200.000	6.564.000	0,06	0,06	
Fibra	ON	148.900	7.124.865	0,07	0,07	
Fleury	ON	199.000	5.892.390	0,05	0,06	
Gerdau	PN	640.600	7.930.628	0,07	0,07	
Gerdau Metalurgia	PN	374.300	2.167.197	0,02	0,02	
Hypermarcas	ON	257.500	9.270.000	0,09	0,09	
Iguatemi	ON	56.100	2.209.779	0,02	0,02	
Itausa	PN	2.503.029	27.082.774	0,25	0,25	
ItauUnibanco	PN	2.021.300	86.066.954	0,79	0,81	
JBS	ON	1.009.300	9.901.233	0,09	0,09	
Klabin S/A	UNIT	317.900	5.595.040	0,05	0,05	
Kroton	ON	957.600	17.619.840	0,16	0,16	
Localiza	ON	322.030	7.103.982	0,07	0,07	
Lojas Americanas	PN	441.300	7.524.165	0,07	0,07	
Lojas Renner	ON	456.010	16.183.795	0,15	0,15	
Magazine Luiza	ON	43.900	3.521.658	0,03	0,03	
Marfrig	ON	262.700	1.922.964	0,02	0,02	
MRV	ON	186.400	2.803.456	0,03	0,03	
Multiplan	ON	58.000	4.112.200	0,04	0,04	
Natura	ON	111.700	3.692.802	0,03	0,03	
P.Acucar-Cbd	PN	100.800	7.956.144	0,07	0,07	
Petrobras	ON	1.756.100	29.695.651	0,27	0,28	
Petrobras	PN	2.676.800	43.096.480	0,40	0,40	
Qualicorp	ON	157.300	4.876.300	0,04	0,05	
RaiaDrogasil	ON	137.400	12.613.320	0,12	0,12	
Rumo S.A.	ON	735.100	9.534.247	0,09	0,09	
Sabesp	ON	220.500	7.569.765	0,07	0,07	
Sanepar	UNIT	42.900	2.569.710	0,02	0,02	
Santander BR	UNIT	242.000	7.714.960	0,07	0,07	
Sid Nacional	ON	389.800	3.266.524	0,03	0,03	

Discriminação (Renda Variável)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
Smiles	ON	37.900	2.876.610	0,03	0,03	
Suzano Papel	ON	303.100	5.664.939	0,05	0,05	
Taesá	UNIT	119.700	2.554.398	0,02	0,02	
Telef Brasil	PN	269.200	13.088.504	0,12	0,12	
Tim Part S/A	ON	524.100	6.865.710	0,06	0,06	
Ultrapar	ON	266.800	20.010.000	0,18	0,19	
Usiminas	PNA	331.300	3.014.830	0,03	0,03	
Vale	ON	2.041.379	82.185.919	0,75	0,77	
Viavarejo	UNIT	88.600	2.168.042	0,02	0,02	
Weg	ON	369.200	8.901.412	0,08	0,08	
Cemig (exercício de subscrição)	PN	97.298	668.437	0,01	0,01	
Contas a Pagar/Receber			322.289	0,00	0,00	
Tesouraria			1.165	0,00	0,00	
SABIÁ FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES - (GESTÃO FAPES)		88.978	626.369.480	5,75	5,86	
COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE		3.316.200	244.801.884	2,25	2,29	
ÍNDICE IBOVESPA	ÍNDICE	3.316.200	244.801.884	2,25	2,29	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		1.538	2.090.777	0,02	0,02	
LTN (Lastro)	PRE	1.223	1.090.204	0,01	0,01	
NTN (Lastro)	PRE	315	1.000.572			
MERCADO DE AÇÕES		15.691.320	378.232.980	3,47	3,54	
Ambev S/A	ON	1.200.472	25.546.044	0,23	0,24	
B3 (BVMF)	ON	602.778	13.731.283	0,13	0,13	
BBSeguridade	ON	198.881	5.666.120	0,05	0,05	
BR Malls Par	ON	248.316	3.161.063	0,03	0,03	
Bradesco	ON	169.655	5.439.139	0,05	0,05	
Bradesco	PN	868.886	29.411.791	0,27	0,28	
Bradespar	PN	65.600	1.884.032	0,02	0,02	
Brasil	ON	363.102	11.553.906	0,11	0,11	
Braskem	PNA	78.397	3.360.879	0,03	0,03	
BRF SA	ON	228.000	8.344.800	0,08	0,08	
CCR SA	ON	330.430	5.336.445	0,05	0,05	
Cemig	PN	285.625	1.962.244	0,02	0,02	
Cielo	ON	331.241	7.790.788	0,07	0,07	
Copel	PNB	29.960	747.502	0,01	0,01	
Cosan	ON	45.500	1.888.250	0,02	0,02	

Discriminação (Renda Variável)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
CPFL Energia	ON	140.094	2.710.819	0,02	0,03	
Cyrela Realt	ON	72.515	958.648	0,01	0,01	
Ecorodovias	ON	55.148	678.320	0,01	0,01	
Elektrobras	ON	79.900	1.545.266	0,01	0,01	
Elektrobras	PNB	67.000	1.520.900	0,01	0,01	
Embraer	ON	217.077	4.341.540	0,04	0,04	
Energias BR	ON	87.487	1.224.818	0,01	0,01	
Engie Brasil	ON	60.402	2.144.875	0,02	0,02	
Equatorial	ON	58.700	3.853.655	0,04	0,04	
Estácio Participações	ON	91.397	2.999.650	0,03	0,03	
Fibria	ON	68.049	3.256.145	0,03	0,03	
Fleury	ON	90.800	2.688.588	0,02	0,03	
Gerdau	PN	292.607	3.622.475	0,03	0,03	
Gerdau Metalurgia	PN	170.964	989.882	0,01	0,01	
Hypermarcas	ON	117.602	4.233.672	0,04	0,04	
Iguatemi	ON	25.600	1.008.384	0,01	0,01	
Itausa	PN	1.143.135	12.368.721	0,11	0,12	
ItauUnibanco	PN	923.203	39.309.984	0,36	0,37	
JBS	ON	462.033	4.532.544	0,04	0,04	
Klabin S/A	UNIT	145.212	2.555.731	0,02	0,02	
Kroton	ON	437.391	8.047.994	0,07	0,08	
Localiza	ON	147.142	3.245.953	0,03	0,03	
Lojas Americanas	PN	202.083	3.445.515	0,03	0,03	
Lojas Renner	ON	208.327	7.393.525	0,07	0,07	
Magazine Luiza	ON	20.000	1.604.400	0,01	0,02	
Marfrig	ON	120.012	878.488	0,01	0,01	
MRV	ON	85.211	1.281.573	0,01	0,01	
Multiplan	ON	26.485	1.877.787	0,02	0,02	
Natura	ON	50.995	1.685.895	0,02	0,02	
P.Acucar-Cbd	PN	46.027	3.632.911	0,03	0,03	
Petrobras	ON	802.100	13.563.511	0,12	0,13	
Petrobras	PN	1.222.555	19.683.136	0,18	0,18	
Qualicorp	ON	71.886	2.228.466	0,02	0,02	
RaiaDrogasil	ON	62.800	5.765.040	0,05	0,05	
Rumo S.A.	ON	330.138	4.281.890	0,04	0,04	
Sabesp	ON	100.670	3.456.001	0,03	0,03	

Discriminação (Renda Variável)	Espécie, Tipo ou Índice	Posição em 29/12/2017				
		Quantidade Total	R\$	% Consolidado	% PBB	% PGA
Sanepar	UNIT	19.600	1.174.040	0,01	0,01	
Santander BR	UNIT	110.569	3.524.940	0,03	0,03	
Sid Nacional	ON	178.055	1.492.101	0,01	0,01	
Smiles	ON	17.300	1.313.070	0,01	0,01	
Suzano Papel	ON	138.461	2.587.836	0,02	0,02	
Taesá	UNIT	54.700	1.167.298	0,01	0,01	
Telef Brasil	PN	122.925	5.976.614	0,05	0,06	
Tim Part S/A	ON	239.376	3.135.826	0,03	0,03	
Ultrapar	ON	121.837	9.137.775	0,08	0,09	
Usiminas	PNA	151.293	1.376.766	0,01	0,01	
Vale	ON	932.237	37.531.862	0,34	0,35	
Viavarejo	UNIT	40.400	988.588	0,01	0,01	
Weg	ON	168.700	4.067.357	0,04	0,04	
Cemig (exercício de subscrição)	PN	46.277	317.923	0,00	0,00	
Contas a Pagar/Receber			1.241.528	0,01	0,01	
Tesouraria			2.312	0,00	0,00	
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES (GESTÃO EXTERNA)		54.187.473	438.293.614	4,02	4,10	
GAIVOTA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	FIA	47.483.500	84.283.573	0,77	0,79	
MELRO FIA PREVIDENCIÁRIO	FIA	500.000	76.800.316	0,70	0,72	
SANHAÇO FIA PREVIDENCIÁRIO	FIA	503.648	81.836.225	0,75	0,77	
ATMOS CURIÓ FICFIA	FICFIA	1.495.413	169.577.324	1,56	1,59	
SUL AMÉRICA EXPERTISE II	FIA	4.204.912	25.796.175	0,24	0,24	

DISCRIMINAÇÃO (Estruturados)	POSIÇÃO EM 29/12/2017				
	Quantidade	R\$	% do Consolidado	% do PBB	% do PGA
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA		10.895.624.280	100,00		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PBB		10.688.332.657	98,10	100,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	102.442.936	686.467.410	6,30	6,42	
COTAS DE FUNDOS FIEE, FIP e FIC de FIP - (GESTÃO EXTERNA)	100.889.304	369.521.772	3,39	3,46	
CRP VI VENTURE	500	902.000	0,01	0,01	
EMPREENDEDOR BRASIL	196	17.590.843	0,16	0,16	
RIO BRAVO INVESTECH II	75	19.599	0,00	0,00	
MVP TECH FUND - FMIEE DE BASE TECNOLÓGICA	66	2.656.484	0,02	0,02	
BRASIL AGRONEGÓCIO	27.840	22.949.088	0,21	0,21	
BRASIL ENERGIA	1.171	33.816.788	0,31	0,32	
BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	26.013	8.432.460	0,08	0,08	
NEO CAPITAL MEZANINO	27.180.933	21.596.281	0,20	0,20	
CRP VII	26.223.284	10.549.627	0,10	0,10	
ENERGIA PCH	348	43.769.275	0,40	0,41	
INVESTIDOR INSTITUCIONAL II	26.946	149.658	0,00	0,00	
KINEA PRIVATE EQUITY II	70.168	118.097.518	1,08	1,10	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	245	-2.629.967	N.A.	N.A.	
NEO CAPITAL MEZANINO III	19.588.752	18.654.809	0,17	0,17	
POLO REAL ESTATE II	1.635.000	523.833	0,00	0,00	
STRATUS SCP	26.070.276	35.713.645	0,33	0,33	
BRASIL INTERNAC DE EMPRESAS II	21.573	19.524.517	0,18	0,18	
PATRIA REAL ESTATE III	15.918	17.205.314	0,16	0,16	
Contas a Pagar/Receber					
COTAS DE FUNDOS MULTIMERCADO	1.553.632	316.945.638	2,91	2,97	
SAÍRA FIC FIM PREVIDENCIÁRIO (GESTÃO INTERNA)	1.410.742	238.775.607	2,19	2,23	
XP LONG SHORT 60 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	41.435.390	45.455.202	0,42	0,43	
ARX EXTRA FIC de FIM	4.450.442	38.513.795	0,35	0,36	
BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE 30 FIC FIM	35.978.636	63.203.180	0,58	0,59	
GAP LONG SHORT FIM	7.124.576	37.298.823	0,34	0,35	
XP LONG BIASED 30 FIC de FIM	42.071.896	54.265.144	0,50	0,51	
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	53	47.245	0,00	0,00	
LTN (Lastro)	53	47.245	0,00	0,00	
Contas a Pagar/Receber		-10.266			
Tesouraria		2.485			
JGP EQUITY (GESTÃO EXTERNA)	142.890	78.170.031	0,72	0,73	
Contas a Pagar/Receber					

DISCRIMINAÇÃO (Imóveis)	POSIÇÃO EM 29/12/2017				
	Quantidade	R\$	% do Consolidado	% do PBB	% do PGA
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA		10.895.624.280	100,00		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PBB		10.688.332.657	98,10	100,00	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		847.956.714	7,78	7,93	
Imóveis em Construção		49.038.383	0,45	0,46	
Av. das Américas, 4.666 - Barra Shopping - RJ		49.038.383	0,45	0,46	
Edificações de uso próprio		38.181.261	0,35	0,36	
Av. República do Chile, 100 - RJ (parte)		3.503.840	0,03	0,03	
Av. República do Chile, 230 - 5º andar - RJ		11.559.140	0,11	0,11	
Av. República do Chile, 230 - 8º andar - RJ		11.559.140	0,11	0,11	
Av. República do Chile, 230 - 9º andar - RJ		11.559.140	0,11	0,11	
Imóveis locados à patrocinadora		63.994.908	0,59	0,60	
Av. República do Chile, 100 - RJ (parte)		63.994.908	0,59	0,60	
Edificações para renda		193.831.440	1,78	1,81	
Av. República do Chile, 100 - RJ (parte)		11.915.436	0,11	0,11	
Alameda Xingu, 1.076 - Alphaville - Barueri - SP		24.197.954	0,22	0,23	
Av. Tucunaré, 720 - Tamboré - Barueri - SP		39.598.891	0,36	0,37	
Av. Aruanã, 125 - Tamboré - Barueri - SP		23.097.128	0,21	0,22	
Praia do Flamengo, 154 - 12º e 13º andares - RJ		28.217.655	0,26	0,26	
Av. Afrânio de Melo Franco, 135 - RJ		66.804.375	0,61	0,63	
Investimentos em shopping center		493.629.393	4,53	4,62	
Av. Roque Petrônio Jr, 1.089 - Morumbi Shopping - SP		104.692.987	0,96	0,98	
Av. das Américas, 4.666 - Barra Shopping - RJ		388.936.405	3,57	3,64	
Direitos em alienação de imóveis		10.083.333	0,09	0,09	
Contas a pagar/receber		-802.004			

DISCRIMINAÇÃO (Operações com participantes)	POSIÇÃO EM 29/12/2017				
	Quantidade	R\$	% do Consolidado	% do PBB	% do PGA
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA		10.895.624.280	100,00		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PBB		10.688.332.657	98,10	100,00	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		366.375.022	3,36	3,43	
EMPRÉSTIMOS		141.061.567	1,29	1,32	
Programa Plus		68.394.468	0,63	0,64	
Programa Maxi		72.761.188	0,67	0,68	
Contas a Pagar/Receber		-94.089	0,00	(0,00)	
FINANCIAMENTOS		225.313.454	2,07	2,11	
Programa Hipotecário I		133.872	0,00	0,00	
Programa Hipotecário III		2.877.707	0,03	0,03	
Programa Lar		91.651.544	0,84	0,86	
Programa Lar+		130.706.289	1,20	1,22	
Contas a Pagar/Receber		-55.958	0,00	(0,00)	

Plano Básico de Benefícios - Rentabilidade, Meta Atuarial e DNP dos Investimentos nos últimos 36 meses

RENTABILIDADE, TAXA MÍNIMA ATUARIAL E DNP DOS INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS 36 MESES				
SEGMENTO	Rentabilidade (36 m)	Taxa Mínima Atuarial (36 m)	Divergência Não Planejada - DNP (Acumulado 36 meses)	Divergência Não Planejada - DNP (Meses negativos nos últimos 12 meses)
	de 2015 a 2017	(Salário + Taxa Atuarial) ⁵		
Renda Fixa	48,55%	46,50%	1,29%	5
Renda Variável	50,43%	46,50%	2,33%	4
Investimentos Estruturados	27,96%	46,50%	-12,95%	5
Imóveis	44,62%	46,50%	-1,53%	8
Operações com Participantes	52,02%	46,50%	3,79%	5
Total dos Investimentos	47,30%	46,50%	0,39%	4

Observações

1) $DNP\ MENSAL = Rent\%_{seg} - Rent\%_{tma}$

(2) $DNP\ ACUM\ 36 = \prod_{i=1}^{36} [1 - (Rent\%Seg_i - Rent\%TMA_i)] - 1$

(3) DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses: a EFPC deverá elaborar, no prazo de 30 dias após a apuração da DNP, para cada mês que for observada, justificativa técnica.

(4) DNP de segmento negativa por 12 meses consecutivos, a EFPC deverá elaborar justificativa técnica no prazo máximo de 30 dias após a apuração.

(5) A taxa atuarial foi reduzida de 5,75% para 5,72% a.a., em Dez/2014

(6) Rentabilidade calculada conforme classificação disposta na Resolução CMN nº 3792/09.

Plano de Gestão Administrativa - Rentabilidade, Meta Atuarial e DNP dos Investimentos nos últimos 36 meses

RENTABILIDADE, TAXA MÍNIMA ATUARIAL E DNP DOS INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS 36 MESES				
SEGMENTO	Rentabilidade (36 m)	Taxa Mínima Atuarial (36 m)	Divergência Não Planejada - DNP (Acumulado 36 meses)	Divergência Não Planejada - DNP (Meses negativos nos últimos 12 meses)
	de 2015 a 2017	90% IMA-Geral + 10% CDI		
Renda Fixa	48,35%	48,85%	-0,35%	8
Total dos Investimentos	48,34%	48,85%	-0,35%	8

Observações

1) $DNP\ MENSAL = Rent\%_{seg} - Rent\%_{tma}$

(2) $DNP\ ACUM\ 36 = \prod_{i=1}^{36} [1 - (Rent\%Seg_i - Rent\%TMA_i)] - 1$

(3) DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses: a EFPC deverá elaborar, no prazo de 30 dias após a apuração da DNP, para cada mês que for observada, justificativa técnica.

(4) DNP de segmento negativa por 12 meses consecutivos, a EFPC deverá elaborar justificativa técnica no prazo máximo de 30 dias após a apuração.

(5) Rentabilidade calculada conforme classificação disposta na Resolução CMN nº 3792/09.

Plano Básico de Benefícios - Rentabilidade, Benchmark e Meta Atuarial%

EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE PBB E POR SEGMENTO - %				
Investimentos (%)	Rentabilidade	Ano		
		2017	2016	2015
PBB	FAPES	14,56	18,57	8,45
	Benchmark	14,89	12,37	9,84
	FAPES / Benchmark	97,78	150,12	85,87
Renda Fixa	FAPES	10,66	17,28	14,48
	Benchmark	10,24	12,37	17,00
	FAPES / Benchmark	104,07	139,73	85,18
Renda Variável	FAPES	31,57	26,27	(9,48)
	Benchmark	26,86	42,05	(13,31)
	FAPES / Benchmark	117,56	62,48	n.a.
Investimentos Estruturados	FAPES	18,31	6,34	1,77
	Benchmark	25,59	12,37	17,05
	FAPES / Benchmark	71,57	51,30	10,36
Imóveis	FAPES	13,72	30,55	(2,57)
	Benchmark	10,84	12,37	11,13
	FAPES / Benchmark	126,61	246,99	n.a.
Operações com Participantes	FAPES	9,33	14,16	21,80
	Benchmark	10,48	13,99	18,42
	FAPES / Benchmark	89,00	101,22	118,34

Nota:

1) Todos os benchmarks são definidos anualmente na Política de Investimentos.

Plano Básico de Benefícios - Carteira Terceirizada no final de 2017

Discriminação da Gestão	Discriminação	R\$ MIL	% Carteira Terceirizada (Administração)	% Carteira Terceirizada (Gestão)	% Carteira de Investimentos
	FUNDOS DE RENDA FIXA	6.854.377	72,3%	0,0%	64,1%
Própria	ÁGUIA	695.389	7,3%	0,0%	6,5%
Própria	ALBATROZ	2.065.071	21,8%	0,0%	19,3%
Própria	ARARAJUBA	3.060.041	32,3%	0,0%	28,6%
Própria	BEM-TE-VI FIM	1.033.874	10,9%	0,0%	9,7%
Terceirizada	SANTANDER	2	0,0%	0,0%	0,0%
	FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.933.156	20,4%	49,5%	18,1%
Própria	ANDORINHA	868.493	9,2%	0,0%	8,1%
Própria	SABIÁ	626.369	6,6%	0,0%	5,9%
Terceirizada	GAIVOTA	84.284	0,9%	9,5%	0,8%
Terceirizada	MELRO	76.800	0,8%	8,7%	0,7%
Terceirizada	SANHAÇO	81.836	0,9%	9,2%	0,8%
Terceirizada	SUL AMÉRICA	25.796	0,3%	2,9%	0,2%
Terceirizada	CURIÓ	169.577	1,8%	19,1%	1,6%
	FUNDOS ESTRUTURADOS / MULTIMERCADO	686.467	7,2%	50,5%	6,4%
Própria	SAÍRA	238.776	2,5%	0,0%	2,2%
Terceirizada	JGP EQUITY	78.170	0,8%	8,8%	0,7%
Terceirizada	CRP VI VENTURE	902	0,0%	0,1%	0,0%
Terceirizada	EMPREENDEDOR BRASIL	17.591	0,2%	2,0%	0,2%
Terceirizada	RIO BRAVO INVESTECH II	20	0,0%	0,0%	0,0%
Terceirizada	MVP TECH FUND - FMIEE DE BASE TECNOLÓGICA	2.656	0,0%	0,3%	0,0%
Terceirizada	BRASIL AGRONEGÓCIO	22.949	0,2%	2,6%	0,2%
Terceirizada	BRASIL ENERGIA	33.817	0,4%	3,8%	0,3%
Terceirizada	BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8.432	0,1%	1,0%	0,1%
Terceirizada	NEO CAPITAL MEZANINO	21.596	0,2%	2,4%	0,2%
Terceirizada	CRP VII	10.550	0,1%	1,2%	0,1%
Terceirizada	ENERGIA PCH	43.769	0,5%	4,9%	0,4%
Terceirizada	INVESTIDOR INSTITUCIONAL II	150	0,0%	0,0%	0,0%
Terceirizada	KINEA PRIVATE EQUITY II	118.098	1,2%	13,3%	1,1%
Terceirizada	GLOBAL EQUITY	(2.630)	0,0%	-0,3%	0,0%
Terceirizada	NEO CAPITAL MEZANINO III	18.655	0,2%	2,1%	0,2%
Terceirizada	POLO REAL ESTATE II	524	0,0%	0,1%	0,0%
Terceirizada	STRATUS SCP BR	35.714	0,4%	4,0%	0,3%
Terceirizada	BRASIL INTERNAC DE EMPRESAS FIP II	19.525	0,2%	2,2%	0,2%
Terceirizada	PATRIA REAL ESTATE III	17.205	0,2%	1,9%	0,2%
	TOTAL CARTEIRA TERCEIRIZADA - ADMINISTRAÇÃO	9.474.001			88,6%
	TOTAL CARTEIRA TERCEIRIZADA - GESTÃO	885.987	100,0%	100,0%	8,3%
	TOTAL CARTEIRA INVESTIMENTOS DO PBB	10.688.333			

Plano de Gestão Administrativa - Carteira Terceirizada no final de 2017

Discriminação da Gestão	Discriminação	R\$ MIL	% Carteira Terceirizada (Administração)	% Carteira Terceirizada (Gestão)	% Carteira de Invetimentos
	FUNDOS DE RENDA FIXA	207.294	100,0%	100,0%	100,0%
Terceirizada	PICA-PAU	186.591	90,0%	90,0%	90,0%
Terceirizada	ITAÚ RF REFERENCIADO DI	20.703	10,0%	10,0%	10,0%
	TOTAL CARTEIRA TERCEIRIZADA - ADMINISTRAÇÃO	207.294			100,0%
	TOTAL CARTEIRA TERCEIRIZADA - GESTÃO	207.294	100,0%	100,0%	100,0%
	TOTAL CARTEIRA DO PGA	207.294			

Investimentos da FAPES alocados em Fundos - Por Segmento, Gestor e Administrador - final de 2017

Segmento/Fundo	Gestor	Administrador	Valor Alocado R\$	% Gestão Terceirizada/ Total Alocado em Fundos	% ADM. Terceirizada/ Total Alocado em Fundos
Renda Fixa			7.061.670.834	2,1%	72,9%
ÁGUIA FIM PREV	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	695.389.226	-	7,2%
ALBATROZ FIM PREV	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	2.065.070.681	-	21,3%
ARARAJUBA FIM PREV	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	3.060.041.049	-	31,6%
BEM-TE-VI FIM PREV	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	1.033.874.359	-	10,7%
SANTANDER FIC FII DI	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1.765	0,0%	0,0%
PICA-PAU FIRF PREV	ITAÚ UNIBANCO S.A.	INTRAG DTVM LTDA.	186.590.554	1,9%	1,9%
ITAU INSTITUCIONAL REF DI	ITAÚ UNIBANCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.	20.703.199	0,2%	0,2%
Renda Variável			1.933.156.231	4,5%	20,0%
ANDORINHA FIA	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	868.493.137	-	9,0%
SABIÁ FIA	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	626.369.480	-	6,5%
GAIVOTA FIA PREV	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	84.283.573	0,9%	0,9%
MELRO FIA PREV	ARX INVESTIMENTOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	76.800.316	0,8%	0,8%
SANHAÇO FIA PREV	SQUADRA INVESTIMENTOS - GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	81.836.225	0,8%	0,8%
SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A.	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM S.A.	25.796.175	0,3%	0,3%
CURIÓ FIC FIA	ATMOS CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	169.577.324	1,8%	1,8%
Estruturado			686.467.410	4,6%	7,1%
SAÍRA FIC FIM PREV	FAPES	INTRAG DTVM LTDA.	238.775.607	-	2,5%
JGP EQUITY EXPLORER FIC FIM	JGP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.	78.170.031	0,8%	0,8%
MVP TECH FMIEE	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.656.484	0,0%	0,0%
RIO BRAVO INVESTECH II FMIEE	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	19.599	0,0%	0,0%

Segmento/Fundo	Gestor	Administrador	Valor Alocado R\$	% Gestão Terceirizada/ Total Alocado em Fundos	% ADM. Terceirizada/ Total Alocado em Fundos
Estruturado			686.467.410	4,6%	7,1%
ENERGIA PCH FIP	VINCI INFRAESTRUTURA GESTORA DE RECURSOS LTDA.	SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S.A	43.769.275	0,5%	0,5%
INVESTIDOR INSTITUCIONAL II FIP	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	149.658	0,0%	0,0%
BRASIL ENERGIA FIP	BTG PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS LTDA.	BANCO BRADESCO S.A.	33.816.788	0,3%	0,3%
BRASIL AGRONEGÓCIO FIP	BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	BEM - DTVM LTDA.	22.949.088	0,2%	0,2%
BRASIL DE GOVERNANÇA CORP FIP	BOZANO VENTURE PARTNERS LTDA.	BEM - DTVM LTDA.	8.432.460	0,1%	0,1%
NEO CAP MEZANINO III FIC FIP	NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	18.654.809	0,2%	0,2%
NEO CAP MEZANINO FIP	NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	INTRAG DTVM LTDA.	21.596.281	0,2%	0,2%
CRP VI FMIEE	CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	902.000	0,0%	0,0%
CRP VII FIP	CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	10.549.627	0,1%	0,1%
EMPREEND BRASIL FMIEE	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	BEM - DTVM LTDA.	17.590.843	0,2%	0,2%
BRASIL INTERN EMPRESAS II FIP	TCG GESTOR LTDA. (afiliado do CARLYLE INVESTMENT MANAGEMENT L.L.C.)	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	19.524.517	0,2%	0,2%
BRASIL EQUITY PROPERTIES FIP	BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM S.A.	-2.629.967	0,0%	N.A.
KINEA II FIP	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A.	LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.	118.097.518	1,2%	1,2%
PATRIA RE III FIP	PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.	PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.	17.205.314	0,2%	0,2%
POLO REAL ESTATE II FIP	POLO CAPITAL REAL ESTATE GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.	523.833	0,0%	0,0%
STRATUS SCP FIP	STRATUS GESTÃO DE CARTEIRAS LTDA.	STRATUS INVESTIMENTOS LTDA	35.713.645	0,4%	0,4%
TOTAL DA CARTEIRA TERCEIRIZADA - GESTÃO			1.093.280.935	11,3%	
TOTAL DA CARTEIRA TERCEIRIZADA - ADMINISTRAÇÃO			9.681.294.474		100,0%
TOTAL DA ALOCAÇÃO EM FUNDOS			9.681.294.474		
TOTAL DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA			10.895.624.280		

10.3 Alocação dos Investimentos por Segmentos e Limites

Plano Básico de Benefícios - Recursos Garantidores; Distribuição Percentual; Limites Legais; Metas aprovadas pelo Conselho

SEGMENTO	2016		2017		Meta Aprovada %	Máximo Legal (Resolução CMN nº 3.792/09)
	Valor (R\$ Mil)	Alocação (%)	Valor (R\$ Mil)	Alocação (%)		
Renda Fixa	6.533.596	66,74%	6.892.261	64,48%	até 100%	até 100%
Renda Variável	1.518.248	15,51%	1.895.273	17,74%	até 35%	até 70%
Investimentos Estruturados	554.248	5,66%	686.467	6,42%	até 15%	até 20%
Investimentos no Exterior	0	0,00%	0	0,00%	até 5%	até 10%
Imóveis	823.652	8,41%	847.957	7,93%	até 8%	até 8%
Operações c/ Participantes	358.909	3,67%	366.375	3,43%	até 10%	até 15%
Disponível	793	0,01%	533	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	9.789.446	100,00%	10.688.866	100,00%	-	-

Nota:

Para fins de enquadramento, a alocação dos Recursos Garantidores nos Segmentos segue a classificação disposta na Resolução CMN nº 3792/09.

Plano de Gestão Administrativa - Recursos Garantidores; Distribuição Percentual; Limites Legais

SEGMENTO	2016		2017		Máximo Legal (Resolução CMN nº 3.792/09)
	Valor (R\$ Mil)	Alocação (%)	Valor (R\$ Mil)	Alocação (%)	
Renda Fixa	203.329	100,00%	207.292	99,96%	até 100%
Disponível	10	0,00%	77	0,04%	até 100%
Total dos Recursos Garantidores	203.339	100,00%	207.369	100,00%	-

Nota:

Para fins de enquadramento, a alocação dos Recursos Garantidores nos Segmentos segue a classificação disposta na Resolução CMN nº 3792/09.

10.4 Quadro de Rentabilidades Bruta e Líquida dos Segmentos e Fundos de Investimentos

Segmentos / Fundos	Rentabilidade (%)		Taxas Cobradas nos Fundos		
	Bruta	Líquida	Administração (% a.a.)	Taxa de Gestão (% a.a.)	Performance
Investimentos	14,56	13,96			
Renda Fixa	10,66	10,44			
Renda Variável	31,57	30,58			
Estruturados	18,31	16,61			
Investimentos Imobiliários	13,72	12,53			
Operações com Participantes	9,33	6,80			
Fundos de Investimento					
Renda Fixa					
ALBATROZ FIM PREV	12,71	12,68	0,003%	-	-
BEM-TE-VI FIM PREV	10,06	10,05	0,003%	-	-
ÁGUIA FIM PREV	11,86	11,81	0,003%	-	-
ARARAJUBA FIM PREV	9,43	9,40	0,003%	-	-
SANTANDER FIC FII DI	10,18	10,17	0,20%	-	-
Renda Variável					
SABIÁ FIA	26,67	26,62	0,003%	-	-
ANDORINHA FIA	37,24	37,20	0,003%	-	-
GAIVOTA FIA PREV	26,67	25,91	0,003%	0,600%	25% do que exceder 100% do IBOVESPA, a cada SEMESTRE civil.
SANHAÇO FIA PREV	24,36	21,90	0,003%	1,500%	20% do que exceder 100% do IBOVESPA, a cada ANO civil
MELRO FIA PREV	32,90	31,38	0,003%	1,250%	20% do que exceder 100% do IBOVESPA, a cada SEMESTRE civil.
SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	32,11	30,53	1,50%	Taxa de Administração inclui taxa de Gestão e de Custódia.	10% do que exceder à variação do IBVX2, a cada SEMESTRE civil.
CURIÓ FIC FIA	13,92	13,40	1,353%	-	20% do que exceder 100% do IBOVESPA, a cada SEMESTRE civil.
Estruturados					
RIO BRAVO INVESTECH II FMIEE (vii)	18,73	4,85	2,00%	-	20%, caso a rentabilidade seja superior a IPCA + 6% a.a.
CRP VI FMIEE (vii)	876,53	847,61	2,00%	-	20%, caso a rentabilidade seja superior a IPCA + 10% a.a.
EMPREENDE BRASIL FMIEE	-4,87	-5,65	1,90%	-	20% do que exceder IPCA + 9,5% a.a.
MVP TECH FMIEE	2.536,80	2.535,54	1,50%	-	30% do que exceder IPCA + 6% a.a.
INV INST II FIP (vii)	-27,41	-68,46	0,25% com valor mínimo mensal de R\$ 25.000,00	-	-
BRASIL ENERGIA FIP	23,24	22,65	0,05%	0,29% sobre o CC corrigido pelo IGP-M até o 3º ano. 0,27% sobre o PL corrigido pelo IGP-M após o 3º ano.	15% do que exceder IGPM + 9% a.a.
BRASIL GOV CORP FIP	11,41	10,63	0,10%	0,90%	20% do que exceder INPC + 8,5% a.a.
BRASIL AGRO FIP	24,06	21,31	0,0345% sobre o CC até R\$ 600 MM 0,0395% sobre o CC entre R\$ 600 MM e R\$ 840 MM	0,7155% sobre o CC até R\$ 600 MM 0,5855% sobre o CC entre R\$ 600 MM e R\$ 840 MM	10% do que exceder IPCA + 9% a.a. 15% do que exceder IPCA + 10% a.a. 20% do que exceder IPCA + 11% a.a.
COLISEU FIP (viii)	-44,97	-57,08	0,18%	-	-
BRASCAN PETRO GAS FIP (viii)	-12,20	-13,66	0,80%	-	20% do que exceder INPC + 11% a.a.

Segmentos / Fundos	Rentabilidade (%)		Taxas Cobradas nos Fundos		
	Bruta	Líquida	Administração (% a.a.)	Taxa de Gestão (% a.a.)	Performance
ENERGIA PCH FIP	-33,49	-33,95	0,875% s/ Portfólio Alvo + 0,075% s/ Portfólio Flutuante	0,875% s/ Portfólio Alvo + 0,075% s/ Portfólio Flutuante	20% do que exceder IGPM + 10% a.a.
CRP VII FIP	-0,01	-2,08	2,00%	-	20% do que exceder IPCA + 10,5% a.a.
BRASIL EQUITY FIP (vi)	N.A.	N.A.	2,00%	-	20% do que exceder IPCA + 9,5% a.a.
NEO CAP MEZANINO FIP	5,46	3,44	2,00%	-	20% do que exceder IPCA + 9% a.a.
KINEA II FIP	133,52	131,83	1,50% sobre o CS até R\$ 400 MM 1,35% sobre excedente do CS entre R\$ 400 MM e R\$ 600 MM 1,25% sobre excedente do CS entre R\$ 600 MM e R\$ 800 MM 1,00% excedente do CS superior a R\$ 800 MM	-	20% do que exceder IPCA + 10% a.a.
STRATUS SCP FIP (vii)	18,92	15,72	2,00%	-	20% ou 25% do que exceder IPCA + 8% a.a.
NEO CAP MEZANINO III FIC FIP (vii)	-6,34	-10,65	2,00%	-	20% do que exceder IPCA + 8% a.a.
POLO REAL ESTATE II FIP	42,33	40,33	2,00%	-	20% do que exceder o IPCA + 9% a.a.
BRASIL INTERN EMPRESAS II FIP (vii)	3,55	3,46	0,08%	1,42%	20% do que exceder IPCA + 8,5% a.a. 25% do que exceder IPCA + 20% a.a. 30% do que exceder IPCA + 25% a.a. 35% do que exceder a IPCA + 30% a.a.
PATRIA RE III FIP (vii)	-21,60	-22,14	2,00%	-	20% do que exceder IPCA + 6% a.a.
SAIRA FIC FIM PREV	10,84	10,79	0,003%	-	-
JGP EQUITY EXPLORER FIC FIM	28,09	24,96	1,85%	Taxa de Administração inclui taxa de Gestão, podendo chegar a 2,5% dependendo da taxa cobrada pelos fundos investidos.	20% do que exceder IPCA + 6% a.a., anualmente no último dia do mês de janeiro

Nota:

- (i) FIM - Fundo de Investimento Multimercado.
(ii) FIF - Fundo de Investimento Financeiro.
(iii) FIA - Fundo de Investimento em Ações.
(iv) FIEE - Fundo de Investimento em Empresas Emergentes.
(v) FIP - Fundo de Investimento em Participações.
(vi) Fundo apresentou Patrimônio Líquido negativo no final do exercício, o que inviabiliza o cálculo das rentabilidades.
(vii) Fundos com diferenças significativas entre as rentabilidades bruta e líquida: fundos que ainda não iniciaram a fase de investimento ou fundos em fase de encerramento.
(viii) Fundos encerrados.



Com o propósito de facilitar a compreensão deste Relatório, foram definidos os seguintes termos:

ALM

Sigla em inglês de *Asset Liability Management*. É definido como o gerenciamento conjunto de ativos e passivos de uma instituição ou, mais especificamente, o processo de formulação, implementação, monitoramento e revisão de estratégia relacionada aos ativos e passivos, na tentativa de alcançar os objetivos financeiros a partir de diferentes níveis de riscos e retornos.

BENCHMARK

Expressão em inglês que significa ponto de referência ou unidades padrão. É utilizado para que se estabeleçam parâmetros entre produtos, serviços, títulos, taxas, entre outros, com o intuito de saber se eles se encontram acima ou abaixo do que serve como referência.

BIOMÉTRICAS

Relativo à idade e à sobrevivência.

DESTINATÁRIOS

São destinatários do Plano Básico de Benefícios os participantes (ativos, assistidos, autopatrocinados e vinculados), os dependentes e os beneficiários assistidos.

IBOVESPA

Índice da Bolsa de Valores de São Paulo que mede o desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

INSTITUTOS

São direitos do participante que não esteja em gozo de benefício e que teve perda em seu salário-de-participação, respeitadas as condições regulamentares.

IPCA

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Registra a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos de 1 (um) a 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país.

LONG AND SHORT

A estratégia de *Long and Short* (Comprado e Vendido) consiste em uma operação casada (simultânea), na qual um investidor mantém uma posição vendida em uma ação e compra em outra, no intuito de obter o residual da operação quando liquidá-la. No *Long and Short* neutro, o gestor investe em pares de ativos com a mesma posição financeira no comprado e no vendido. Já no direcional, os valores aportados nas operações de compra e venda são diferentes, implicando uma tomada de direcionamento por parte do gestor.

LONG-BIASED

A estratégia *Long-Biased* consiste em operações de compra de ações (*Long*) com parte preponderante de seu patrimônio, podendo, eventualmente, assumir posições vendidas (*Short*) e ganhar também com a queda da bolsa.

META ATUARIAL

Valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial em conjunto com o índice do plano que, no caso da FAPES, é o percentual de reajuste salarial. Como não há forma de prever tal taxa, ela é estimada como a inflação medida pelo INPC.

NTN-B

É a sigla das Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público federal com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.

PASSIVO ATUARIAL

Formado pelas Provisões Matemáticas e pelo Fundo Previdencial, é o valor necessário ao cumprimento dos compromissos futuros do Plano de Benefícios da FAPES para com seus participantes.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-PGA

Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa das Entidades Fechadas de Previdência Complementar com intuito de proporcionar maior transparência para as receitas e despesas do sistema previdenciário.

rio. Os recursos do PGA são utilizados para a cobertura das despesas administrativas dos fundos de pensão na administração dos planos de benefícios.

PRIVATE EQUITY

Termo em inglês que denomina uma forma de financiamento, alternativa utilizada por empresas que visam garantir o desenvolvimento e a expansão das suas atividades. As empresas-alvo deste investimento temporário, em geral, apresentam taxas significativas de crescimento e nível de risco médio ou baixo.

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Representam a expressão monetária dos compromissos líquidos assegurados pelo plano de benefícios aos seus participantes e beneficiários ao longo do tempo, em determinado momento.

RECURSOS DOS PLANOS

Os recursos dos planos administrados pela FAPES são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

SELIC

Sigla para o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, que é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e, nessa condição processa, relativamente a estes títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia.

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

São observações consolidadas de comportamento de determinada massa estudada ao longo do tempo quanto às

probabilidades de sobrevivência/mortalidade, morbidez ou invalidez. Para a sua aplicação em determinada população, deve ser observada a sua adequação, verificada por meio de testes estatísticos de aderência.

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A categoria de títulos mantidos até o vencimento registra os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade fechada de previdência complementar de mantê-los em carteira até o vencimento.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

A categoria de títulos para negociação registra os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

VINCULADOS

São os participantes, desligados do patrocinador, que optaram pelo benefício proporcional diferido, e que não estejam em gozo de benefício. Os participantes vinculados podem optar pela cobertura de benefícios de risco.

VINCULADOS COM RISCO

São os participantes vinculados que optaram pela cobertura de invalidez e morte, em conformidade com o Regulamento do Plano Básico de Benefícios.

VINCULADOS SEM RISCO

São os participantes vinculados que não optaram pela cobertura de invalidez e morte, em conformidade com o Regulamento do Plano Básico de Benefícios.

